



Universidades Lusíada

Coelho, João Tiago de Castro Carreira, 1989-

Arquitetura militar : as fortalezas de São Tiago e São João Baptista do Funchal

<http://hdl.handle.net/11067/4447>

Metadados

Data de Publicação	2018
Resumo	<p>O presente trabalho de investigação tem como objetivos o conhecimento, a valorização e a divulgação do património arquitetónico militar existente na Madeira, mais concretamente na cidade do Funchal. Neste contexto, procura-se compreender a importância e evolução histórica dos sistemas defensivos, as razões e o modo como foi introduzida a arquitetura militar na Madeira, bem como assim, compreender a evolução urbanística, à luz das especificidades do território, das influências e sintonia com outr...</p> <p>The aim of this research work is to promote the knowledge, valorisation and dissemination of the existing architectural heritage in Madeira, especially in the city of Funchal. In this context, the objective is to understand the importance and historical evolution of the defensive systems, the purposes and the means in which military architecture was introduced in Madeira, as well as to understand the urban development in light of the particularities of the territory, of the influences and consis...</p>
Palavras Chave	Arquitectura militar - Portugal - Funchal, Fortificações - Portugal - Funchal, Fortaleza de São Tiago (Funchal, Portugal), Forte de São João Baptista (Funchal, Portugal)
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-12-28T19:41:21Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitetura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

**Arquitetura militar: as fortalezas de São Tiago e
São João Baptista do Funchal**

Realizado por:

João Tiago de Castro Carreira Coelho

Orientado por:

Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria João dos Reis Moreira Soares

Constituição do Júri:

Presidente:

Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio

Orientadora:

Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria João dos Reis Moreira Soares

Arguente:

Prof. Doutor Arqt. Orlando Pedro Herculano Seixas de Azevedo

Dissertação aprovada em:

8 de Fevereiro de 2019

Lisboa

2018



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA E ARTES

Mestrado Integrado em Arquitetura

Arquitetura militar: as fortalezas de São Tiago e São
João Baptista do Funchal

João Tiago de Castro Carreira Coelho

Lisboa

dezembro 2018

João Tiago de Castro Carreira Coelho

Arquitetura militar: as fortalezas de São Tiago e São João Baptista do Funchal

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e
Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a
obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientadora: Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria João dos Reis
Moreira Soares

Lisboa

dezembro 2018

Ficha Técnica

Autor João Tiago de Castro Carreira Coelho
Orientadora Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria João dos Reis Moreira Soares
Título Arquitetura militar: as fortalezas de São Tiago e São João Baptista do Funchal
Local Lisboa
Ano 2018

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

COELHO, João Tiago de Castro Carreira, 1989-

Arquitetura militar : as fortalezas de São Tiago e São João Baptista do Funchal / João Tiago de Castro Carreira Coelho ; orientado por Maria João dos Reis Moreira Soares. - Lisboa : [s.n.], 2018. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - SOARES, Maria João dos Reis Moreira, 1964-

LCSH

1. Arquitetura militar - Portugal - Funchal
2. Fortificações - Portugal - Funchal
3. Fortaleza de São Tiago (Funchal, Portugal)
4. Forte de São João Baptista (Funchal, Portugal)
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitetura e Artes - Teses
6. Teses - Portugal - Lisboa

1. Military architecture - Portugal - Funchal
2. Fortification - Portugal - Funchal
3. Fortaleza de São Tiago (Funchal, Portugal)
4. Forte de São João Baptista (Funchal, Portugal)
5. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitetura e Artes - Dissertations
6. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. NA490.C64 2018

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Arquiteta Maria João Soares, pela sua orientação, disponibilidade e conselhos, imprescindíveis e relevantes para a concretização deste trabalho.

Aos meus pais e irmã, pelo apoio incondicional, sempre e em particular neste trabalho.

A todos os amigos que me acompanharam neste percurso, com um agradecimento especial ao Pedro, pela sua disponibilidade, companhia nas várias visitas às fortalezas e pelo material fotográfico e informático cedido, sem os quais não seria possível a recolha de alguns registos presentes neste trabalho.

À Dra. Catarina Graça pelo auxílio e orientações dadas na formatação do trabalho.

Um agradecimento especial aos funcionários do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, pela ajuda na pesquisa e na disponibilização de bibliografia, documentos iconográficos e cartográficos. Agradeço às funcionárias da Biblioteca Municipal do Porto Santo e aos funcionários do Centro de Estudos de História do Atlântico, no Funchal, na orientação bibliográfica. Agradeço ainda, aos funcionários do Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, pela disponibilização de documentos iconográficos e cartográficos.

APRESENTAÇÃO

Arquitetura militar As Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista do Funchal

João Tiago de Castro Carreira Coelho

O presente trabalho de investigação tem como objetivos o conhecimento, a valorização e a divulgação do património arquitetónico militar existente na Madeira, mais concretamente na cidade do Funchal.

Neste contexto, procura-se compreender a importância e evolução histórica dos sistemas defensivos, as razões e o modo como foi introduzida a arquitetura militar na Madeira, bem como assim, compreender a evolução urbanística, à luz das especificidades do território, das influências e sintonia com outras cidades e das vivências e ritmos inerentes à génese e crescimento da cidade ao longo de séculos. O relevo dado às fortalezas de São Tiago e de São João Baptista, assentou nas determinantes históricas e sociais que levaram à sua construção e à localização estratégica das duas fortalezas no espaço urbano, visando a melhoria efetiva do sistema defensivo da cidade do Funchal.

No âmbito da arquitetura militar e dada a importância para a compreensão da matéria em estudo, foi abordada, no contexto português, a evolução histórica dos sistemas defensivos no continente europeu, desde a fortificação medieval até à fortificação moderna.

Com esta investigação pretende-se ainda, através dos casos de estudo, conhecer os métodos de fortificar, empregues pelos arquitetos, engenheiros, fortificadores e mestres das obras reais, no decorrer das várias intervenções que as fortificações sofreram ao longo dos anos.

A dissertação visa igualmente, num quadro de reconhecimento e valorização do património edificado, contribuir para a afirmação da importância da preservação deste tipo de património, identificando-o como parte integrante da história do Funchal e como

tal, indissociável da identidade da cidade e de todos quantos, em cada tempo, protagonizaram essa mesma história.

Palavras-chave: arquitetura militar, fortaleza, Fortaleza de São Tiago, Fortaleza de São João Baptista, Funchal

PRESENTATION

Militar Architecture: The Fortresses of São Tiago and São João Baptista at Funchal

João Tiago de Castro Carreira Coelho

The aim of this research work is to promote the knowledge, valorisation and dissemination of the existing architectural heritage in Madeira, especially in the city of Funchal.

In this context, the objective is to understand the importance and historical evolution of the defensive systems, the purposes and the means in which military architecture was introduced in Madeira, as well as to understand the urban development in light of the particularities of the territory, of the influences and consistency with other cities and the different perceptions and rhythms pertaining the genesis and growth of the city over the centuries. The emphasis given to fortress of São Tiago and São João Baptista, lays in the historical and social determinants that led to their construction and to their strategic position in the urban space, aiming the effective enhancement of the defensive system of the city of Funchal.

In the context of military architecture and with relevance to the understanding of the subject studied here, the historical evolution of the European continent defensive systems, from the medieval to the modern fortification, is addressed.

In addition, with this research work it is intended, through the case studies, to learn the fortification methods employed by architects, engineers and masters of the royal works, during the various interventions that the fortifications experienced over the years.

Finally, this research work also aims, within the framework of acknowledgement and valorisation of the edified heritage, to assert the importance of the preservation of this type of heritage, identifying it as an integral part of Funchal's history and as such, inseparable from the identity of the city and of all who, at any time, took part in the same story.

Keywords: military architecture, fortress, Fortaleza de São Tiago, Fortaleza de São João Baptista, Funchal

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – “Fragmento da vista panorâmica Olissippo, de Jorge Bráunio, onde se vê a muralha da cerca fernandina em prespectiva deformada” (Silva, 1987, s.p.).	31
Ilustração 2 – Adarves. (Gil, 1992, p. 161).	32
Ilustração 3 – Cubelos. (Gil, 1992, p. 79).	33
Ilustração 4 – Adarve e cubelo. ([Adaptado a partir de:] (Nunes, 2005, p. 27).	33
Ilustração 5 – Castelo de Tomar, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 136).	34
Ilustração 6 – Torre do Castelo de Tomar. (Ilustração nossa, 2014).	34
Ilustração 7 – Torres cilíndricas no Castelo de Almourol. (José Coelho, 2000).	35
Ilustração 8 – Vista da torre de menagem do Castelo de Almourol, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 189).	35
Ilustração 9 – Vista aérea do Castelo de Almourol, obra militar medieval, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 188).	35
Ilustração 10 - Torre de Belém. (Bethencourt e Chaudhuri, 1998, p. 412).	37
Ilustração 11 – Muralha de Lagos, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 295).	37
Ilustração 12 – Muralhas de Lagos, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 295).	37
Ilustração 13 – Castelo e muralha de Evoramonte, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 227).	37
Ilustração 14 . Fortaleza de São Julião da Barra, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 173).	38
Ilustração 15 – Baluarte. (Gil, 1992, p. 99).	39
Ilustração 16 – Planta da cidade do Funchal de Mateus Fernandes, c.1567, destacando-se à direita, a Fortaleza planeada para a Pena. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).	40
Ilustração 17 – Baluarte e guarita, Forte de São Filipe, Setúbal, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 185).	41
Ilustração 18 – Baluarte com canhoneira ao alto, Forte de São Filipe, Setúbal. (Nunes, 2005, p. 59).	41
Ilustração 19 – Vista aérea das fortificações de Elvas, Foto Almeida. (Carneiro, 2001, p. 331).	46
Ilustração 20 – Núcleos urbanos da futura cidade do Funchal. (Ilustração nossa, 2018).	48
Ilustração 21 – Reconstituição aproximada do primitivo povoado (1430-1485). As datas correspondem à primeira referência documental encontrada ([Adaptado a partir de:] (Guerra, 2010, p. 17).	50
Ilustração 22 – Ribeira de São João. Início do séc. XX. (Guerra, 2017, p. 136).	53
Ilustração 23 – Ribeira de Santa Luzia. Década de 1880, Fotografia Vicentes. (Guerra, 2017, p. 172).	53

Ilustração 24 – Pelourinho do Funchal, na atualidade, no Museu da Quinta das Cruzes (Carita et. al, 2015, p. 24).....	57
Ilustração 25 – Rua Direita na atualidade (Ilustração nossa, 2018).....	57
Ilustração 26 – Convento de Santa Clara (Ilustração nossa, 2018).....	58
Ilustração 27 – Sé do Funchal (Ilustração nossa, 2018).	58
Ilustração 28 – Planta do Funchal por Mateus Fernandes (c.1570) ([Adaptado a partir de:] (Guerra, 2010, p. 37).	59
Ilustração 29 – Igreja de São João Evangelista. (Ilustração nossa, 2018).....	62
Ilustração 30 – Torre avista navios. (Ilustração nossa, 2018).	63
Ilustração 31 – Planta do Brigadeiro Oudinot de 1804. Projeto da nova cidade à esquerda. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).	64
Ilustração 32 – Mapa com a demarcação dos tratados de Alcáçovas-Toledo e de Tordesilhas ([Adaptado a partir de:] (Bethencourt e Chaudhuri, 1998, p. 200).....	66
Ilustração 33 – Fontes de João Dinis (c.1880), Fotografia Vicentes. (Guerra, 2017, p. 265).	70
Ilustração 34 – Trajeto da armada francesa no arquipélago da Madeira. (Ilustração nossa, 2018).....	71
Ilustração 35 – Representação do ataque da armada francesa em maquete, fotografia de Rui Camacho. ([Adaptado a partir de:] (Braga, I. e Braga, P., 1994, p. 81).	72
Ilustração 36 – Planta da cidade do Funchal de Mateus Fernandes, c.1567. Fortaleza da Pena à direita ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).	74
Ilustração 37 – Forte de São Filipe, Setúbal, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 185).	74
Ilustração 38 – Forte de São Filipe, Cabo Verde (Lobo, 1996, p. 17).	74
Ilustração 39 – Muralhas do Regimento de Fortificação de D. Sebastião, planta de Mateus Fernandes (c.1567). ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).	75
Ilustração 40 – Fortaleza de São Lourenço lado sul (Ilustração nossa, 2018).....	76
Ilustração 41 – Fortaleza de São Lourenço, baluarte norte (Ilustração nossa, 2018)..	76
Ilustração 42 – Desenho da Fortaleza Nova do Largo Novo do Pelourinho. [Adaptado a partir de:] (Portugal, Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).....	77
Ilustração 43 - Ruínas da Fortaleza Nova da Praça do Pelourinho na atualidade (Ilustração nossa, 2018).	78
Ilustração 44 - Ruínas da Fortaleza Nova da Praça do Pelourinho na atualidade (Ilustração nossa, 2018).	78
Ilustração 45 – Muralha da cidade do Funchal com o prolongamento da muralha para nascente, planta de Mateus Fernandes (c.1567). ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).....	80
Ilustração 46 – Desenho da cortina da cidade com a bateria com baluarte triangular (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar).	81

Ilustração 47 – Desenho de Bartolomeu João da Fortaleza do Ilhéu. (Carita, 1984, s.p.).	82
Ilustração 48 – Planta do Forte do Ilhéu de António Pedro de Azevedo, em 1855. ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).	83
Ilustração 49 – Forte do Ilhéu. Década de 1870, fotografia de João Francisco Camacho. (Guerra, 2017, p.226).	83
Ilustração 50 – Forte do Ilhéu e Forte de São José, Fotografia Vicentes. ([Adaptado a partir de:] (Guerra, 2017, p.206).	84
Ilustração 51 – Portão dos Varadouros na atualidade. (Ilustração nossa, 2018).	85
Ilustração 52 – Porta do Forte de São José do Porto Santo (ilustração nossa, 2018). 86	
Ilustração 53 – Bateria da Penha de França vista do Forte São José. Década de 1880, Fotografia Vicentes. (Guerra, 2017, p. 237).	89
Ilustração 54 – Planta com o projeto da nova cidade na zona dos Ilhéus. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).	90
Ilustração 55 – Fortaleza de São João Baptista durante a segunda ocupação inglesa ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	91
Ilustração 56 – Fortaleza de São Tiago durante a segunda ocupação inglesa ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	92
Ilustração 57 – Forte do Ilhéu durante a segunda ocupação inglesa ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	92
Ilustração 58 – Fortaleza de São Lourenço. <i>The Government House at Madeira</i> . Desenho de William Westall, publicado em Londres, em 1813 (FUNCHAL. Câmara Municipal, 2004, p.140).	93
Ilustração 59 – Arquipélago da Madeira. (Mestre, 2002, p. 49).	96
Ilustração 60 – Vista aérea da Ilha da Madeira. ([Adaptado a partir de:] (Hugo Gaudêncio, 2018).	97
Ilustração 61 – Vista aérea da Ilha do Porto Santo. (Ilustração nossa, 2018).	98
Ilustração 62 – Ilha do Porto Santo. (Ilustração nossa, 2018).	99
Ilustração 63 – Vista área das Ilhas Desertas. (Ilustração nossa, 2018).	99
Ilustração 64 – Arco de São Jorge. Costa norte da Ilha da Madeira (Ilustração nossa, 2018).	99
Ilustração 65 – Vista panorâmica sobre o vale da Ribeira da Metade, na costa norte. À esquerda a cordilheira central da ilha, destacando-se o Pico Ruivo e o Pico do Areeiro. À direita a freguesia do Faial. (Ilustração nossa, 2016).	100
Ilustração 66 – Ocupação do território, sobretudo a sul, e divisões administrativas da Ilha da Madeira. <i>Estudo Geográfico</i> , de Orlando Ribeiro (Mestre, 2002, p. 46).	101
Ilustração 67 – Quinta do Jardim da Serra, na primeira quinzena do séc. XIX. Litografia de Lieut. Hornbrook (desenhador), T.M. Baynes (litógrafo). Casa-Museu Frederico de Freitas. (Matos, 2013, p. 79).	101
Ilustração 68 – Fotografia aérea da Fortaleza de São Tiago. (Ilustração nossa, 2017).	104

Ilustração 69 – Fotografia aérea da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).	105
Ilustração 70 – Porta primitiva de entrada da Fortaleza de São Tiago com a inscrição da data de 1614. (Ilustração nossa, 2018).	108
Ilustração 71 – Desenho da Fortaleza de São Tiago de Bartolomeu João, 1654. ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	109
Ilustração 72 – Transporte de pedra e de cal no arquipélago da Madeira. (Ilustração nossa, 2018).	110
Ilustração 73 – Desenho de Bartolomeu João, 1654, da Fortaleza de São Tiago, com legenda. ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	113
Ilustração 74 – Planta aproximada da Fortaleza de São Tiago, do Centro de Apoio das Ciências Históricas, com legenda, conforme a lustração anterior. ([Adaptado a partir de:] (Carita, 1984, s.p.).	113
Ilustração 75 – Orifícios por onde corriam as correntes da ponte levadiça. (Ilustração nossa, 2018).	114
Ilustração 76 – Forte Novo de São Pedro na planta de António Pedro d’Azevedo, 1855. ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).	115
Ilustração 77 – Nova porta da Fortaleza. (Ilustração nossa, 2017).	116
Ilustração 78 – Lápide colocada sobre a nova porta da Fortaleza de São Tiago. (Ilustração nossa, 2017).	116
Ilustração 79 – Guarita cilíndrica, virada a norte. (Ilustração nossa, 2017).	117
Ilustração 80 – Guarita cilíndrica, virada a sul. (Ilustração nossa, 2018).	117
Ilustração 81 – Guarita cilíndrica, virada a norte. (Ilustração nossa, 2018).	117
Ilustração 82 – Guarita cilíndrica, virada a oeste. (Ilustração nossa, 2018).	117
Ilustração 83 – Óculo virado ao mar. (Ilustração nossa, 2018).	117
Ilustração 84 – Cisterna (Ilustração nossa, 2018).	117
Ilustração 85 – Localização estratégica das Fortalezas do Ilhéu e de São Tiago. ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).	119
Ilustração 86 – Planta da Fortaleza de São Tiago desenhada e legendada, tendo por referência o desenho, do séc. XIX, de Paulo Dias de Almeida. (Ilustração nossa, 2018).	122
Ilustração 87 – Corte A e alçado da Fortaleza de São Tiago desenhados, tendo por referência o desenho, do séc. XIX, de Paulo Dias de Almeida. (Ilustração, 2018). ...	123
Ilustração 88 – Desenho da cidade do Funchal cercada por uma muralha de Marc-Vicent Coronelli, séc. XVII. ([Adaptado a partir de:] (Pereira e Sousa, 2017, p. 99).	124
Ilustração 89 – Portão da Quinta do Pico, na atualidade. (Ilustração nossa, 2018)...	126
Ilustração 90 – Desenho da Fortaleza de São João Baptista de Bartolomeu João, 1654. ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	128

Ilustração 91 – Lápide situada na esplanada baixa da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2018).	129
Ilustração 92 – Desenho de Bartolomeu João, 1654, da Fortaleza de São João Baptista, com legenda. ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	130
Ilustração 93 – Planta aproximada da Fortaleza de São João Baptista do Centro de Apoio das Ciências Históricas, com legenda conforme a ilustração anterior. ([Adaptado a partir de:] (Carita, 1984, s.p.).	130
Ilustração 94 – Fortaleza de São João Baptista, Rev. James Bulwer (desenhador), William Westall (litógrafo). Museu Quinta das Cruzes. (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018).	131
Ilustração 95 - Fortaleza de São João Baptista, de Richard Westall (desenhador), John Pye (gravador), séc. XIX. Museu Quinta das Cruzes. (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018).	132
Ilustração 96 – Guaritas da Fortaleza de São João Baptista viradas a nascente. (Ilustração nossa, 2017).	133
Ilustração 97 – Guarita do baluarte virado a norte. (Ilustração nossa, 2017).	133
Ilustração 98 – Baluarte de São Paulo. (ilustração nossa, 2017).	133
Ilustração 99 – Baluarte de São João. (Ilustração nossa, 2017).	133
Ilustração 100 - Planta da Fortaleza de São João Baptista desenhada e legendada, tendo por referência o desenho, do séc. XIX, de Paulo Dias de Almeida. (Ilustração nossa, 2018).	134
Ilustração 101 - Corte A e alçado da Fortaleza de São João Baptista desenhados, tendo por referência o desenho, do séc. XIX, de Paulo Dias de Almeida. (Ilustração nossa, 2018).	135
Ilustração 102 – Fotomontagem sobre um ortofotomapa da cidade do Funchal, atualmente, para ilustrar os baluartes da Fortaleza-Palácio de São Lourenço no lado oposto ao mar. (Ilustração nossa, 2018).	138
Ilustração 103 – Fortaleza de São Tiago, fortificação marítima. (Ilustração nossa, 2017).	139
Ilustração 104 – Fortaleza de São João Baptista, fortificação mista. (Ilustração nossa, 2017).	139
Ilustração 105 – Castelo de Ourém. (Ilustração nossa, 2015).	142
Ilustração 106 – Fotografia aérea da Fortaleza de São João Baptista de Angra do Heroísmo. (Ferreira, 2015, p. 160-161).	142
Ilustração 107 – Fortaleza e Palácio de São Lourenço, Funchal. (Ilustração nossa, 2018).	143
Ilustração 108 – Castelo de Belmonte após a intervenção após intervenção. (Lifecooler, 2018).	143
Ilustração 109 – Tenda onde decorreu o almoço de homenagem ao Rei de Portugal, em 1901. (Cruz, 2018).	145
Ilustração 110 – Museu de Arte Contemporânea da Madeira na Fortaleza de São Tiago. ([Adaptado a partir de:] (Choosemadeira, 2015).	146

Ilustração 111 – Sala de exposições do Museu de Arte Contemporânea da Madeira na Fortaleza de São Tiago. ([Adaptado a partir de:] Choosemadeira, 2015).	146
Ilustração 112 – Fortaleza de São João Baptista, vista da zona dos Ilhéus, com as altas antenas instaladas pela Marinha, fins da década de 1930. Fotografia Perestrelos. (Guerra, 2017 p. 131).	147
Ilustração 113 – Fortaleza de São Tiago. (Ilustração nossa, 2017).	191
Ilustração 114 – Fortaleza de São Tiago com os três níveis de esplanada. (Ilustração nossa, 2017).	191
Ilustração 115 – Fortaleza de São Tiago e parte da muralha da cidade à esquerda. (Ilustração nossa, 2018)	192
Ilustração 116 – Vista da Fortaleza de São Tiago para poente. (Ilustração nossa, 2017).	192
Ilustração 117 – Vista aérea, em planta, da Fortaleza de São Tiago. (Ilustração nossa, 2017).	193
Ilustração 118 – Vista aérea da Fortaleza de São Tiago e relação com a envolvente. (Ilustração nossa, 2017).	193
Ilustração 119 – Escada de acesso à esplanada baixa da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2018).	197
Ilustração 120 – Vista da esplanada baixa. (Ilustração nossa, 2018).	197
Ilustração 121 – Entrada para a guarita do baluarte de São João. (Ilustração nossa, 2018).	198
Ilustração 122 – Cisterna com inscrição na pedra datada de 1632. (Ilustração nossa, 2018).	198
Ilustração 123 – Rampa de acesso ao revelim e ponte levadiça. (Ilustração nossa, 2018)	199
Ilustração 124 – Vista sobre a cidade do Funchal. (Ilustração nossa, 2018).	199
Ilustração 125 - Vista aérea e frontal da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).	200
Ilustração 126 – Vista aérea do lado norte da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).	200
Ilustração 127 – Vista aérea em planta da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).	201
Ilustração 128 – Vista aérea da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).	201
Ilustração 129 – Mapa das fortificações no arquipélago da Madeira com legendas exceto as fortificações do centro da cidade do Funchal. (Ilustração nossa, 2018).	205
Ilustração 130 – Representação do corte da cidade entre as Fortalezas de São João Baptista e de São Tiago. (Ilustração nossa, 2018).	209
Ilustração 131 – Planta de Mateus Fernades III, c.1567. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Cultura, 2017).	217
Ilustração 132 – Descrição da Ilha da Madeira, cidade do Funchal, lugares e desenhos das fortificações do Funchal, de Bartolomeu João, 1654. (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	221

Ilustração 133 – Planta da cidade do Funchal do Capitão Skinner, 1775. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Cultura, 2017).	225
Ilustração 134 – Planta da cidade do Funchal depois da aluvião de 1803, Reinaldo Oudinot. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Cultura, 2017).	229
Ilustração 135 – Planta das fortificações do Funchal na Ilha da Madeira, 24 dezembro de 1808, Samuel Hood K. B. e Gen. Beresford. (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	233
Ilustração 136 – Planta das fortificações da Ilha da Madeira em 1855. Major Graduado do E.M. d’Engenheiros António Pedro D’Azevedo. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Cultura, 2017).	237
Ilustração 137 – Desenhos da Fortaleza de São Tiago, Paulo Dias de Almeida, 1805. (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	241
Ilustração 138 - Desenhos da Fortaleza de São João Baptista, Paulo Dias de Almeida, 1805. (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).	245

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ABM - Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira
- DG - Diário do Governo
- DGPC - Direção Geral do Património Cultural
- DRAC - Direção Regional dos Assuntos Culturais
- DRC - Direção Regional da Cultura
- IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
- PDM - Plano Diretor Municipal

SUMÁRIO

1. Introdução	25
2. A Arquitetura militar	29
2.1. A arquitetura militar em Portugal	29
2.1.1. Da fortificação medieval à fortificação moderna	29
2.2. A arquitetura militar na Madeira	47
2.2.1. Génese e crescimento da cidade do Funchal.....	47
2.2.2. Evolução do Sistema defensivo da Cidade.....	65
3. As Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista: casos de estudo	95
3.1. Enquadramento físico e humano	95
3.2. As Fortalezas no sistema defensivo da cidade do Funchal: do séc. XVI ao séc. XIX	103
3.3. Processo evolutivo das fortificações	107
3.3.1. A Fortaleza de São Tiago	107
3.3.2. A Fortaleza de São João Baptista.....	124
3.4. Caracterização funcional das fortalezas e a cidade	136
4. Património arquitetónico	141
4.1. Património arquitetónico militar e a atualidade	141
4.1.1. As Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista	145
5. Considerações finais.....	149
Referências	151
Bibliografia.....	161
Glossário	163
Apêndices.....	171
Lista de Apêndices	173
Apêndice A	175
Apêndice B	189
Apêndice C	195
Apêndice D	203
Apêndice E	207
Anexos.....	211
Lista de Anexos	213
Anexo A	215
Anexo B	219
Anexo C	223
Anexo D	227
Anexo E	231

Anexo F	235
Anexo G	239
Anexo H	243

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura militar e a sua importância, não tem, ainda hoje, o destaque merecido. O distanciamento, talvez mesmo o esquecimento, por parte de muitos em relação a este valiosíssimo património, resultará de um conhecimento escasso ou pouco fundamentado, da relevância destas estruturas arquitetónicas, na construção do país que hoje somos, quer do ponto de vista da dimensão do território, quer ainda, do ponto de vista social e humano. A nossa identidade, enquanto povo, ou antes, as diferentes identidades que constituem o povo que hoje somos, terão por certo que ver com o processo histórico, da qual, agora, também fazemos parte.

As fortificações, espalhadas por todo o território português, continente e ilhas, em regra monumentos de grande impacto, são parte integrante da nossa memória coletiva, assentes num passado que excedeu, em muito, o que hoje é Portugal.

As Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista, do Funchal, razões que determinaram a nossa opção pelo estudo da arquitetura militar na Ilha da Madeira, continuam a ser dois marcos emblemáticos, e com impacto, no tecido urbano da cidade. Para além dessa presença física na cidade, somando quatro séculos, e no quotidiano dos moradores e visitantes, é reconhecido o seu contributo na construção de uma urbe, desde há muito, cosmopolita. A aculturação, marca presente no desenvolvimento da cidade, precisou de um sistema defensivo, entendido ao longo dos séculos, como salvaguarda de pessoas e bens.

O trabalho de investigação, que nos propomos desenvolver, tem como principais objetivos, conhecer e aprofundar, do ponto de vista teórico, os fundamentos que contribuem para a contextualização e valorização da arquitetura militar em Portugal, e na Madeira, em particular; perceber a relevância, no sistema defensivo da cidade do Funchal, das Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista; sensibilizar para a importância do património arquitetónico e para os desafios da sua salvaguarda ou adequada alteração de função.

A presente dissertação divide-se em três partes, organizadas segundo uma estrutura temática, que permite a construção de um itinerário, em crescendo, consolidando a evolução da pesquisa realizada.

Na primeira parte, relativa à arquitetura militar, é feita uma abordagem teórica da arquitetura militar em Portugal, fazendo-se um percurso, que vai desde a fortificação medieval à fortificação moderna, séculos XII a XVIII. No que respeita à arquitetura militar na Ilha Madeira, e sendo as ilhas despovoadas à data da sua descoberta oficial, no séc. XV, abordou-se primeiro a génese e crescimento da cidade do Funchal, para então, no contexto do povoamento e das realidades sociais, económicas e estratégicas da ilha, se aprofundar a evolução do sistema defensivo da cidade.

Na segunda parte, o relevo é dado às Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista. O enquadramento físico e humano, a iniciar este capítulo, fundamenta-se na necessidade de, ao estudar as Fortalezas no contexto das realidades do final do séc. XVI e séculos seguintes, se perceber que a realidade geográfica das ilhas e a sua localização estratégica no Atlântico norte, foram determinantes para a história da defesa da cidade do Funchal e, bem assim, para a das Fortalezas em estudo. Em relação às Fortalezas, de São Tiago e de São João Baptista, é feita uma análise, baseada no percurso cronológico de cada uma delas, relevando-se o processo evolutivo das fortificações, os seus traçados defensivos e o papel das mesmas, em momentos chave da história da cidade. Abordou-se, ainda neste capítulo, a relação das Fortalezas com a cidade do Funchal.

Na terceira parte, é abordada a importância do património construído, com destaque para o património arquitetónico militar e a relevância de, na sua preservação, recuperação ou ambas, serem consideradas as soluções mais adequadas a cada situação, combinando saberes e técnicas, numa lógica pluridisciplinar e integrada. Em relação às Fortalezas de São Tiago e São João Baptista é feita uma abordagem cronológica, relativa ao séc. XX e até à atualidade, no âmbito das funções que às mesmas, foram sucessivamente atribuídas. Optou-se ainda por introduzir neste capítulo, alguns exemplos de reutilização do património arquitetónico militar, na expectativa de que possam contribuir para a sensibilização, inerente às muitas possibilidades, que o vasto património arquitetónico militar poderá ainda permitir.

A metodologia usada para a elaboração da dissertação assentou na pesquisa bibliográfica, na consulta de referências bibliográfica e outras, na análise e seleção de conteúdos, na recolha e análise de elementos gráficos, levantamentos fotográficos e visitas aos locais em estudo ou com eles relacionados.

Ao longo do processo, foram sentidas algumas condicionantes, tanto ao nível de materiais não disponíveis, como, no que respeita à arquitetura militar na Ilha da Madeira, o facto de não haver uma maior diversidade de especialistas.

2. A ARQUITETURA MILITAR

“A arquitectura militar constitui um núcleo significativo do património arquitectónico e artístico português, existindo inúmeras fortificações da Idade Média e Moderna por todo o território.” (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 4)

2.1. A ARQUITETURA MILITAR EM PORTUGAL

2.1.1. DA FORTIFICAÇÃO MEDIEVAL À FORTIFICAÇÃO MODERNA

As construções de carácter militar em Portugal, tiveram épocas bastante definidas (Carita, 1981, p. 27). Numa primeira fase, correspondente à consolidação da nacionalidade, as intervenções fizeram-se mediante obras de consolidação e de adaptação de construções e de estruturas de épocas anteriores, pelo reaproveitamento de ruínas de fortificações romanas¹ e de fortalezas muçulmanas².

D. Afonso Henriques (1109-1185), segundo António Nunes (2005, p. 27), “orientou-se no sentido de garantir, em primeiro lugar, a segurança de Coimbra onde estabelecera a sua base política e militar e da linha do Mondego, que a protegia”. A estratégia defensiva de D. Afonso I, incluiu ainda uma atenção especial a uma linha de costa onde se inserem os castelos de Óbidos e de Torres Vedras, na Beira Alta à área de fronteira do Ribacoa, tendo contado com os Templários e Hospitalários³, para a sul, estabelecer uma nova fronteira no rio Tejo.

Esta fase, estender-se-á até às construções do tempo de D. Afonso III⁴ (1210-1279) e, principalmente, de D. Dinis (1261-1325), já de conceção nacional, embora não criando novos tipos de construção nem alterações às conceções anteriores (Carita, 1981, p. 27). Os castelos, fortalezas, atalhias e torres de vigia construídos ou reconstruídos, a partir

¹ Fortificações construídas pelos romanos após a sua fixação no território, que mais tarde seria Portugal, pertencendo aquelas a dois períodos distintos: o primeiro, do final do séc. I d.C., constituído por fortificações romanas da época de Augusto – Valongo, Régua e Vila do Conde, o segundo do séc. III/IV d.C., em que se incluem as muralhas de Conímbriga, Évora e Idanha-a-Velha que serão do tempo de Dioclesiano ou um pouco posterior (Nunes, 2005, p. 212).

² Fortificações do período da dominação árabe, séc. VIII a séc. XII (Nunes, 2005, p. 43).

³ A ordem militar dos Hospitalários tinha a sua sede no mosteiro fortificado da Flor da Rosa, Crato, no Alentejo (Nunes, 2005, p. 128) e a sede da ordem militar dos Templários, após ter sido em Fonte Arcada e Soure passou definitivamente para Tomar (Nunes, 2005, p. 226).

⁴ Após as campanhas militares de 1249 e 1250, D. Afonso III terminara a reconquista do Algarve e conseguira a coerência territorial do reino (Ventura, 2006, p. 138).

de meados do séc. XII, desempenharam um papel fundamental no apoio à reconquista e ao repovoamento do território.

Castelos e fortalezas eram, então, elementos chave da defesa das fronteiras terrestres, tendo o Rei D. Dinis prestado a maior atenção à defesa⁵, mandando construir fortificações, ampliando castelos e cingido vilas por robustas muralhas. Chamava-se então “fazer vila” ao ato de fortificar uma povoação.

Nesta época iniciou-se um novo período, em que as torres de menagem eram mais alterosas; os torreões começaram a ser prismáticos; surgiram elementos góticos nas portas e janelas que deixaram de ser estreitas frestas e ainda nos abobadamentos, apareceu o balcão com maticões (dito balcão dionisiano) nalguns torreões e as povoações que se vão desenvolvendo em superfície, foram envolvidas, em muitos casos, por cercas. (Nunes, 2005, pp. 159-160)

Da primeira Dinastia (1143-1385), poucos nomes chegaram até hoje ligados a estas fortificações, para além do nome de um arquiteto militar, João Froilaz⁶, do tempo de D. Afonso Henriques, que concluiu o Mosteiro de Tarouca e seria natural daquela zona (Carita, 1981, p. 27). Diz-nos igualmente Rui Carita (1981, p. 27) que, pelo seu tipo de construção, era, como quase todas desta época, uma construção religiosa-militar. Chegou-nos também um nome de um mestre, mestre Miguel⁷, construtor de máquinas poliorcéticas⁸, que ficou ao serviço de D. Sancho I (1154-1211) após a conquista de Tui⁹ (Carita, 1981, p. 27).

Por ordem de D. Afonso IV (1291-1357) e com o traço do mestre João Afonso¹⁰, iniciou-se a construção do Castelo de Mourão em 1343. Na cidade de Lisboa, numa das velhas portas da muralha fernandina¹¹, existia até há pouco tempo uma

⁵ Rui de Pina, na sua *Crónica de D. Dinis*, capítulo XXXII que intitula, “[d]as obras e coisas notáveis que el-rei D. Dinis fez em sua vida”, aponta a obra militar defensiva do rei, através da enumeração de cerca de cinco dezenas de castelos fortificados ou reparados.” (Nunes, 2005, p. 96)

⁶ O projeto do Mosteiro Cisterciense de Tarouca, foi atribuído a um enigmático loannes Foylaci de Tarouca, arquiteto que conhecia bem as obras cistercienses borgonhesas, devendo o referido João Froilaz ser um importante nobre regional, que terá custeado parte da obra (Portugal. Direção-Geral do Património Cultural). O mosteiro de Tarouca foi dedicado em 1169, pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar. Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁷ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁸ Máquinas de guerra, construídas para sitiar e atacar as povoações fortificadas (Nunes, 2005, p. 194).

⁹ “Assim, provavelmente na primavera de 1197, Sancho I, entra na Galiza, toma Tui e Pontevedra, iniciando uma guerra com Leão que se havia de prolongar por quase dois anos.” (Branco, 2006, p. 154)

¹⁰ O atual castelo de Mourão, com as obras a cargo do mestre de pedraria João Afonso, foi mandado construir por D. Afonso IV, conforme atesta a inscrição epigráfica junto ao Portão de Armas (Cruz, 2016).

¹¹ A muralha fernandina de Lisboa, também conhecida por cerca fernandina é a muralha da cidade de Lisboa correspondente à ampliação da cerca velha levada a cabo por D. Fernando I.

inscrição, referindo os irmãos Vasco e João Fernandes¹² como construtores das cercas e muros, do tempo de D. Fernando (1345-1383).



Ilustração 1 – “Fragmento da vista panorâmica Olisippo, de Jorge Bráunio, onde se vê a muralha da cerca fernandina em perspectiva deformada” (Silva, 1987, s.p.).

As construções dos princípios da nacionalidade eram simples e enquadradas numa linha tradicional. “Os engenheiros e arquitectos de então seriam, na maior parte dos casos, mestres, pedreiros ou simples superintendentes” (Carita, 1981, p. 28) guiados pela tradição e experiência.

Nesta ordem de ideias, vem a obrigatoriedade que a todos competia de contribuir para a construção das fortalezas, o “direito de adüa”, que correspondendo inicialmente à quantidade de gente que uma povoação designava para este serviço, veio mais tarde a designar também, a contribuição relativa à isenção do mesmo. (Carita, 1981, p. 28)

¹² Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte dos irmãos Vasco e João Fernandes.

Para aquela época, sobretudo para as povoações fronteiriças sempre envolvidas em conflitos, esse direito, que mais não era que a obrigação de trabalhar na construção e reparação dos castelos reais ou outras fortificações, era por vezes muito pesado e dava, não raras vezes, origem a descontentamentos tentando-se obter a dispensa. As muralhas então construídas eram, regra geral, simples e com paredes de cerca de metro e meio de espessura para uma altura que podia variar de três a quatro metros até mais de dez metros, conforme a importância e as possibilidades da povoação, de forma a resistirem aos projéteis lançados contra elas. Na parte superior possuíam um corredor protegido por um parapeito, que dava segurança a quem circulava em cima, geralmente em forma de itinerário, o “caminho da guarda” e que era designado, em geral, por “adarve” (Carita, 1981, p. 28).

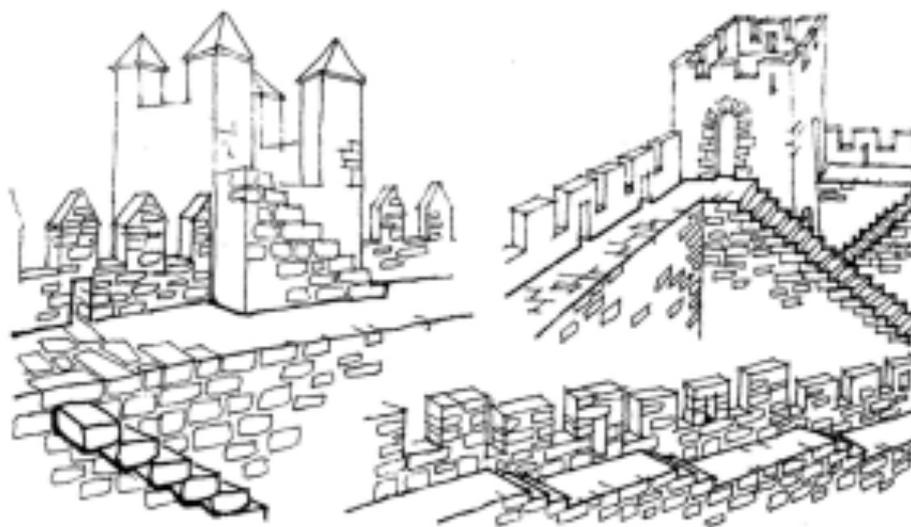


Ilustração 2 – Adarves. (Gil, 1992, p. 161).

O adarve era elemento imprescindível num castelo, pois além do caminho de ronda, constituía a linha ideal, elevada e protegida, por parapeito e ameias, para os atiradores defensivos. Servia, também, de ligação entre torres, assim como de acesso aos eirados de cubelos e balcões. A espessura das muralhas determinava a largura do adarve, chegando a ultrapassar os dois metros o que não só facilitava a manobra e circulação dos atiradores como também a instalação de maquinaria defensiva. A partir do séc. XVI a artilharia pirobalística¹³, necessitaria de muros mais espessos e adarves mais largos

¹³ Artilharia usada na defesa e no ataque a castelos e a todas as fortalezas posteriores ao final do séc. XIV (Nunes, 2005, p. 50).

para deslocação e instalação das novas bocas de fogo (Gil, 1992, p. 161). Também, por isso, os acessos aos adarves tornaram-se em rampas largas.

Com a evolução dos sistemas de construção e considerada a possibilidade do sitiante, caso se conseguisse aproximar da base da muralha, ficar a coberto do fogo do sitiado, na chamada “zona não batida” ou no “ângulo morto”, criaram-se sistemas de construção destinados a cobrir essas zonas, os chamados “sistemas de flanqueamento” (Carita, 1981, p. 28). Aparecem assim torres avançadas ou “cubelos” para eliminar os flanqueamentos laterais e os “eirados” destinados a eliminá-los superiormente (Carita, 1981, pp. 28-29).



Ilustração 3 – Cubelos. (Gil, 1992, p. 79).

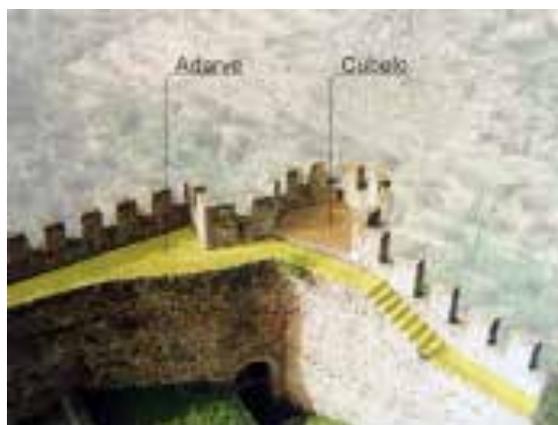


Ilustração 4 – Adarve e cubelo. ([Adaptado a partir de:] (Nunes, 2005, p. 27).

Durante o período da Reconquista, as várias ordens militares¹⁴ desempenham um papel de relevo no alargamento, proteção e povoamento do território nacional (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 9). Os templários, que desde o início adquirem um carácter iminentemente militar, têm o seu período áureo de afirmação ao longo da segunda metade do séc. XII, durante o mestrado de D. Gualdim Pais¹⁵ (1156-1195), não sendo a isso alheio, a sua participação na II cruzada¹⁶, as suas vivências no Próximo Oriente e o contacto com as fortificações da Terra Santa, detentoras das mais

¹⁴ A Ordem do Templo está em Portugal a partir de 1128, a do Hospital surge pela mesma altura, a de Santiago está desde 1172 e a de Avis, de início designada Milícia de Évora, desde 1175 (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 9). As ordens militares prestavam altos serviços, valorizando as zonas regionais que lhes eram confiadas e deixando nesses territórios marcas profundas no quadro social, na vida económica, na assistência e na religião (Serrão, 1990, p. 167).

¹⁵ “D. Gualdim Pais foi o 6º Mestre da Ordem do Templo, atravessando o seu mestrado grande parte dos reinados de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I.” (Nunes, 2005, p. 188)

¹⁶ Foi uma expedição bélica dos cristãos do ocidente, proclamada por Eugénio III em resposta à conquista de Edessa, em 1144. A segunda cruzada foi dirigida por Luís VII de França e pelo imperador Conrado III (Oliveira, 1997a, p. 2121).

avançadas soluções arquitetónicas militares (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 9).

A primeira grande fortificação da Ordem do Templo foi o castelo de Tomar, iniciada em 1160, sendo esta Ordem ainda responsável, pela introdução de três aspetos inovadores nas fortificações: a torre de menagem, os paramentos com talude ou ressalto, utilizado pela primeira vez no Castelo de Tomar, e o cadafalso húngrico (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 10).



Ilustração 5 – Castelo de Tomar, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 136).



Ilustração 6 – Torre do Castelo de Tomar. (Ilustração nossa, 2014).

No Castelo de Almourol (1171), construção de raiz realizada pela Ordem, foram introduzidos outros aspetos inovadores.

De facto, Almourol, apresenta torres cilíndricas em todas as inflexões da muralha, e, apesar das reduzidas dimensões, tem o espaço compartimentado, aproveitando a diferença de cotas dos afloramentos rochosos para definir duas áreas independentes: o recinto ou a área inferior [...] e o pátio superior, [...] onde se ergue a torre de menagem. (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 11)

O conhecimento adquirido na Terra Santa pela Ordem do Templo teve como reflexo o domínio ímpar das regras da arquitetura militar e a sabedoria de bem as aplicar no terreno (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, pp. 9-10).



Ilustração 7 – Torres cilíndricas no Castelo de Almourol. (José Coelho, 2000).



Ilustração 8 – Vista da torre de menagem do Castelo de Almourol, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 189).



Ilustração 9 – Vista aérea do Castelo de Almourol, obra militar medieval, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 188).

Paulatinamente, a par da construção estratégica de fortificações, entre a segunda metade do séc. XIII e os primeiros anos do séc. XIV, “assiste-se a um processo de reorganização territorial que deu origem a uma nova forma de habitat concentrado e fortificado de promoção régia - a vila” (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 9).

Sucedendo à Ordem do Templo, extinta em 1311 pelo Papa Clemente V (1264-1314), D. Dinis instituiu a Ordem de Cristo em 1318, mantendo-a no âmbito da coroa. Entre outras medidas, substituiu o cargo de tenente pelo de alcaide de nomeação régia, instituiu o cargo de corregedor das comarcas com o objetivo de vistoriar o estado de conservação dos castelos e instituiu o princípio jurídico que proclama como monopólio régio, a edificação das fortificações ou obras militares (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 12). Visando estimular e consolidar o povoamento das zonas fronteiriças, política prosseguida por D. Pedro I (1320-1367) e D. Fernando, D. Dinis atribuiu cartas de foral¹⁷ e os reis seus sucessores, para além da concessão de cartas de privilégio, instituíam a fundação de coutos de homiziados¹⁸ (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 12).

A partir de meados do séc. XV, com o avanço técnico da artilharia pirobalística, a fortificação medieval torna-se ineficaz e passa por um processo de adaptação, conciliando estruturas e elementos de fortificação medieval com outros mais de vanguarda e percursos da fortificação moderna abaluartada (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 16).

A crescente importância da artilharia vai, assim, ditar a quase eliminação das cortinas de muralhas. “Na arquitetura militar o belo e desafiador castelo medieval seria o grande sacrificado, as suas altas torres, já sem justificação, tiveram nos baluartes qualificados sucessores” (Gil, 1992, p. 99). Esta evolução, acabaria assim por, de acordo com Mário Barroca (2003, p. 97), “impor a necessidade de reformas mais profundas nas fortificações, obrigando a repensar toda a sua estrutura arquitectónica em função de uma nova lógica ditada pelo armamento pirobalístico”.

Em Portugal, afirma Nunes (2005, p. 239), “a fortificação de transição foi a fortificação da primeira metade do séc. XVI, também conhecida por fortificação renascentista e corresponde à parte final do reinado de D. Manuel I e início do de D. João III”. São exemplos de fortificações de transição, a Torre de Belém (1516-1519),

¹⁷ O mesmo que foral e carta de foro, é um documento jurídico autêntico, outorgado por autoridade legítima e que se destina a regular a vida coletiva de qualquer povoação, nova ou já existente, formada por homens livres ou que ele reveste dessa condição (Magalhães, 1977, p. 1215).

¹⁸ No período anterior à morte de D. João I, de acordo com o inventário realizado, mostra-se que estes coutos contribuíam para a defesa da fronteira e para o povoamento de certas terras (Serrão, 1990, p. 250-251); os coutos de homiziados eram lugares em que, por disposição legal, os criminosos se poderiam acolher com segurança de não serem perseguidos pela justiça, concedendo-se este princípio quando, por qualquer motivo, convinha ao monarca favorecer o povoamento de tais lugares (Correia, 1998, p. 956).

o Castelo de Evoramonte¹⁹ (1531-1535) e a muralha de Lagos (primeira metade do séc. XVI).



Ilustração 10 - Torre de Belém. (Bethencourt e Chaudhuri, 1998, p. 412).

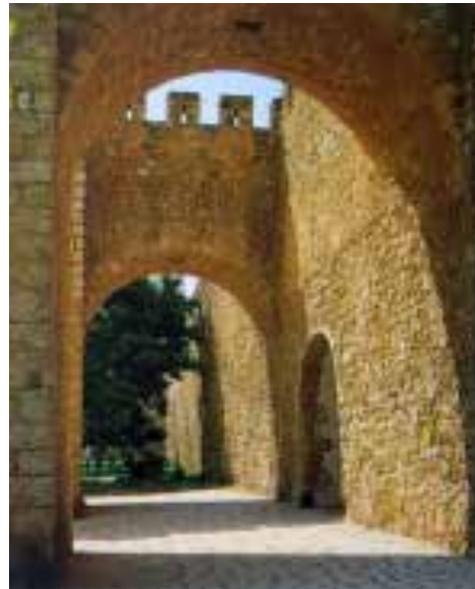


Ilustração 11 – Muralha de Lagos, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 295).

A construção da Torre de Belém, cujo traçado é do arquiteto Francisco de Arruda (?-1547), representa um marco extraordinário na arquitetura portuguesa de transição, sendo a sua estrutura composta pela justaposição de dois corpos distintos: uma plataforma baixa, de planta poligonal, e uma torre vertical de planta quadrada (Barroca, 2003, p. 104).



Ilustração 12 – Muralhas de Lagos, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 295).



Ilustração 13 – Castelo e muralha de Evoramonte, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 227).

¹⁹ O castelo de Evoramonte, com projeto de Francisco de Arruda, foi a primeira estrutura adaptada ao tiro com bocas-de-fogo com espaços fechados, denunciando o desenvolvimento dos sistemas de ventilação (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 20).

As obras da arquitetura de transição, em Portugal, são “influenciadas especialmente pela escola de fortificação italiana, surgida em Itália no final do século XV e notória na fortificação portuguesa durante todo o século XVI”. (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 16)

A grande revolução na arquitetura militar viria de Itália, onde o Renascimento, a par de uma profunda alteração de mentalidades e de gosto artístico, teve um impacto na arte militar coeva, desenvolvendo-se depois da Arquitetura Medieval, a Arquitetura de Transição e, logo de seguida, a Arquitetura Abaluartada. (Nunes, 2005, pp. 15-16)

A fortificação moderna surge na primeira metade do séc. XVI e constitui um prolongamento natural da fase de transição (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2005, p. 21). Uma das primeiras fortificações modernas, construídas em Portugal com traçado abaluartado, é a Fortaleza de São Julião da Barra, com projeto de Miguel Arruda (?-1563) e ter-se-á iniciado em 1553. A fortificação abaluartada é, segundo Nunes (2005, p. 25), “a fortificação adaptada à defesa contra armas de fogo, já desenvolvidas, que perdeu todas as características medievais e tem o baluarte como elemento caracterizante”.



Ilustração 14 . Fortaleza de São Julião da Barra, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 173).

Os baluartes, eram construções avançadas, em regra associados e distanciados não mais que o alcance das armas então utilizadas, por forma a cobrirem-se mutuamente. O sistema de baluartes de acordo com Carita (1981, p. 29) “deve ter nascido na transição do séc. XV/XVI, expandindo-se rapidamente”, sendo que, de início, o termo

“baluarte” não terá tido o sentido que ao longo do séc. XVI vai adquirindo, onde se deixa de falar em “baluarte”, mas em “baluartes”. Deveria ser então e somente qualquer obra avançada e fortificada, como o caso dos baluartes da Fortaleza do Funchal²⁰, dos princípios do séc. XVI, que era a obra que unia os dois “cabelos” iniciais, o manuelino e o hoje avançado ao mar (Carita, 1981, p. 29). Vinda de Itália, a concepção de fortaleza abaluartada foi conhecendo aperfeiçoamentos e variantes, tendo a influência da escola de fortificação italiana, sido notória, em Portugal durante todo o séc. XVI.

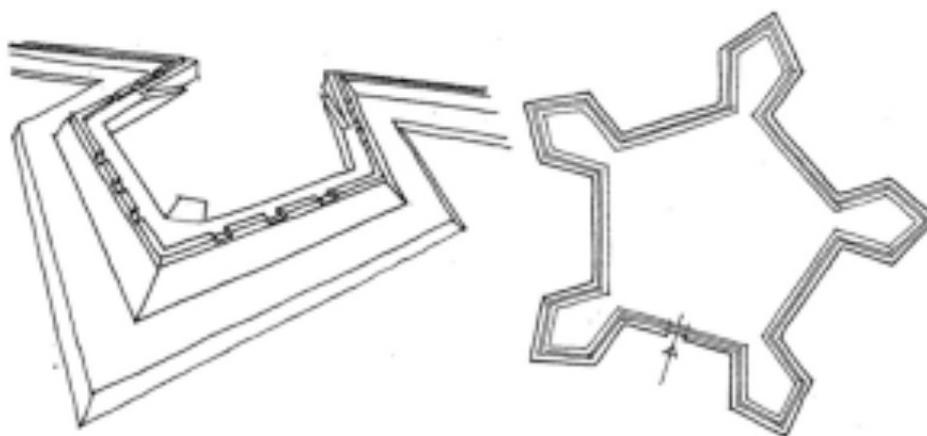


Ilustração 15 – Baluarte. (Gil, 1992, p. 99).

Com os reinados de D. Manuel I (1469-1521), D. João III (1502-1557) e D. Sebastião (1554-1578):

Conhece a arquitetura militar em Portugal, uma época de esplendor, com grandiosas construções, embora algumas ficando pelo planeamento, como a grande fortaleza do Funchal, planeada para a Pena e que desceria até ao mar, numa extensão de mais de 700 metros de comprimento. (Carita, 1981, p. 29)

É a época das gerações de arquitetos fortificadores, Castilhos e Arrudas²¹, de Diogo de Torralva (c.1500-1566), de Francisco de Holanda (1517-1585) e de Afonso Álvares (c.1501-1580), simultaneamente autores de projetos militares e civis, profanos e religiosos. É o período dos colégios dos Jesuítas²², das novas Sés de Leiria (1559), Portalegre (1556), Miranda do Douro (1552), da igreja de São Roque em Lisboa (1565),

²⁰ Fortaleza que mais tarde passaria a designar-se por fortaleza de São Lourenço.

²¹ Os irmãos João de Castilho e Diogo de Castilho, ambos naturais da província das Astúrias; os irmãos Diogo e Francisco de Arruda e o filho deste, Miguel Arruda.

²² O colégio dos Jesuítas do Funchal foi fundado por alvará do Rei D. Sebastião, em 20 de agosto de 1569, tendo a sua construção se iniciado depois de 1574.

das Fortalezas de Mazagão (1514-1543) e da Ilha de Moçambique (1546), por exemplo (Simões, 1981, pp. 5-6).



Ilustração 16 – Planta da cidade do Funchal de Mateus Fernandes, c.1567, destacando-se à direita, a Fortaleza planeada para a Pena. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

No período Filipino (1580-1640) a fronteira terrestre perde valor estratégico, resultando daqui que as principais fortificações de fronteira fossem quase abandonadas, privilegiando-se então, sobretudo, as fortificações da frente marítima. De relevar, nesta época, os frequentes ataques à longa costa portuguesa por piratas muçulmanos, holandeses, britânicos e franceses pelo que, naturalmente, as defesas das zonas portuárias mais vulneráveis mereceram a maior atenção por parte dos Reis da Casa de Áustria²³.

Em Portugal, no início da União Ibérica, encontra-se Filipe Terzi (1520-1597), arquiteto e engenheiro militar italiano, vindo para Portugal em 1577, no reinado de D. Sebastião e que o acompanhará ao Norte de África. Tem o seu nome ligado ao desaparecido Torreão do Paço da Ribeira (1581), à Igreja de São Vicente de Fora (1590) e ao Forte de São Filipe (1590), em Setúbal (Carita, 1981, p. 29).

²³ Durante os séculos XVI e XVII, reinaram em Espanha os reis da Casa de Áustria ou de Habsburgo, pertencendo a esta casa, os reis Filipe II, Filipe III e Filipe IV, que devido à União Ibérica, foram também reis de Portugal (Crespo, 2017, p. 16).

O Forte de S. Filipe, fortificação abaluartada, possui segundo Júlio Gil (1992, p. 187) “uma imponência volumétrica invulgar entre nós em construções deste género e época, que lembra exemplos italianos e franceses, alguns de construção posterior”.

Com a ida de Terzi para Madrid, outros arquitetos italianos de referência vêm para Portugal, sucedendo-lhe assim os Torriani, Leonardo (1559-1628) e João (1611-1679), e Batista Lavanha (1550-1624). Os Torriani, para além da obra de reabastecimento da água à cidade de Lisboa e a execução de obras em conventos em vários locais do país, reestruturaram as Fortalezas de São Lourenço da Cabeça Seca (1590) no ilhéu do Bugio e de São Julião da Barra (1597), considerada a mais importante fortificação da barra do Tejo. No Funchal, Jerónimo Jorge (c.1570-1618), traça o Paço Episcopal, trabalha na Igreja Matriz da Calheta e continua as obras da Fortaleza de São Lourenço. Mais tarde, com o seu filho Bartolomeu João (c.1590-1658), continua as obras de fortificação do Funchal, ordenadas por D. Sebastião em 1572²⁴. Neste período, estarão ainda as gerações dos Frias, dos Coutos e dos Tinoucos²⁵, onde de pais para filhos se irão mantendo as obras de fortificação, puramente militares, à mistura com obras religiosas e civis (Carita, 1981, p. 30).



Ilustração 17 – Baluarte e guarita, Forte de São Filipe, Setúbal, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 185).



Ilustração 18 – Baluarte com canhoneira ao alto, Forte de São Filipe, Setúbal. (Nunes, 2005, p. 59).

Do ponto de vista estritamente militar, só em meados do séc. XVI, se perde a grande influência dos artistas de origem árabe vindos do Norte de África, começando-se a registar outras influências, nomeadamente de Itália, quer por via de técnicos ali

²⁴ O Regimento de fortificação de D. Sebastião de 1572, é o primeiro regimento a ser efetivado na Ilha da Madeira no campo da defesa (Carita, 1984, p. 11).

²⁵ Ao longo do século XVII o cargo de direcção da Aula do Risco do Paço da Ribeira, foi sendo ocupado por gerações familiares [...] sendo assim que a Terzi se sucedem os Frias (Teodósio, Luís e Francisco), depois os Tinocos (Pedro Nunes e João Nunes) e os Torrianos (Leonardo, Diogo e Frei João, tendo o último falecido em 1679) (Pereira, 1995, p. 167). No séc. XVII, temos ainda Mateus do Couto, tio e Mateus do Couto, sobrinho, que segundo Miguel Portela (2015), foram mestres de obras do real Mosteiro da Batalha.

recrutados, Filipe Terzi e Leonardo Torriano, por exemplo, quer por via dos bolseiros que, desde meados do século anterior eram enviados a estudar pela Europa, dando-se como exemplo destes últimos, Duarte d' Armas²⁶ (1465-?) e Francisco de Holanda²⁷ (1517-1585) (Carita, 1981, p. 30).

Filipe Terzi terá sido o primeiro professor de arquitetura em Portugal, na aula criada em 1594 por Filipe I (1527-1598), na Ribeira das Naus, a Aula do Risco do Paço da Ribeira (Pereira, 1995, p. 167). Era obrigatória, para os aprendizes de arquitetura designados em número de três e recebendo vinte mil reis anuais, a frequência da cadeira de geometria²⁸. Então, ter-se-á começado a ministrar, com bases científicas, a arquitetura militar em Portugal. Terá passado por esta escola, o filho mais novo de Jerónimo Jorge, que na Ilha da Madeira aparece a lecionar arquitetura, no início do séc. XVII (Carita, 1981, p. 30). De referir, ainda, o Colégio Jesuíta de Santo Antão, bem como Frei Roldão²⁹, a quem coube o privilégio do pioneirismo na matéria, à semelhança de outros colégios na Europa, tornando-se na instituição mais influente no ramo (Carita, 1981, p. 30). “Muita da «investigação de ponta» de então, nomeadamente nos ramos das matemáticas, deve-se a padres jesuítas que, com frequência, nos surgem também como fortificadores” (Rossa, 1995, p. 269). Para alinhar, segundo ainda Rossa (1995, p. 269) “o quadro de relações entre o ensino, a arquitectura, a fortificação e o urbanismo deste período em Portugal, é fundamental registar a importância dos Jesuítas”.

Depois da Revolução de 1 de dezembro de 1640, tendo sido restaurada a independência de Portugal, a opção estratégica voltou a ser a da consolidação das fronteiras do território continental perante a possibilidade de invasões castelhanas. A par, é identificada a necessidade de desenvolver os estudos de fortificação e D. João IV (1604-1656) renova a antiga aula do Paço da Ribeira.

Em 1641 cria-se uma outra instituição de ensino, a Aula Militar, e em julho de 1647, sucedendo à aula criada no início da década, é instituída por D. João IV a Aula de Fortificações e Arquitetura Militar, evoluindo depois para outras designações, mantendo-se, no entanto, a sua enorme importância no ensino da arquitetura (Pereira, 1995, p.

²⁶ “Escudeiro de D. Manuel I, a quem este encarregou de fazer os desenhos das fortalezas raianas, tarefa que cumpriu com proficiência notável fazendo, para cada uma delas, dois alçados e uma planta do castelo.” (Nunes, 2005, p. 95)

²⁷ Formou-se em Itália como artista e engenheiro militar. Em 1538, partindo de Portugal, viaja para Itália (1538-1540), recolhendo numerosos desenhos e panorâmicas de fortalezas num rico álbum denominado *Antigualhas que vi em Itália* que se encontra na Biblioteca do Escorial (Nunes, 2005, p. 127).

²⁸ “Já então o estudo da geometria ocupava lugar primordial na aprendizagem.” (Pereira, 1995, p. 167)

²⁹ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

167). A responsabilidade atribuída a esta aula não se cinge só à arquitetura e engenharia, mas abrange também a cosmografia, de que dependia a navegação, roteiros, cartas, métodos e instrumentos. O cosmógrafo-mor do reino, Luís Serrão Pimentel³⁰ (1614-1678), ex-aluno do Colégio de Santo Antão foi nomeado para o cargo em dezembro de 1641, tendo também regido aquela aula, sendo desse período, os primeiros oficiais engenheiros formados no país. Serrão Pimentel, engenheiro-mor do reino por nomeação de julho de 1673, foi autor de várias obras de cosmografia e do “*Méthodo Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras*” (Nunes, 2005, p. 192). Concebeu ou modificou numerosas fortificações como as de Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal e Setúbal, para referir algumas, e melhorou outras como, por exemplo, Vila Viçosa, Elvas, Crato, Mourão e Castelo de Vide, de acordo com o método que preconizava, publicado em 1680 (Nunes, 2005, p. 192).

A carência de engenheiros, no entanto, não resultava só das necessidades inerentes à Guerra da Restauração (1640-1668), mas era também resultado da necessidade de ocupação efetiva das colónias, pelo que, neste contexto, eram necessários técnicos habilitados ou vindos de fora ou portugueses que fossem estudar no estrangeiro (Carita, 1981, p. 31). Qualquer das situações era onerosa e, muitas vezes, com desfechos não desejados, ou porque os portugueses nem sempre voltavam, ou porque os estrangeiros, de fidelidade duvidosa, saíam de Portugal, levando os segredos das nossas praças (Carita, 1981, p. 31).

As guerras da Restauração, apesar das vitórias alcançadas no campo de batalha e do empenho nas mesmas, não tiveram o impacto necessário no campo militar interno, capaz de consolidar uma organização eficaz. A vinda para Portugal do Conde de Schomberg (1615-1690), um dos vultos grandes da Europa de então no campo militar e do engenheiro francês Allain Manesson Mallet³¹ (1630-1706), que mais tarde publicará, em Paris, um trabalho sobre fortificações, foi apenas uma tentativa de melhorar a situação (Carita, 1981, p. 32).

³⁰ Ilustre teórico português de fortificação, instigador da criação, por D. João IV, da Aula de fortificação de que foi primeiro mestre (Nunes, 2005, p. 192).

³¹ Com Vauban, a fortificação francesa atingiu, então, grande prestígio tendo influenciado toda a Europa com as suas soluções, nomeadamente Portugal, que durante a Guerra da Restauração chamou muitos engenheiros franceses para se fortificar (Nunes, 2005, p. 104).

Com a nomeação em 1719, de Manuel de Azevedo Fortes³² (1660-1749), e o empenhamento do próprio Rei D. João V (1689-1750) tenta-se uma renovação global. Aos militares são dadas possibilidades, através de regulamentação adequada, de atingirem os seus objetivos e, em simultâneo, vai-se permitir a arquitetos, sem formação militar, que tomem a dianteira em várias obras (Carita, 1981, p. 32). É neste contexto que, surge no Norte, o arquiteto e decorador italiano Nicolau Nasoni (1691-1773), que fará escola, e no Sul, o arquiteto e ourives alemão João Frederico Ludovice³³ (1673-1752) e os arquitetos italianos Filippo Juvare (1678-1736) e António Canevar (1681-1764).

No fim do reinado de D. João V, predominam de novo, os arquitetos e engenheiros de formação militar e embora se inicie, em 1747, o Palácio de Queluz, obra do militar Mateus Vicente (1706-1752), é a Basílica da Estrela (1747-1790), obra do mesmo autor, considerada a “última grande obra do barroco europeu” (Carita, 1981, p. 32).

Após o terramoto de 1755 e a conseqüente reconstrução da cidade de Lisboa, diz-nos Carita (1981, pp. 32-33), “volta ao primeiro plano o modelo do arquiteto de formação militar”. Manuel da Maia (1677-1768), nomeado para o cargo de engenheiro mor do reino, substituindo Manuel de Azevedo Fortes, Eugénio dos Santos (1711-1760), superintendente das obras do Paço da Ribeira, capitão engenheiro e chefe da casa do Risco das Obras Públicas e ainda o húngaro Carlos Mardel (1696-1763), capitão e mais tarde sargento-mor, elaboram e dirigem um vasto programa de reconstrução. Tendo por base Lisboa, o programa estende-se a todo o Portugal continental, insular e ultramarino, com participação de uma vasta obra de fortificação, que começando na barra de Lisboa, se estende a todo o país, continuando a vincular a arquitetura portuguesa a uma metodologia militar (Carita, 1981, p. 33).

Em julho de 1701, por decreto, o ensino da arquitetura militar foi descentralizado com a criação de Academias Militares ou Escolas de Fortificação nas províncias de Entre Douro e Minho, Beira e Alentejo, sendo o principal objetivo, o de constituir em cada uma das províncias um corpo técnico especializado na manutenção das praças e fortes da fronteira (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 25). A primeira

³² Notável engenheiro português. É autor de *O engenheiro português*, obra em dois volumes publicados em 1728 e 1729 que contem os acontecimentos essenciais ao engenheiro português e os referentes à fortificação (Nunes, 2005, p. 118-119).

³³ “[...] avulta pela sua importância, a distinção atribuída por D. José a João Frederico Ludovice em 1750: nada mais que a nomeação para arquitecto-mor, cargo criado propositadamente [...]”. (Pereira, 1995, p. 168)

foi fundada logo em 1701, por D. Pedro II (1648-1706), na província do Minho, tendo as outras surgido mais tarde. No final do séc. XVIII e visando colmatar a lacuna no ensino, resultante da extinção da Companhia de Jesus em Portugal (1758-1763), o Marquês de Pombal (1699-1782), instituiu, por carta régia de agosto de 1772, na Universidade de Coimbra, cadeiras de matemática e de cálculo, estabelecendo equivalências entre elas e as ministradas nas academias de fortificação, para integração no Real Corpo de Engenheiros (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2015, p. 25).

No aspeto especificamente militar, só ao longo do séc. XVIII as ideias de Sebastien Vauban (1633-1707), fortificador da escola francesa³⁴ do séc. XVII, começam, de alguma forma, a vingar (Carita, 1981, p. 33). Vauban, elevou à perfeição os conhecimentos de fortificações e, segundo Nunes (2005, p. 246), “mais do que um inovador, o seu mérito residiu na perfeita aplicação dos elementos do abaluartado já conhecidos ao terreno a fortificar e à meticulosidade posta nas medidas angulares e lineares”. Deste sistema, segundo Carita (1981, p. 33), terá ficado entre nós um exemplo, em Elvas, com o sistema combinado dos Fortes de Santa Luzia e da Graça. Em Portugal, no entanto, de acordo com Carita (1981, p. 33) “ter-se-á falado muito em Vauban, mas construído pouco”. Mesmo já no séc. XIX, quando se começam a seguir, em Portugal, os ideários da escola francesa, após as lutas liberais (1828-1834), as reconstruções cingem-se às fortificações costeiras (Carita, 1981, p. 33). Antes, durante as invasões francesas (1807-1811), as construções defensivas de Lisboa, provada a sua eficiência, são construções inglesas e não fazem escola, apesar de serem em parte e de início, do oficial português Brigadeiro José Maria das Neves Costa (1774-1841) (Carita, 1981, p. 33).

³⁴ A escola francesa de fortificação abaluartada, inspirada na escola italiana, desenvolveu-se no séc. XVII, durante as guerras do norte da Europa, tendo Vauban se afirmado, como um dos expoentes máximos desta escola (Nunes, 2005, pp. 103-104).



Ilustração 19 – Vista aérea das fortificações de Elvas, Foto Almeida. (Carneiro, 2001, p. 331).

Com a vinda do Conde de Shaumburgo-Lippe (1724-1777), e um contingente militar por si liderado para apoiar o governo português (1762), assim como com a posterior fundação do Real Corpo de Engenheiros³⁵ (1808), continuam a vir para Portugal inúmeros oficiais estrangeiros, como o caso do Brigadeiro francês Reinaldo Oudinot (c.1747-1807) que vem reconstruir o Funchal após a aluvião³⁶ de 1803, não se alterando, no entanto, a unidade arquitetónica anterior.

Assim, salvo no período Joanino, aos arquitetos e engenheiros militares, cabe a traça e a ordenação dos edifícios, acabando por ficar o andamento das obras sujeito aos mestres de pedraria, cujo papel acabará por ser o de fiscais e mestres de obras, eventual e problematicamente responsáveis pelo lavrado de certos ornatos e pela solução de alguns problemas de articulação e de estrutura. (Carita, 1981, p. 33)

³⁵ O Real Corpo de Engenheiros foi a primeira organização oficial do corpo de engenheiros militares do reino sendo o seu primeiro comandante o marechal de campo José de Morais Machado, nomeado em novembro de 1808 e tendo, nessa qualidade, estudado com Beresford a defesa de Lisboa (Nunes, 2005, pp. 202-203).

³⁶ A aluvião de 1803, afetou a costa sul da Ilha da Madeira, da Calheta até Machico, tendo sido particularmente violenta neste concelho do leste da ilha onde destruiu toda a baixa da vila, e no Funchal provocou elevado número de vítimas (Matos, 2012, p. 24).

2.2. A ARQUITETURA MILITAR NA MADEIRA

2.2.1. GÉNESE E CRESCIMENTO DA CIDADE DO FUNCHAL

O arquipélago da Madeira situado no Atlântico Norte, dista de Lisboa, cerca de 978 quilómetros. A ocupação das Ilhas Porto Santo e Madeira, alguns anos após a sua descoberta³⁷, e sendo as mesmas despovoadas, determinou que se criassem de raiz as necessárias instalações urbanas. A Madeira e os Açores, eram na segunda metade do sec. XV, segundo José Fernandes (1989, p. 248), uma “espécie de réplicas do Portugal metropolitano, apresentando, não obstante, características definidas bem próprias, juntamente com inovações e fracassos”.

Após o início do povoamento da Madeira, por volta de 1425 e por determinação de D. João I, uma escassa documentação aponta para a formação de um primitivo povoado na zona leste da baía do Funchal, o qual foi batizado de Santa Maria ou Santa Maria do Calhau. (Aragão, 1992, p. 15)

Desde o início, o primitivo lugar do Funchal, dividiu-se em duas zonas urbanas bem distintas (Aragão, 1979, p. 29). Para além da zona leste, a primeira a surgir, na margem esquerda da ribeira de João Gomes, a outra zona estendeu-se para ocidente, contendo-se nas margens da ribeira de São João³⁸. Ambas, abertas de frente para o mar ao longo da baía, marcaram dois percursos diferentes pelos tempos fora (Aragão, 1992, p. 15). A cidade do Funchal teve assim origem em dois núcleos urbanos, o primitivo de Santa Maria do Calhau e o de Santa Catarina onde o capitão mandou erguer a sua casa (Silva, 2010, p. 6).

“A fixação junto a ribeiras, ou perto de enseadas abrigadas é quase sistemática, como antes no continente o era a procura das margens de um rio, ou a proteção de um estuário” (Fernandes, 1986, p. 249). É, de acordo com Fernandes (1986, p. 250), “a estrutura tardo-medieval dos sistemas urbanos que se transporta”.

“A formação das cidades da Idade Média é quase um fenómeno tão nitidamente determinado pelo meio geográfico e pelo meio social como o curso dos rios é determinado pelo relevo das montanhas e a direção dos vales” (Pirenne, 1977, p. 109).

³⁷ “O arquipélago foi oficialmente descoberto pelos portugueses em 1419, tendo sido feito no ano seguinte o reconhecimento sistemático da Ilha da Madeira.” (Carita, 1997, p. 15)

³⁸ A ribeira de São João, antigamente, chamada de São Francisco (Pereira, 1989, p. 370).

No povoamento do arquipélago da Madeira³⁹, é possível identificar, de acordo com Manuel Ferreira (1959, p. 21), três períodos bem definidos, um preparatório, de 1420 a 1425, um segundo, de 1425 a 1433 e por fim, um período que, de 1433 se entenderia até às capitánias⁴⁰, tendo-se este último iniciado com a doação das ilhas ao Infante.

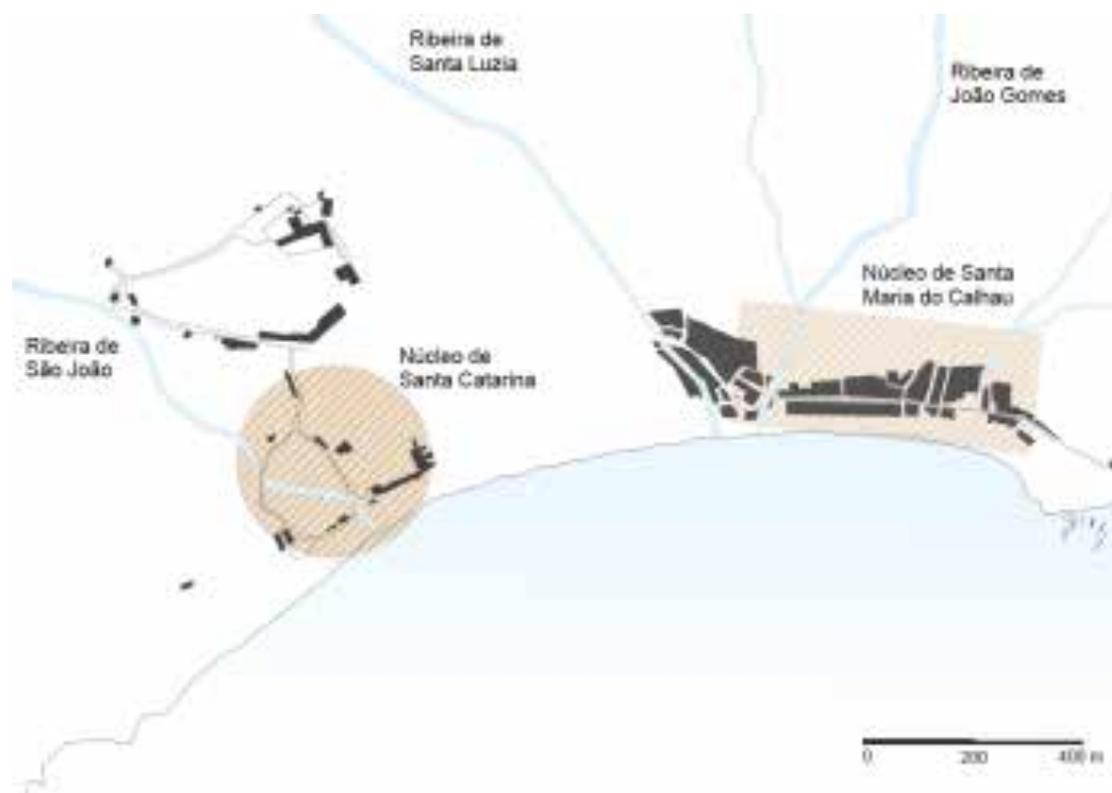


Ilustração 20 – Núcleos urbanos da futura cidade do Funchal. (Ilustração nossa, 2018).

A carta de doação, outorgada pelo Rei D. João I (1357-1432) determinava que aos povoadores da Madeira, de maior qualidade social, as terras lhes fossem dadas sem pensão alguma, do mesmo modo, aos que por oportunidade as pudessem aproveitar, sendo que aos outros povoadores, os de menor qualidade, competia apenas viver do seu trabalho (Aragão, 1992, p. 15). As exigências reais mais não foram, que as que resultavam da prática comum no antigo regime quanto à posse das terras, facto que irá repercutir-se no trajeto social e económico insulares ao longo dos anos. De acordo com Aragão (1992, p. 18) “a predominância de povoadores, é hoje consensual, era do norte

³⁹ “O povoamento teve início na área do Funchal, na parte que coubera a Zarco e que era muito fértil. Depois estendeu-se a Machico, Santa Cruz, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta de Sol, Calheta, Ponta do Pargo e outros lugares.” (Ferraz, 1991, p. 32)

⁴⁰ O infante D. Henrique criou três capitánias, a de Machico, no dia 8 de maio de 1440, a do Porto Santo, no dia 1 de novembro de 1446 e a do Funchal, no dia 1 de novembro de 1450. Pela concessão das cartas de doação, Tristão Vaz, Bartolomeu Perestrelo e João Gonçalves Zarco foram munidos de amplos poderes para dirigirem o arquipélago (Ferreira, 1960, p. 37).

do país, zona mais populosa do reino, sobretudo de entre Douro e Minho”. A representatividade dos de “maior qualidade”, não seria assim tão relevante, já que João Gonçalves Zarco (1390-1471) se viu obrigado a solicitar ao reino a vinda de homens para casar as suas quatro filhas.

Em setembro de 1433, o Rei D. Duarte (1391-1438) doa, com todos os direitos e rendas, as Ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas, a seu irmão, o Infante D. Henrique (1394-1460). Até esta data, as ilhas ter-se-iam conservado debaixo da jurisdição direta do monarca. D. Duarte outorga ainda o espiritual⁴¹ das ilhas ao Infante, este agora mencionado na qualidade de regedor e governador da Ordem de Cristo, reservando ainda assim, para a coroa, apesar da doação, segundo Serrão (1980, p. 142), “o foro, o dízimo do pescado e os outros direitos reais”.

Só em 1450, cerca de dois anos antes do lugar do Funchal ter sido elevado à categoria de vila, é que surge a carta de doação do Infante D. Henrique, ao capitão João Gonçalves Zarco, cavaleiro da sua casa. Na carta de doação o infante evoca o “foral da ilha” e permite que João Gonçalves Zarco possa dar terras a quem as aproveite até cinco anos e, não as aproveitando, as possa dar de novo a outro, sem embargo dele também poder dar terras ainda não aproveitadas ou não dadas (Aragão, 1992, p. 19). As terras, seguindo a prática usada no reino, eram normalmente dadas de sesmaria⁴², para que houvesse a obrigação do seu aproveitamento, no prazo estipulado na carta de doação. Só então, depois de aproveitadas no prazo indicado, o proprietário fazia delas o que melhor entendesse. Por sua vez, os que recebiam as sesmarias podiam conceder terras a novos povoadores, com prazo fixado (Ferraz, 1991, p. 15).

A orgânica urbana do primitivo povoado funchalense, o povoado de Santa Maria, era muito elementar, de orgânica espontânea, sem prévias intensões urbanísticas. Junto à pequena Igreja de Santa Maria estendia-se um chão que deslizava até ao calhau⁴³ e servia de espaço social de convívio e comércio. À ilharga, situava-se um improvisado

⁴¹ Para além do temporal, o espiritual foi outorgado ao Infante D. Henrique, enquanto governador da Ordem de Cristo.

⁴² A lei das sesmarias surgiu no reinado de D. Fernando I, tendo sido promulgada, em Santarém, em maio de 1375. Esta lei, constitui a medida de maior alcance político e social do reinado D. Fernando. Consta, de acordo com Serrão (1990, p. 352), “de 20 artigos, tendo como princípio fundamental o reconhecimento à expropriação da terra, quando não fosse devidamente aproveitada”. Para vigiar a boa aplicação da lei das sesmarias, escolhiam-se em cada cidade ou vila, dois homens-bons com a tarefa de fiscalizar todas as herdades a fim de se assegurar o seu total aproveitamento. A lei permanece como um exemplo de grande visão governativa (Serrão, 1990, pp. 352-353).

⁴³ Calhau, designação dada às praias de seixos ou às zonas rochosas da orla costeira da Madeira e dos Açores.

cemitério, o indispensável poço público e a partir da Igreja para nascente, a primeira rua aberta na área do Funchal, correndo paralela ao calhau e que em 1430 dava já pelo nome de rua de Santa Maria (Aragão, 1992, p. 21).

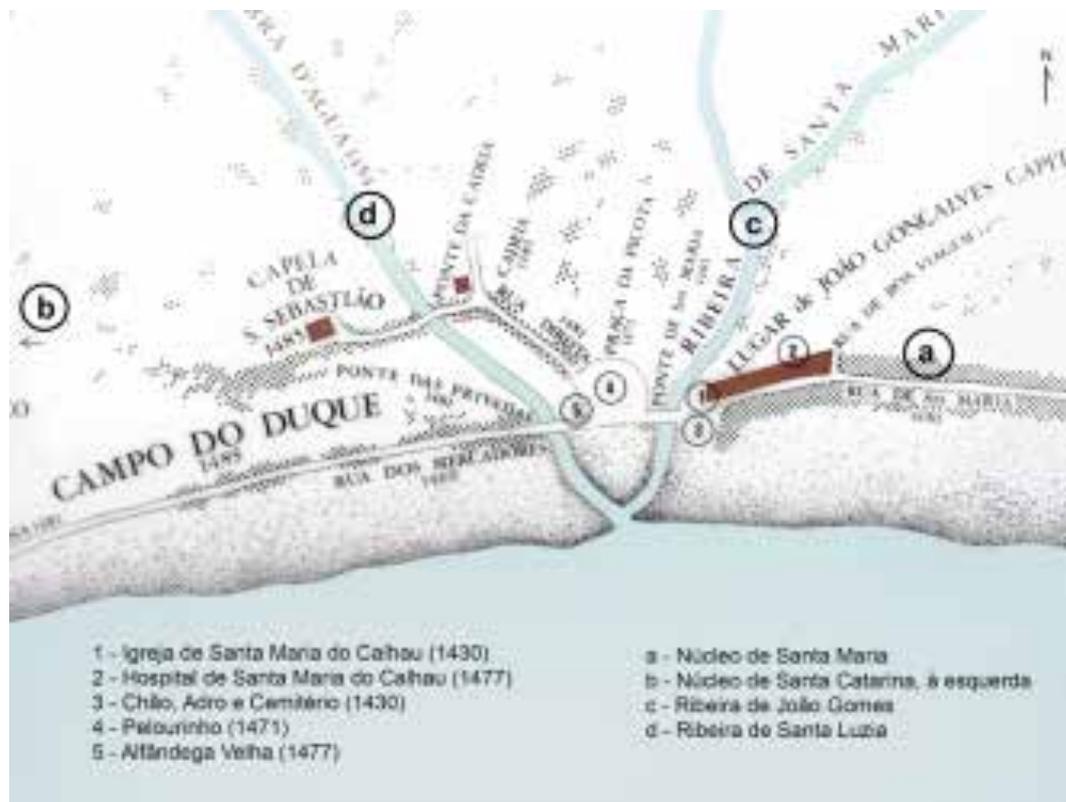


Ilustração 21 – Reconstituição aproximada do primitivo povoado (1430-1485). As datas correspondem à primeira referência documental encontrada ([Adaptado a partir de:] (Guerra, 2010, p. 17).

Numa primeira fase de desenvolvimento urbano, a rua de Santa Maria, unindo os dois núcleos, estruturou a malha urbana, surgindo depois, o aparecimento de uma outra rua paralela a esta e à costa, então chamada de rua Nova de Santa Maria e um conjunto de pequenas ruas perpendiculares a estas (Silva, 2010, p. 7).

O povoado de Santa Maria era composto por casas térreas, na sua maioria construídas de madeira e cobertas de colmo erguidas em volta da pequena igreja, com características medievais, além de outras maiores, pertencentes a pessoas com maior estatuto social (Ferraz, 1986, p. 62). A população não deixara de crescer e, em 1458, torna-se imperioso ampliar a pequena Igreja. Antes, por volta de 1452, o lugar do Funchal é elevado à categoria de concelho e Diogo de Teive⁴⁴, tal já era a produção de açúcar,

⁴⁴ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

ergue na Ribeira de Santa Luzia o seu engenho de moer cana⁴⁵, movido a água (Aragão, 1992, p. 20). Em 1455, Luís de Cadamosto⁴⁶ (1432-1488), navegador coevo, referindo-se à Madeira, fala claramente no açúcar que então se vendia, assim como no vinho que já se exportava.

Depois, novos povoadores rompem o espaço de assentamento inicial e estendem-se para ocidente da ribeira de João Gomes, tendo então, o próprio Cadamosto, calculado para os habitantes do Funchal a soma de 800 homens, 100 deles a cavalo, estes, sem dúvida considerados os de maior qualidade social. Prevendo 3 a 4 pessoas por cabeça chega-se assim a um cômputo aproximado de 3 mil habitantes para o ano de 1455. (Aragão, 1992, pp. 22-23)

Em 1461, um ano após a morte do Infante D. Henrique, e continuando a crescer a população da ilha, foi pedido ao duque D. Fernando⁴⁷ (1433-1470) sucessor do Infante, o envio de mais capelães, porque um só não podia acudir a todas as necessidades da população. Um só capelão, alegavam os moradores, não podia estar em todos os lugares necessários onde deveriam ser celebradas missas e ministrados os sacramentos. De realçar ainda que os lugares de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Arco, já tinham um número razoável de habitantes, fruto da concentração da população em outras partes da costa sul da ilha. Em 1471, ao pretender-se definir a área da vila do Funchal, são estipulados, em sessão camarária de 27 de julho, os limites em que se obrigavam os moradores da vila a recolherem a suas casas, após o toque do sino de correr (Aragão, 1992, p. 24). O sino de correr, velho chamamento medieval funcionava como uma espécie de precaução contra ousadas e perigosas deambulações noturnas dentro dos espaços povoados, sendo os infratores severamente punidos (Aragão, 1992, pp. 24-25).

O velho povoado era dominado socialmente por gente de ofício, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, tecelões, gente do mar e outros. Foi o carpinteiro Pêro Afonso e sua mulher Constança Vaz⁴⁸ que em 1477, doaram uma casa e um chão, confinante com a rua da Boa Viagem, para aí se construir um hospital, a cuja administração só podiam pertencer pessoas dos ofícios ou mesteres (Guerra, 2010, p. 22). A confraria do Hospital de Santa Maria e a Assembleia Camarária, do novo e primeiro concelho criado na

⁴⁵ “Em Dezembro de 1425, o Infante Dom Henrique comunica a João Gonçalves Zarco ou a qualquer outro a quem pertencesse sabe-lo, haver estabelecido com Diogo de Teive um contrato, pelo qual este poderia montar na ilha da Madeira um engenho de água para o fabrico do açúcar.” (Gonçalves, 1992, p. 109)

⁴⁶ Navegador italiano que, em Portugal esteve ao serviço do infante D. Henrique, durante alguns anos.

⁴⁷ O infante D. Fernando era filho do rei D. Duarte e de Leonor de Aragão, rainha de Portugal.

⁴⁸ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte do carpinteiro Pero Afonso e sua mulher Constança Vaz.

Madeira, constituíam os mais importantes órgãos administrativos que orientavam o crescente povoado (Aragão, 1992, p. 26). De acordo com Aragão (1979, p. 32) “estes dois aparelhos administrativos constituíam os mais importantes órgãos jurídicos que orientavam a humilde povoação de Santa Maria, com repercussões nas outras partes da Ilha”. A câmara, à data, qual assembleia ambulante reunia onde melhor conviesse à população, na rua, à porta das igrejas, junto às casas ou mesmo dentro das casas de alguns moradores⁴⁹, assistindo todos os que quisessem, em presença do único móvel que a Câmara possuía, a “arca dos pelouros”, procurando decidir, no entanto, sobre os vários assuntos da vida pública dos moradores de então. Porém a crescente escassez de trigo, o povoado de Santa Maria do Calhau erguera-se sob o fraco impulso da cultura de cereais, e a conseqüente carestia de pão, nunca foi resolvida. Passado era o tempo em que, como considera Aragão (1979, p. 31) “a pouca densidade da população, emparceirada com a fertilidade do solo, permitia que, ainda em 1461, se exportassem cereais”. No ano de 1479, afirma-se sem rodeios, que só existia pão para mais quatro meses, carestia que, pelos tempos fora, será uma constante e que afetará sobremaneira, a vida dos moradores. A economia cerealífera, considerada de subsistência, que forneceu as bases do burgo de Santa Maria do Calhau, relevante na primeira fase do povoamento do Funchal, chega ao seu termo (Ferraz, 1991, p. 39).

Se em 1461, como atrás foi dito ainda se chegou a exportar mil moios de trigo, em 1466, quando o duque D. Fernando, senhor da ilha, após insistentes pedidos dos moradores da Madeira, resolve por fim baixar o imposto do açúcar, de um terço para um quarto, dá-se, visivelmente a arrancada açucareira (Aragão, 1992, p. 27). Em 1468, a Madeira não produz o trigo suficiente para as suas necessidades e com o evidente e crescente predomínio da cultura da cana sacarina, as estruturas económicas e sociais que haviam alimentado o inicial período cerealífero, são abalados profundamente para sempre⁵⁰. Nesta altura dá-se, pela primeira vez, a importação de trigo, para sustento dos moradores insulares. Depois, passados os anos que medeiam entre 1466 e 1485, precisamente quando se lança a imposição sobre o vinho, ocorre um tão profundo desajustamento económico e social que, nessa altura, muitos habitantes morrem de fome por falta de pão (Aragão, 1992, p. 27).

⁴⁹ Casas de João Gomes, escudeiro e de João do Porto, barbeiro, por exemplo, que desempenharam um papel importante na vida do município (Ferraz, 1991, p. 63).

⁵⁰ “A atividade agrária da ilha da Madeira caracteriza-se desde o início do povoamento por um regime de policultura – cereais, açúcar e vinho – com tendência em cada época para o predomínio de uma destas produções.” (Ferraz, 1991, p. 33)

Após a baixa do imposto sobre a produção do açúcar, acentua-se o afastamento, ao longo da baía, entre as duas áreas urbanas da cidade do Funchal. Do lado nascente, permanece o povoado primitivo de Santa Maria do Calhau, composto por casas modestas, geralmente de madeira e cobertas de colmo, o bastante para o remediado agricultor de cereais ou o artesão morar e abrir a sua tenda. Para poente do burgo de Santa Maria do Calhau, no espaço compreendido entre as três ribeiras, João Gomes, Santa Luzia e São João, depressa se instalam novos moradores (Aragão, 1992, p. 31). Afastados das tendas e casas de Santa Maria e da rua Nova, novos povoadores estendem-se para ocidente, sedentos de mais terras, levantando quintas e lugares cerrados de canaviais e hortas, construindo os alicerces da futura cidade do açúcar (Aragão, 1992, p. 31). Com o passar dos anos, a clivagem entre estes dois grupos sociais acentua-se e a demarcação entre eles, no panorama sociológico insular, é cada vez maior.



Ilustração 22 – Ribeira de São João. Início do séc. XX. (Guerra, 2017, p. 136).



Ilustração 23 – Ribeira de Santa Luzia. Década de 1880, Fotografia Vicentes. (Guerra, 2017, p. 172).

Na frente do calhau, que une as três ribeiras, estendeu-se uma rua, designada já em 1469, por rua dos Mercadores, nome adequado às suas funções sociais, que se estendia desde a Ribeira de João Gomes até se deter quase junto às terras de Santa Catarina, terras que o Capitão João Gonçalves Zarco, em 1454, havia tomado para si, sua mulher e descendentes (Aragão, 1992, p. 31). A rua dos Mercadores, rapidamente

se tornou na principal artéria do povoado, possuidora de uma peculiar vivacidade mercantil, a que não era alheio o número considerável de mercadores estrangeiros, cerca de seiscentos a setecentos mercadores. (Aragão, 1992, p. 32). O açúcar domina e absorve, os lucros rápidos são fortemente cobiçados. Em 1470, o Duque D. Fernando determina que se cubra de telhas as casas de palha da rua dos Mercadores e concebe igualmente um forte monopólio do açúcar, situação que desaponta fortemente os moradores (Aragão, 1992, p. 32).

A produção e comércio sacarino alastram, atraindo os interpostos nacionais e os grandes mercados estrangeiros. A Madeira, afirma Ferraz (1991, p. 62), “torna-se, graças ao comércio do açúcar, rota obrigatória para a navegação atlântica”. À época, de vários portos da Europa partem navios com destino ao Funchal. As plantações de cerrados de canaviais não deixam de crescer, a par de grandes alterações na produção dos açúcares. Surgem comerciantes genoveses e judeus⁵¹, conhecedores dos mercados europeu e outros mercados nacionais e estrangeiros. É necessária mais mão de obra, chegam negros à ilha vindos da Guiné. Dá-se a implantação da escravatura⁵² com todo o seu imenso cortejo de injustiças e infortúnios (Aragão, 1992, p. 33). Chegam mais escravos de outros lugares, bem como, das Ilhas Canárias. No entanto, logo após 1483, em virtude das baixas soldadas e em aparente contrassenso, muitos trabalhadores madeirenses emigram para as Canárias criando eles próprios condições para o surgimento de, segundo nos diz Ferraz (1991, p. 60), “uma próspera indústria açucareira local”. A saída desta mão de obra significou, ao mesmo tempo, a saída do conhecimento da tecnologia açucareira de raiz insular, não faltando mesmo, os construtores de engenhos que com eles levaram peças de moagem⁵³. Mais tarde, processo idêntico levará mão de obra e tecnologia para o Brasil. A urbe do açúcar exporta cedo a sua tecnologia açucareira e juntamente a mão de obra que não cabe ou não sabe arrumar nos seus estreitos limites geográficos (Aragão, 1992, p. 33).

⁵¹ “Genoveses e judeus conseguem deter nas suas mãos o monopólio do açúcar, de certo modo facilitado pela dificuldade que o produtor madeirense tinha em colocar diretamente a sua mercadoria, por desconhecer os mercados estrangeiros e as complicadas operações cambiais.” (Ferraz, 1991, p. 54)

⁵² “Os escravos que foram para a Madeira eram de origem [canariense], moura e negra, para trabalharem na indústria do açúcar, conforme se lê no regimento do infante D. Fernando, datado de 1466, e acompanharam a curva de produção do açúcar.” (Ferraz, 1991, p. 52)

⁵³ “Outras levas de emigrantes se sucedem, tanto para S. Tomé como para o Brasil, o que se traduziu [...] por uma forte competitividade, que contribuiu para a decadência do açúcar madeirense.” (Ferraz, 1991, p. 60)

Entretanto, à medida que os anos passam e a produção açucareira aumenta, vão chegando à ilha sempre mais povoadores do reino e estrangeiros, flamengos, italianos, galegos, castelhanos, atraídos pela fama da riqueza açucareira (Aragão, 1992, p. 37). Do norte do reino, foram muitos os que, a pouco e pouco, foram chegando e povoando as terras da ilha. O escravo negro apresenta-se como outro fator humano que vai ter uma importância significativa no povoamento da Madeira, acrescido do não menos relevante processo de miscigenação que foi sucedendo ao longo dos anos do povoamento insular⁵⁴.

A próspera vila do açúcar dos finais de quatrocentos sempre mais crescida de novos habitantes, acomodada no espaço correspondente às três ribeiras, rasgara cada vez mais ruas, becos e azinhagas, desenrolando uma traça urbana quase instintiva. (Aragão, 1992, p. 43)

Na sequência da posse, em 1484, do senhorio da Madeira por D. Manuel, duque de Beja e governador da Ordem de Cristo, o Funchal terá um grande incremento ao nível de novas construções. O persistente empenho de D. Manuel em erguer as novas construções intimamente ligadas à vida social, administrativa e religiosa e em simultâneo, a abertura de ruas e outros espaços urbanos, parece evidenciar, o espírito construtor do futuro monarca. Após a descoberta da Índia⁵⁵, em 1498, resolve aplicar no reino, em obras grandiosas, as imensas riquezas transportadas do oriente (Aragão, 1992, p. 56).

A outra área urbana que vai constituir o grande centro da futura cidade do Funchal surge no chamado Campo do Duque (primitivamente terreno de canaviais) e ostenta um traçado mais equilibrado embora, no seu conjunto se deva classificar também como uma organização urbana de reminiscência medieval. (Aragão, 1979, p. 47)

De acordo ainda com Aragão (1979, p. 48), a data de 1485, ano em que o Duque D. Manuel concede ao Concelho o chão necessário para erguer Igreja, adro, Casa do Concelho e Paço de Tabeliães, situa o primeiro marco cronológico de definição do novo centro urbano.

Nesta fase de desenvolvimento urbano, denota-se a influência de dois tipos de situações:

⁵⁴ Com o aumento da produção, os senhores dos canaviais viram-se na necessidade de reforçar os seus contingentes de escravos, elevando-se os mesmos, em 1552, a três mil escravos (Ferraz, 1991, p. 67).

⁵⁵ Vasco da Gama, nasceu cerca de 1469, não tendo ainda trinta anos, quando em 1497, capitaneou a frota que saindo de Lisboa chegaria à Índia no ano seguinte, ligando, pela primeira vez, a Europa à Índia por via marítima direta (Oliveira, 1997b, p. 3240).

[...] uma é marcada pela implantação de novos edifícios significativos e espaços urbanos confinantes, normalmente edifícios de carácter religioso (igrejas e conventos) e edifícios administrativos (câmara), afastados do núcleo urbano inicial; outra é resultante da influência clara de traçados urbanos regulares planeados, renascentistas, praticados no continente nos séculos XV e XVI; prática que chega a Portugal através da influência da teorização ligada à problemática da cidade ideal renascentista que se desenvolvia na altura no resto Europa. (Silva, 2010)

Com o crescimento urbano do Funchal, a casa do capitão é transferida para a zona de Nossa Senhora da Conceição de Cima, construindo-se junto a uma igreja. A localização de novas igrejas e conventos, afastados da costa, indicam, igualmente, um tipo de crescimento diferente do anterior. O crescimento da malha urbana é caracterizado pela criação de estruturas mais complexas do que as anteriores, sendo que, de acordo com Teresa Silva (2010, pp. 8-9), “o sentido das curvas de nível e a existência de três ribeiras provoca a existência de uma teia formada por triângulos irregulares e quadrículas trapezoidais, traduzindo um tipo de estrutura urbana do tipo reticular mas por vezes pouco definida”. Segundo Guerra (2010, p. 30), “pouco a pouco, o centro do Funchal ganhava outra configuração urbana” o que, de acordo com o mesmo autor corporizava o primeiro plano urbanístico da cidade. Assim, citando Ferraz (1991, p. 68), “surgem no Funchal - cidade do açúcar - edifícios importantes, religiosos, civis e administrativos, como o novo edifício da Alfandega”.

Sobre os moradores é certo, recaiam pesados encargos e muitas vezes se escusavam, mas importa ter em linha de conta, que tudo teve de ser realizado a partir do nada. Construir uma praça, paço de tabeliães, pelourinho, novo edifício de Alfândega e a Casa da Câmara significou, sem dúvida, um grande peso e um esforço significativamente elevados.



Ilustração 24 – Pelourinho do Funchal, no Museu da Quinta das Cruzes (Carita et. al, 2015, p. 24).



Ilustração 25 – Rua Direita na atualidade (Ilustração nossa, 2018)

Em 1489, sentindo em comum os problemas e os desafios da urbe que cresce, os moradores solicitam ao duque D. Manuel que se rasgue duas novas ruas, no seu chão, em direção ao mar e à custa do senhor da ilha (Guerra, 2010, p. 29). O duque concorda e nascem as ruas, que mais tarde serão designadas de rua do Sabão e rua de João Esmeraldo⁵⁶.

Em 1492, chega-se à fase final das obras da Casa da Câmara e do Paço de Tabeliães, para logo no ano seguinte, se iniciar a edificação da Sé, ao mesmo tempo que o duque continua a insistir no facto da imposição do vinho⁵⁷ ser gasta nas “cousas de nobrecimento e acrescentamento e honra” da vila (Aragão, 1992, p. 60). O Campo do Duque foi o local escolhido para a edificação da Sé e, de acordo com Ferraz (1991, p. 69), “abertos os alicerces foram enviados alguns artífices do reino, por serem insuficientes os que havia na ilha”.

Quando D. Manuel, em 1495 sobe ao trono, logo nesse ano manda “que se calcem as ruas e construam de cantaria as pontes de pau” (Aragão, 1992, p. 60). De realçar que

⁵⁶ João Esmeraldo, fidalgo flamengo, que parece ter aportado ao Funchal pelos anos de 1480. Justificou a sua nobre ascendência, e mais tarde, foi-lhe concedido brasão de armas e foi feito fidalgo da casa real (Silva e Meneses, 1998a, p. 410).

⁵⁷ “O principal meio de financiamento para custear essas dispendiosas construções provinha da “imposição do vinho” uma tributação lançada sobre a venda daquele produto nas tavernas, que fora criada em 1485 pelo Duque D. Manuel.” (Guerra, 2010, p. 59)

os moradores oferecem resistência a esta euforia construtiva, apesar dos proventos açucareiros, pois os custos de tantas e tão grandes obras, a seguir umas às outras, acentuavam as reservas da população. Entretanto, a conclusão da construção do convento franciscano de Santa Clara, mandado edificar por D. Manuel em 1488, dá-se em 1496. Em 1497, dois anos após D. Manuel ser coroado rei, o arquipélago da Madeira, até então pertencente à Ordem de Cristo, foi incorporado na coroa (Guerra, 2010, p. 30).



Ilustração 26 – Convento de Santa Clara (Ilustração nossa, 2018)



Ilustração 27 – Sé do Funchal (Ilustração nossa, 2018).

As grandiosas obras da igreja, chegaram ao fim em 1514, sendo o templo elevado a Sé⁵⁸ nesse mesmo ano, não sem que antes o Rei D. Manuel tenha concedido “1000 arrobas de açúcar que lhe cabiam de cobrança do fisco, para que a sua edificação continue” (Aragão, 1992, p. 61). Em 1519, a Alfandega Nova já estava erguida, com igual impulso através da concessão de mil arrobas de açúcar, e os moradores da cidade, agora a favor da construção do hospital e de acordo com Aragão (1992, p. 61-62), “no cobiçado encalço das 1000 arrobas”, solicitaram a conclusão da sua construção. Antes, em 1508 “data para sempre avultada nos anais históricos da Ilha” o Rei D. Manuel I, concedera as honras de cidade ao desenvolvimento burgo do açúcar. Quando a dominante estrutura da cidade do açúcar se encontrava em plena vitalidade urbana e praticamente acabada nos seus órgãos essenciais o incansável monarca, que tanto ajudara a crescer a cidade do Funchal, morre em Lisboa, em 1521 (Aragão, 1992, p. 63).

Considera Aragão (1979, p. 47) que “então passaram a vigorar fundamentalmente três elementos arquitectónicos que consubstanciaram nos seus vultos a vida da cidade de então”. De acordo ainda com Aragão (1979, p. 47) “um eixo comum de localização

⁵⁸ “A Sé do Funchal é um templo gótico/manuelino, de três naves, cuja construção foi iniciada por vontade de D. Manuel, ainda Duque de Beja e Governador da Ordem de Cristo.” (Guerra, 2010, p. 33)

revela a íntima coerência existente entre eles, quando em face da vida social, administrativa, económica e religiosa que especificamente se vivia”. Ao centro ergueu-se a Catedral com o seu terreiro ou adro, do lado norte a Casa de Câmara e Paço de Tabeliães, levantando-se a sul, no mesmo enfiamento, a nova Alfândega.



Ilustração 28 – Planta do Funchal por Mateus Fernandes (c.1570) ([Adaptado a partir de:] (Guerra, 2010, p. 37).

Os lucros resultantes da atividade açucareira possibilitaram ainda o mobilamento de igrejas, capelas e conventos com maravilhosas pinturas e esculturas, imaginária e peças de ourivesaria, provenientes da Flandres. A riqueza resultante do intenso comércio com os mercados flamengos, permitiu ainda a elementos destacados da sociedade insular, segundo Guerra (2010, p. 30), “a aquisição de tapeçarias e até curiosas lajes tumulares com incrustações de metal que ostentavam pomposamente nas suas sepulturas”. A arte mudéjar, também de influência europeia, em concreto, influência ibérica, surge na cidade, estendendo-se depois ao longo de toda a costa açucareira, neste caso, fazendo-se uso, da abundante madeira da ilha (Aragão, 1992, p. 67).

Desde meados do séc. XV, quando o açúcar já então se vendia e da vinha plantada já se exportava algum vinho, estas duas culturas tomam maior significado (Aragão, 1992, p. 87). A par da intensa plantação de cerrados de canaviais, as terras

de vinha não deixam de existir. Em 1485, tal como já antes referido, lança-se a imposição sobre o vinho, imposto esse que evidencia a grande importância que a produção vinícola também já atingira.

A economia açucareira, no entanto, desaparece vorazmente “a partir dos primeiros decénios do séc. XVI, num desprevenido e profundo estertor, enquanto os vinhedos se instalam e alastram por toda a Ilha, adquirindo estruturas económicas própria como produção agrária” (Aragão, 1992, p. 90). A cidade do vinho ergue-se então sobre a cidade do açúcar. Abrem-se novas ruas e travessas, mantendo-se, no entanto, o traçado herdado da cidade açucareira. Um novo pendor estilístico arquitetónico surge, impulsionado pela nova realidade económica e importado do Norte e das Beiras do continente português, patente nos alçados das construções da cidade do vinho, dos séculos XVII e XVIII. “Um homem novo, o colono propriamente dito, cedo aparece em substituição do assalariado ou do escravo negro, e cedo, vai principiar a trabalhar, sobretudo a meias, as terras definhadas dos senhores do açúcar” (Aragão, 1992, p. 90). O contrato de colônia, peculiar ao arquipélago da Madeira, é uma viciação do contrato de sesmaria e surgiu no séc. XVI (Silva e Meneses, 1998a, p. 290).

Com o passar dos anos, o sistema de colônia⁵⁹ gerou, no entanto, uma tremenda disparidade económica e social, chegando como refere Aragão (1992, p. 92) a “atingir foros de imponderável calamidade”. Enquanto os sucessivos herdeiros dos colonos, sempre em número crescente, iam dividindo entre si as magras benfeitorias, tornando-os cada vez mais pobres, os senhorios, em virtude da maior parte deles serem herdeiros de vínculos sempre acumulados, tornavam-se cada vez mais ricos (Aragão, 1992, p. 92).

Em 1773, na representação⁶⁰ enviada pelos colonos ao Governador João António de Sá Pereira (c.1719-1804), lê-se que aqueles se encontravam reduzidos à mais deplorável escravidão, calamidade e pobreza. O colono para conseguir algum benefício, como dirá mais tarde, em 1814, o governador e capitão general Luís de Gouveia e Almeida (c.1750-1814), trabalha todo o ano, de dia e de noite. Em 1847, o governador civil José Silvestre Ribeiro (1807-1891), apontava a “maligna influência de duas

⁵⁹ “O regime de Colônia na Madeira, que se arrastou, penosamente, até aos nossos dias, assumiu-se, desde pelo menos o século XVIII, como uma das mais graves problemáticas da conjuntura socio económica insular.” (Guerra, 1991, p. 112)

⁶⁰ “Representação que os colonos desta ilha fizeram ao Exmo. Senhor Governador e Capitam General della.” (Guerra, 1991, p. 113)

instituições feudais, vínculos e contratos de colónia” como principal explicação para a precaridade social e económica da maioria da população (Aragão, 1992, p. 94).

Se a colónia parciária surgiu, de certo modo imprevisível, como um processo de salvação do desastre açucareiro, o sacrificado passou a ser o colono enquanto o beneficiário se tornou o senhorio e, por consequente extensão, o comerciante de vinhos. (Aragão, 1992, p. 95)

Entretanto, mercadores de vinho, sobretudo ingleses, há muito tinham chegado à cidade, substituindo rapidamente os mercadores açucareiros de várias nacionalidades. Com D. João IV, aclamado Rei de Portugal em 1640, celebrou-se um tratado comercial com a Inglaterra e depressa os negociantes ingleses se estabeleceram no Funchal, desempenhando um papel preponderante na exportação do vinho (Guerra, 2010, p. 39). Nos finais de quinhentos a exportação do vinho Madeira para Inglaterra é um facto relevante, continuando a afirmar-se ao longo do século seguinte. Além da exportação para a Europa, na segunda metade de seiscentos, seguiam vinhos para outros mercados, continuando as casas inglesas a dominar totalmente o mercado local e fazendo depender dos mercadores, sobretudo ingleses, a vida da população. À exportação do vinho, contrapunha-se a importação de tecidos e produtos alimentares, em especial o trigo. Neste contexto, a miserável e dependente situação do colono, obrigava-o repetidamente a vender por qualquer preço a metade do vinho que lhe cabia (Aragão, 1992, p. 100).

Mas a partir de meados de Seiscentos, não só o continente europeu, em particular a Inglaterra, importa o vinho da Madeira, como também são criadas novas rotas comerciais, dominadas agora pelos influentes mercadores ingleses que fornecem as suas vastas colónias da América do Norte, das Antilhas e da Ásia, consideradas o principal consumidor do vinho madeirense. Nos fins do século XVII, operavam no Funchal cerca de uma dezena de casas comerciais inglesas e o seu porto transforma-se numa “encruzilhada do Atlântico”, ponto estratégico e obrigatório de abastecimento das frotas britânicas a caminho de Boston, Nova York, Filadélfia, Jamaica, Barbados, Santa Helena, Madagáscar, Java e Índia. (Guerra, 2010, p. 60)

Se o “ouro branco” permitiu a vinda para a ilha de obras de arte flamenga e a implantação da arte mudéjar, agora, com a “cidade do vinho” é o tempo do Barroco. De facto, o Barroco, não podia ter existido na ilha sem o forte odor económico do vinho, que vindo do Reino Unido se instalou, de acordo com Aragão (1992, p. 103), “por toda a parte”. O Barroco insular é sobretudo uma arte de interior, independentemente das fachadas mais ou menos barrocas dos edifícios da cidade, valorizadas por cantarias lavradas e varandas balançadas sobre as ruas e protegidas com ferragens de ferro forjado, ou da pedraria dos frontispícios dos templos da ilha (Aragão, 1992, p. 107-108).

“A igreja de São João Evangelista é o grande monumento barroco da cidade do vinho, como a Sé Catedral, erguida anos atrás, permanece como o grande grito mudéjar da cidade do açúcar” (Aragão, 1992, p. 110).



Ilustração 29 – Igreja de São João Evangelista. (Ilustração nossa, 2018).

A cidade, no entanto, de acordo com Guerra (2010, p. 65), “manteve o seu traçado anterior, mas as antigas construções erguidas na época manuelina e nas décadas posteriores deram lugar a amplas habitações com outra composição arquitetónica”. As imponentes torres, nas edificações pertencentes aos mais ricos, permitiam usufruir do panorama do anfiteatro da cidade, mas sobretudo, avistar a baía e o movimento do porto.



Ilustração 30 – Torre avista navios. (Ilustração nossa, 2018).

A produção vinícola entrará também em decadência por motivos de ordem interna⁶¹ e outros decorrentes de diversas razões externas. O mais rude golpe ocorre, contudo, com o final das guerras napoleónicas e o termo do bloqueio, ao permitir a entrada de vinhos europeus nos tradicionais mercados de vinho Madeira, isto é, a Inglaterra e suas possessões. O vinho, infelizmente, não se salva e calcula-se que, entre 1835 e 1855, cerca de quarenta mil pessoas saíram da ilha (Aragão, 1992, p. 113).

Na sequência da catastrófica aluvião de 1803, que causou prejuízos incalculáveis, para além da morte de centenas de moradores, foi enviada ao Funchal uma equipa constituída por três engenheiros militares, chefiada pelo Brigadeiro Reinaldo Oudinot.

Por determinação da Câmara e do Governador, Oudinot traçou um ambicioso projecto para a edificação de uma nova cidade no sítio das Angústias, na extensa área entre a Ribeira de São João e o Ribeiro Seco. Depois de D. Manuel, tratou-se do segundo plano urbanístico projectado para o Funchal, mas infelizmente nunca foi concretizado. (Guerra, 2010, p. 72)

Reinaldo Oudinot, assentava a nova cidade num terreno praticamente livre de edificações, denotando uma atenção especial às novas realidades urbanas,

⁶¹ Destruição de vinhedos, moléstias na vinha, emigração e falsificações.

preservando de obras impostas, a cidade antiga⁶². A sua proposta, no início do séc. XIX, passava pelo alargamento da cidade para poente (Aragão, 1987, p. 30).



Ilustração 31 – Planta do Brigadeiro Oudinot de 1804. Projeto da nova cidade à esquerda. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

⁶² Para mais detalhe ver a planta no Anexo D.

2.2.2. EVOLUÇÃO DO SISTEMA DEFENSIVO DA CIDADE

O Atlântico Norte, era no séc. XV, dominado pela navegação portuguesa que, salvo “casos pontuais e esporádicos não encontrou inimigo à sua altura” (Carita, 1993a, p. 32). Com base na supremacia marítima, os portugueses instalaram-se em território firme, apesar dos elevados custos, ocupando algumas praças do norte de África⁶³ bem como ocupando ilhas não habitadas anteriormente. O ano de 1415 marcou o início da expansão portuguesa e do desenvolvimento da atividade marítima, militar e comercial que redundaria no povoamento das ilhas atlânticas, no reconhecimento da costa ocidental africana e mais tarde, na presença portuguesa no Brasil e nas terras banhadas pelo Índico (Farinha, 1998, p. 120).

O domínio quase absoluto das rotas marítimas pelos navegadores portugueses, entre os finais do séc. XV e inícios do séc. XVI, não suscitava a urgência de avançar para obras de fortificação⁶⁴.

Especialmente em relação ao território insular, as condições precárias de instalação aliadas à agressividade do terreno e ao domínio quase que absoluto dos mares pelos navegadores portugueses, não levaram a que se pensasse especificamente em quaisquer sistemas de defesa contra ameaças exteriores. (Carita, 1993a, p. 32)

Neste contexto, não era sentida a necessidade especial de executar obras de fortificação nas isoladas ilhas atlânticas, além de que aquelas acarretariam despesas elevadas, situação a que os moradores, perante uma hipótese que não se colocava com urgência, não estavam dispostos a aderir. “A necessidade de fortificação só existe se houver uma ameaça de ataque” (Carita, 1993a, p. 32).

Os primeiros povoadores da Ilha Madeira e a própria Ordem de Cristo, apesar da presença e da atividade de corsários castelhanos e biscainhos nas águas madeirenses, não sentiram motivação suficiente para fortificar os portos da ilha, pois a hegemonia dos portugueses na navegação atlântica dessa época, era, como já referido, enorme.

⁶³ A conquista de Ceuta, dá-se no reinado de D. João I, em agosto de 1415 e, de acordo com Farinha (1998, p. 120), “inscreve-se numa dinâmica expansionista geral e global dos reinos europeus e cristãos e em circunstâncias concretas da realidade portuguesa e ibérica, no alvor do séc. XV.” A seguir a Ceuta, outras praças africanas foram ocupadas, Alcácer Ceguer em 1458, Arzila e Tanger em 1471, entre outras.

⁶⁴ A mais antiga edificação militar que chegou aos nossos dias, é uma pequena casa de planta quadrangular, com uma porta de arco ogival e duas seteiras, conhecida por “Torre do Capitão” e situada no alto de Santo Amaro, tendo pertencido a Garcia de Sousa, genro de Zarco e construída para defesa de “sua casa” (Carita, 1981, pp. 51-52).

Na vigência de João Gonçalves da Câmara (1435-1501), segundo capitão donatário do Funchal⁶⁵, foi solicitado à infanta D. Beatriz (1430-1506), tutora e curadora do seu filho D. Diogo (1450-1484) e administradora do mestrado de Cristo, “os fundos e a autorização necessária para a construção duma fortificação que defendesse o porto do Funchal” (Carita, 1993a, p. 32), tendo-se esta escusado, em carta datada de 20 de fevereiro de 1476, alegando então, entre outras razões, a não disponibilidade da sua fazenda, incentivando o capitão a resolver localmente a situação.

A partir de 1492, no entanto, o reino de Castela lançou-se também na conquista do Oceano Atlântico, significando este desiderato uma clara concorrência ao expansionismo português. Fez-se, em sequência, a partilha do mar oceano entre portugueses e castelhanos, celebrada pelo tratado de Toledo (1480)⁶⁶ e, mais tarde, depois da viagem de Colombo, fez-se nova partilha, expressa no Tratado de Tordesilhas (1494)⁶⁷.

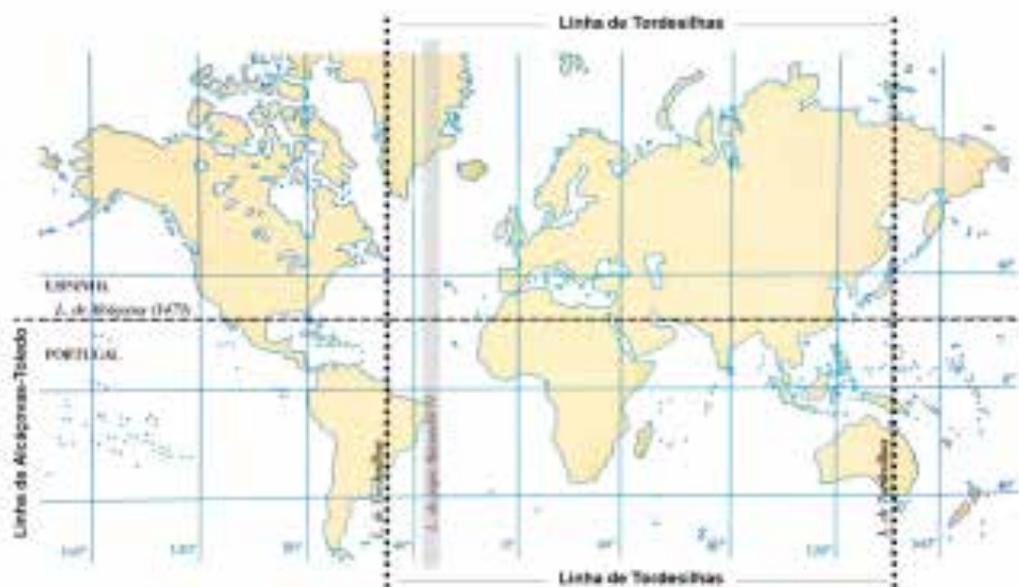


Ilustração 32 – Mapa com a demarcação dos tratados de Alcáçovas-Toledo e de Tordesilhas ([Adaptado a partir de:] Bethencourt e Chaudhuri, 1998, p. 200).

⁶⁵ O sistema administrativo das donatarias, foi iniciado na ilha da Madeira e depois exportado para os restantes domínios da coroa. Os três primeiros capitães foram João Gonçalves Zarco (Funchal), Tristão Vaz (Machico) e Bartolomeu Perestrelo (Porto Santo).

⁶⁶ Pelo tratado de Toledo, Portugal consegue fazer aprovar, para além do que já ficara expresso no Tratado de Alcáçovas de 1479, a soberania de todas as terras por descobrir, a sul da Guiné, quer no Atlântico quer no Índico.

⁶⁷ Acordo assinado a 7 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha, onde era estabelecida uma nova definição das áreas de influência dos dois países ibéricos, no contexto da expansão ultramarina (Oliveira, 2002, p. 6731).

Ainda no reinado de D. João II (1455-1495), sendo D. Manuel condestável do reino e administrador da Ordem de Cristo, tentou-se, de novo, a fortificação do Funchal. A ordem, enviada pelo duque D. Manuel, é datada de junho de 1493 e tem a forma de regimento de fortificação, acompanhado de orçamento detalhado (Carita, 1993a, p. 33). O regimento do duque, tinha por base o plano de fortificação de Setúbal, indicava as medidas dos troços de muralha a levantar, prevendo-se que estas teriam cerca de nove metros de altura para uma espessura de dois metros. Estipulava igualmente os encargos com os materiais, serviços e mão de obra, bem como a maneira de cobrar as verbas necessárias. As verbas necessárias a esta obra, incidiam sobretudo “sobre a cultura açucareira e movimento do porto, mas incluindo quase toda a população do Funchal” (Carita, 1993a, p. 33). D. João II, já então ciente da alteração da total hegemonia portuguesa no Atlântico, terá sentido necessidade de colocar outras cartas no seu jogo internacional (Carita, 1993a, p. 33).

Cristóvão Colombo (1451-1506), ao serviço dos reis católicos⁶⁸ tinha conseguido chegar à América nos finais de 1492, alterando assim as relações de força até então existentes. Conhecedor dessas alterações o navegador, segundo Carita (1993a, p. 33), “antes mesmo de comunicar a notícia aos Reis Católicos, foi comunicá-la a D. João II”, Rei de Portugal⁶⁹. Cristóvão Colombo conhecia bem a Madeira, onde estivera várias vezes, como comerciante de açúcar, tendo casado com Filipa Moniz⁷⁰, filha de Bartolomeu Perestrelo (1455-1484), primeiro capitão donatário do Porto Santo. Colombo teria contactado com comerciantes italianos e flamengos radicados no Funchal, então centro florescente de produção açucareira e provavelmente o principal suporte económico da nossa feitoria na Flandres. Perante toda esta situação, de entre várias medidas de segurança, pensou-se em fortificar o Funchal. A nova realidade impunha, sem complacências, uma atenção inadiável à defesa da cidade.

No entanto, os pesados encargos que viriam a recair sobre a população da ilha e a relutância dos senhores da terra em desviarem mão de obra das culturas do açúcar,

⁶⁸ Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, reis que concretizaram a união dinástica dos dois reinos ibéricos.

⁶⁹ D. João II e Cristóvão Colombo defendiam vias diferentes sobre a melhor forma a seguir nos descobrimentos para chegar às Índias, o primeiro defendendo a ida pelo oriente (ida para sul e depois para leste) e o segundo pelo ocidente, opções que terão sido debatidas em Portugal muito antes da célebre viagem de Colombo (Garcia, 2012, p. 10).

⁷⁰ O encontro entre Colombo e Filipa Moniz, deu-se, segundo Vieira (2016), “No Mosteiro de Santos, em Lisboa, onde esta estava recolhida. O casamento ocorreu no final de 1479, ou mesmo já em 1480.” Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

motivaram a ida à corte de D. João II, de dois delegados⁷¹, a fim de pedirem a não realização dessas obras. O Rei, perante a iminência da assinatura do Tratado de Tordesilhas, entendeu já não ser tão urgente a fortificação do Funchal, adiando o projeto. Assim, de acordo com Carita (1993a, p. 34), “mandou D. João II, em 9 de janeiro de 1494, na altura em que devia ser começada a cerca e muros”, que os mesmos não fossem feitos e sim, alguns baluartes, onde fossem necessários.

Entretanto, outros dados da situação interna portuguesa tiveram nova evolução e D. Manuel, seis meses mais tarde, envia à ilha, Vicente Sodré (c.1465-1503), fidalgo de sua casa, com regimento sobre a cerca e os baluartes necessários ao Funchal, regimento que, infelizmente não chegou até aos dias de hoje, desconhecendo-se mesmo, qual o caminho que, entretanto, levou a fortificação do Funchal (Carita, 1993a, p. 34).

Nos primórdios do séc. XVI, outros povos europeus partiram igualmente à disputa de novos territórios, não aceitando de bom grado a partilha do oceano e do mundo entre os povos ibéricos assim como o consentimento dessa partilha, dado pela Igreja Romana. À França, nova potência que então emerge, querendo afirmar-se como marítima, vem juntar-se a Inglaterra e a Holanda. O séc. XVI foi marcado por uma nova atividade e agressividade no mar, muito para além das situações pontuais ocorridas no séc. XV, transformando-se gradualmente numa verdadeira guerra de corso⁷² (Carita, 1993a, p. 34).

Um ataque de um navio biscaíno, em 1528, roubando dois navios à carga no porto do Funchal veio, no entanto, alterar a situação. Foi pedida ao Rei a construção de uma fortificação, queixando-se então a população da inexistência de qualquer defesa no porto (Carita, 1993a, p. 35). A ordem surgiu em 1529, destinando-se verbas para este efeito, subtraídas às até então direcionadas para melhoramentos da cidade e que resultavam da imposição das carnes. O controlo do dinheiro seria do capitão do Funchal, ou no seu impedimento, do ouvidor (Carita, 1993a, p. 35). À Câmara competia encontrar dois homens aptos para servirem de recebedor e de escrivão das verbas, homens esses que deveriam ser do agrado do capitão. A localização ventilada foi, então, a dos limites

⁷¹ Álvaro de Ornelas e Nuno Caiado foram os dois enviados à corte do Rei de Portugal (Carita, 1981, p. 54).

⁷² “O corso acontece quando alguém que se dedica ao trabalho de pilhagem no mar ou em terra, está munido de um documento régio que o legitime, a chamada carta de corso, passada por um monarca, que autoriza o exercício de atividade e uma ordenança de corso.” (Vieira, 2017)

da cidade, Santa Catarina e o cabo do calhau, isto é, a área hoje de São Tiago (Carita, 2008, p. 45).

A construção foi definida de um modo vago, como “um baluarte com torre” sendo que deveria ser construído onde o capitão achasse melhor, recaindo a escolha nas casas do mesmo. A construção teria ocorrido somente por volta de 1540, dirigindo a obra, o pedreiro Estevão Gomes⁷³, e tendo ficado mais ou menos concluída, foi nomeado um alcaide para a fortificação. Segundo Carita (2008, p. 45), “a fortificação constava então de uma torre semioval, ostentando os emblemas e as armas reais, articulada com uma muralha a correr sobre o “altinho das fontes” de João Dinis⁷⁴, que envolvia as casas do capitão”. Um torreão cisterna que, flanqueando a muralha, protegia a aguada dos navios e a população da praia do Funchal estava ao lado das fontes de João Dinis. Segundo Carita (2008, p. 45) “encontrava-se artilhada com um conjunto excepcional de peças de bronze na frente mar, vindas de Lisboa em 1529.” Para o lado da cidade era somente dotada de um muro de terra batida, que no dizer do cronista Gaspar Frutuoso (1522-1591) não tinha mais de doze palmos de terra, não tendo resistido, assim, ao ataque corsário de 1566 (Carita, 2008, p. 45).

No reinado de D. João III (1502-1557), as dificuldades surgidas no norte de África, levaram ao abandono de algumas das praças fortificadas, construídas nos princípios do séc. XVI. A evolução da situação no Atlântico e a crescente concorrência aos interesses ibéricos, aliados ao interesse que o Rei de Portugal sempre demonstrara pelos assuntos da arquitetura, determinou a reformulação de grande parte das nossas estruturas de defesa (Carita, 2008, p. 45). Assim, no segundo quartel do séc. XVI, em colaboração com o vasto império de Carlos V (1500-1558), começam a circular os especialistas militares nas várias frentes de combate, revelando a criação de um bloco ideológico ibérico, visível durante a realização do Concílio de Trento⁷⁵ (1545-1563) e que culminaria no final do século, na união, na mesma cabeça, das duas coroas (Carita, 2008, p. 45).

⁷³ “Em 1540 temos informações que se trabalha na obra do baluarte, que tem um recebedor, Jorge Fernandes, conforme fora determinado em 1529, e um mestre de obras, Estevão Gomes.” (Carita, 1981, p. 89) Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁷⁴ “O nome que estas fontes conservam de João Diniz deve provir do seu primitivo proprietário ou de algum indivíduo que tivesse feito a exploração delas. Já em 1590 lhes dava Gaspar Frutuoso este nome.” (Silva e Meneses, 1998a, p. 39)

⁷⁵ Uma das assembleias conciliares mais importantes da igreja católica. (Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura, 2018).



Ilustração 33 – Fontes de João Dinis (c.1880), Fotografia Vicentes. (Guerra, 2017, p. 265).

O porto do Funchal continuava, no entanto, a provocar a cobiça de determinados grupos europeus, particularmente, de acordo com Carita (2008, p.45), “dos luteranos franceses, cada vez com maiores dificuldades de sobrevivência no território europeu”. Em setembro de 1566, saíram de Bordéus, comandados por Bertrand de Montluc (1539-1566), cerca de mil e duzentos homens, em três navios de alto bordo e oito embarcações de menor lotação (Carita, 2008, pp. 45-46). A armada francesa, saqueou primeiro a Ilha do Porto Santo, dirigindo-se depois para a Ilha da Madeira. Machico e Santa Cruz, após as notícias do saque no Porto Santo, armaram-se para qualquer eventualidade, não tendo acontecido igual prudência no Funchal. O então governador, Francisco Gonçalves da Câmara, não se encontrando na cidade o capitão donatário e o seu filho mais velho, entendeu não tomar qualquer atitude que pudesse ser encarada como hostil. De acordo com Isabel Braga e Paulo Braga (1994, p. 83), “ao serem avistados os navios, o condestável da fortaleza quis bombardeá-los, proibindo-o o capitão interino, com receio de serem embarcações com intenções pacíficas”. A Fortaleza, limitou-se a salvar, na expectativa de que a armada francesa seguisse viagem.

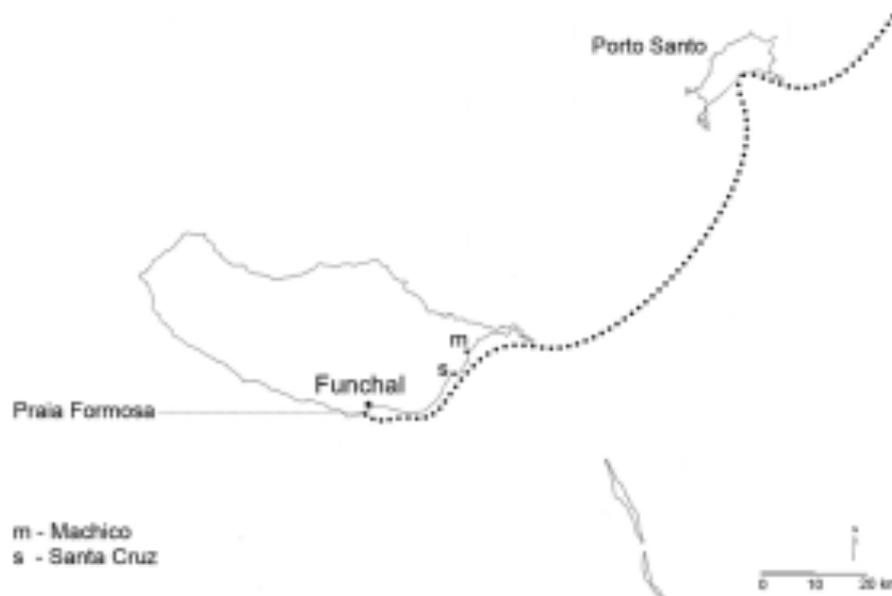


Ilustração 34 – Trajeto da armada francesa no arquipélago da Madeira. (Ilustração nossa, 2018).

Não foi, infelizmente, o que aconteceu. A armada de Montluc deslocou-se até à praia Formosa, e a 3 de outubro do ano de 1566, “colocou em terra cerca de 800 homens, que se dirigiram para a cidade em três bandeiras e que, até à ponte de São Paulo, não encontrou oposição” (Carita, 2008, p. 46). Aqui, foram travados por alguns homens enviados da fortaleza, com pequenas bocas de fogo, mas que rapidamente desertaram. Vindo pela rua da Carreira, um grupo de franciscanos tentou, igualmente, deter os corsários franceses, sem sucesso. A maioria da população, de acordo com Guerra (2010, p. 47), “fugiu para a serra, abandonando as suas moradas e lojas e o Funchal defendido apenas por uma modesta fortaleza, onde se refugiaram três centenas de pessoas, tornou-se presa fácil”. No Funchal, os franceses foram ainda recebidos com vários disparos “lançados pelos tripulantes da caravela setubalense, tendo então sido mortalmente atingindo num joelho o capitão Montluc, que faleceu na fortaleza passados três dias” (Braga, I. e Braga, P., 1994, p. 83).

A fortaleza do Funchal foi assim atacada por terra, onde não possuía qualquer proteção e, não tendo sido possível movimentar as pesadas bocas de fogo apontadas para o mar, não resistiu, tendo o Funchal sofrido, então, um pesado saque de cerca de 15 dias a que quase nada escapou. (Carita, 2008, p. 46)

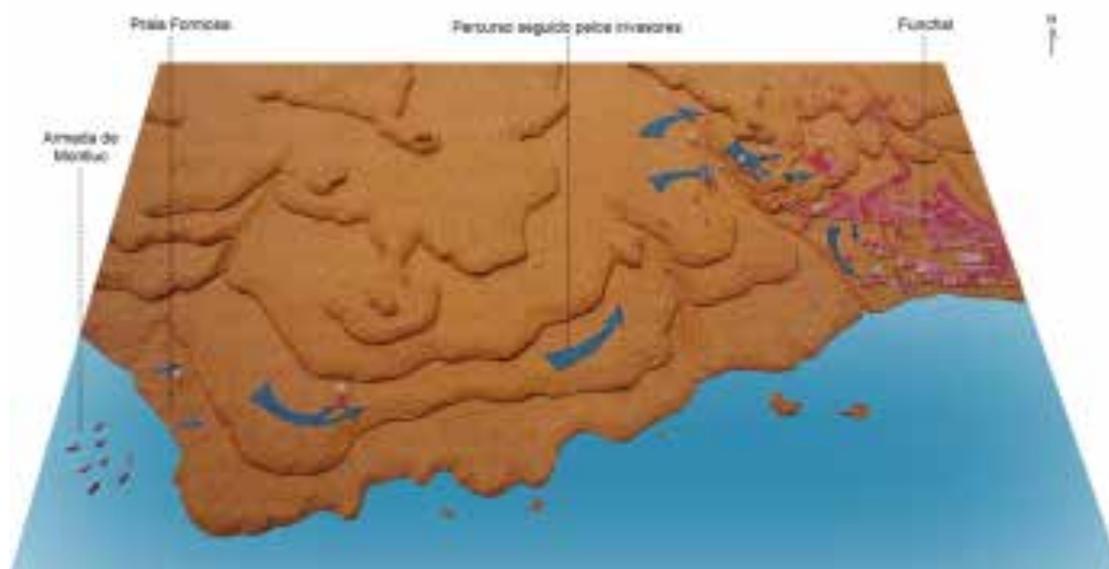


Ilustração 35 – Representação do ataque da armada francesa em maquete, fotografia de Rui Camacho. ([Adaptado a partir de:] Braga, I. e Braga, P., 1994, p. 81).

O saque de 1566 representa um momento marcante para o Funchal e foi de grande importância para a história da Madeira. A partir deste acontecimento a atenção da Corte de Lisboa virou-se para as Ilhas Atlânticas, tendo-se dado início a uma reestruturação interna e imprescindível que uma certa letargia insular fazia retardar continuamente (Carita, 1993a, p. 35).

O ataque ao Funchal foi de extrema violência, causando centenas de mortes e a pilhagem de muitas riquezas. Os cronistas sebásticos referem-se largamente a esse acto de pirataria, que levou a um vigoroso protesto junto da corte francesa, exigindo D. Henrique reparações militares e diplomáticas. (Serrão, 1980, p. 62)

O saque durou cerca de quinze dias, tendo os invasores, quando partiram, levado tudo o que podiam. Segundo Isabel Braga e Paulo Braga (1994, p. 85), “embarcaram com cerca de 300 escravos, e, sobretudo muitas joias e mobiliário luxuoso que para a Madeira ia importado da Flandres e outros locais”. Para trás deixaram, ainda, um rasto de destruição, fruto das maiores atrocidades praticadas em igrejas e no Mosteiro de Santa Clara.

Na armada de socorro saída de Lisboa, assim que se soube do ataque, vieram com o capitão donatário do Funchal e o futuro herdeiro da capitania, alguns padres da Companhia de Jesus. A armada, mandada aparelhar pelo cardeal

D. Henrique⁷⁶ (1512-1580) era constituída por dezoito velas e comandada por Sebastião de Sá⁷⁷ e nela seguiu também muita fidalguia e muita gente honrada de Lisboa (Braga, I. e Braga, P., 1994, p. 86).

Em breve estava no Funchal um arquiteto militar altamente habilitado, Mateus Fernandes III, ligado à família dos arquitetos do mosteiro da Batalha e ainda alguns militares continentais para reverem a organização das companhias de ordenanças e as vigias. (Carita, 2008, p. 46)

O novo mestre das obras reais da Madeira, Mateus Fernandes III⁷⁸ (c.1520-1597), recebeu, logo nos primeiros dias do ano de 1567, indicações várias, enviadas pela provedoria das obras em Lisboa, nomeadamente, o Regimento das Vigias. Este regimento de 1567, segundo Carita (2016a), “dirigido ao Capitão do Funchal, mandava montar vigias em todos os portos, calhetas, praias ou pedras, em que parecesse que os inimigos poderiam desembarcar”. As diretivas então emanadas, foram a base da construção de muitos pequenos fortes ou fortins, depois levantados pela ilha.

Em março de 1567, Mateus Fernandes, recebeu a visita e o apoio dos arquitetos italianos Pompeu Ardití (c.1520-1571) e Tomás Benedito (c.1520-1567) que foram portadores de um primeiro Regimento de Fortificação para o Funchal. Estes arquitetos, ambos de Pézaro, ficaram na ilha cerca de um mês, seguindo depois para os Açores, onde Tomás Benedito reformulou e dirigiu a nova Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada (Carita, 2017a, p. 69). Com a colaboração dos arquitetos italianos, Mateus Fernandes, levantou uma planta da cidade do Funchal e concebeu uma enorme fortaleza para o morro da Pena⁷⁹.

A fortaleza do morro da Pena pressupunha a construção de um importante complexo fortificado sobre o morro, descendo parcialmente sobre o bairro de Santa Maria, com dois núcleos, numa dimensão que só ocorreria em Portugal ao longo do séc. XVII e com as guerras da aclamação de D. João IV (1604-1656). (Carita, 2008, p. 47)

⁷⁶ O cardeal D. Henrique foi regente do reino na menoridade de D. Sebastião.

⁷⁷ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁷⁸ Mateus Fernandes é muito provavelmente neto e bisneto dos dois arquitetos do mesmo nome que se celebrizaram nas obras do Mosteiro da Batalha (Carita, 2016d).

⁷⁹ Para mais detalhe ver a planta no Anexo A.



Ilustração 36 – Planta da cidade do Funchal de Mateus Fernandes, c.1567. Fortaleza da Pena à direita (Adaptado a partir de:) (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

Mateus Fernandes está à frente da sua época com a conceção de um planeamento desta envergadura, só comparável à Fortaleza de São Filipe, em Setúbal, desenhada, em 1583, pelo italiano Giacomo Palearo (1520-1586) e à Fortaleza da Ribeira Grande, na Ilha de Santiago em Cabo Verde, projeto de Filipe Terzi. A dimensão da fortaleza planeada para o Funchal, que poderia recolher no seu interior, toda a população da cidade em caso de perigo, não teve paralelo com nenhuma outra (Carita, 2017, p. 70). O planeamento da autoria de Mateus Fernandes não foi, no entanto, aceite em Lisboa, tendo-se optado por um esquema mais tradicional, já concebido nas muralhas dos finais do séc. XV e que então não mereceu aceitação por parte dos moradores.



Ilustração 37 – Forte de São Filipe, Setúbal, fotografia de Augusto Cabrita. (Gil, 1992, p. 185).



Ilustração 38 – Forte de São Filipe, Cabo Verde (Lobo, 1996, p. 17).

Um novo Regimento de Fortificação foi então expedido em 1572, por D. Sebastião. Com este regimento, o Rei determinava, segundo Guerra (2010, p. 48), “a construção de uma muralha desde a ribeira de João Gomes até à ribeira de São João, fechando deste modo a frente mar do Funchal, e ao longo das referidas ribeiras outras duas muralhas vedariam a cidade pelas ilhargas”. Do lado nascente, a muralha estender-se-ia pela margem direita da ribeira de João Gomes, desde o calhau até à Pena e na outra ribeira, a de São João, estender-se-ia na margem esquerda até confinar com o Pico dos Frias. A construção da muralha prolongou-se por muitos anos, e o principal portão, ao Largo dos Varadouros, só foi erguido quase nos finais do séc. XVII, em 1689.



Ilustração 39 – Muralhas do Regimento de Fortificação de D. Sebastião, planta de Mateus Fernandes (c.1567). ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

O Regimento de fortificação de D. Sebastião estendia-se, por ordem deste, aos restantes portos da ilha, fortificando-se em consequência, a foz da Ribeira dos

Socorridos, a Praia Formosa, Câmara de Lobos e depois a foz da Ribeira de Gonçalo Aires, onde mais tarde veio a ser levantado o Forte dos Louros⁸⁰ (Carita, 2017a, p. 74).

A Fortaleza Central, mais tarde denominada de Fortaleza de São Lourenço, foi ampliada, tendo por referência o planeamento da autoria de Mateus Fernandes para o morro da Pena, sendo, no entanto, reduzida para menos de um terço das dimensões iniciais (Carita, 2017a, p. 71). A Fortaleza ficou assim com dois baluartes pentagonais gémeos, virados a norte e um quadrangular a proteger a zona ocidental. Por volta de 1600, a Fortaleza veio a ser dotada de um novo baluarte semipentagonal, projeto de Jerónimo Jorge, com a finalidade de proteger a porta-baluarte então designada de São Lourenço, santo da especial devoção dos Filipes de Castela e de Portugal, cuja imagem veio a ser colocada sobre a referida porta (Carita, 2017, p. 71). A evocação de São Lourenço estendeu-se depois a toda a Fortaleza.



Ilustração 40 – Fortaleza de São Lourenço lado sul (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 41 – Fortaleza de São Lourenço, baluarte norte (Ilustração nossa, 2018).

No final dos reinados de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique, já se encontravam lançadas as bases da organização militar do século seguinte, embora não totalmente institucionalizada, com base no Funchal e na figura do Conde Capitão, vedor-mor das alfândegas. Esta figura institucionalizou a do capitão general das duas capitanias. Igualmente estavam publicados os documentos legais que permitiam o funcionamento do colégio dos Jesuítas e do Seminário Diocesano do Funchal.

⁸⁰ “Deve datar da primeira metade do séc. XVII a construção da pequena fortificação particular que o comerciante Diogo Fernandes Branco, mandou levantar nas suas propriedades dos Louros e que o capitão Diogo Fernandes Branco, seu filho, homónimo, ampliou ao longo da segunda metade do século. Para proteger o desembarcadouro particular das propriedades dos Louros, construiu-se uma pequena fortaleza retangular com uma esplanada capaz de cinco peças de artilharia ligeiras. A construção deve ter tido direcção do mestre de obras reais Bartolomeu João.” (Carita, 2017b)

À Fortaleza de São Lourenço juntar-se-ia uma pequena estância fortificada, ocupando a foz das ribeiras de Santa Luzia e de João Gomes, a futura Fortaleza de São Filipe da Praça do Pelourinho⁸¹, havendo um pano de muralha a unir as duas fortalezas (Carita, 2017a, p. 72). A cidade considerada por D. Sebastião, já era um pouco maior que a do tempo de D. Manuel, ou seja, o limite oriental passou da ribeira de Santa Luzia para a de João Gomes, continuando, no entanto, o primitivo bairro de Santa Maria do Calhau a estar fora da cidade, vindo a ter o seu troço amuralhado só alguns anos depois (Carita, 2017a, p. 72).

No verão de 1581, Filipe I (1527-1598) mandava avançar de Canárias o Conde de Lançarote, D. Agustin de Herrera Rojas (1537-1598), com cerca de duzentos milicianos canários, reforçados com artilheiros mandados de Sevilha, para fazerem face à ameaça das armadas de D. António (1531-1595), prior do Crato, sedeadas nos Açores e por terem falecido, entretanto, em Almeirim, vitimados pela peste, o capitão do Funchal e o seu filho mais velho (Carita, 2008, p. 49). O Conde de Lançarote e as suas forças instalaram-se em São Lourenço e despacharam para a Fortaleza Nova da Praça⁸² as forças locais que a guarneciam. Face ao conflito que opunha as forças de Filipe I às de D. António prior do Crato, envolvendo muitas centenas de homens de parte a parte, a Fortaleza Nova da Praça do Pelourinho revelou-se pequena para as necessidades.

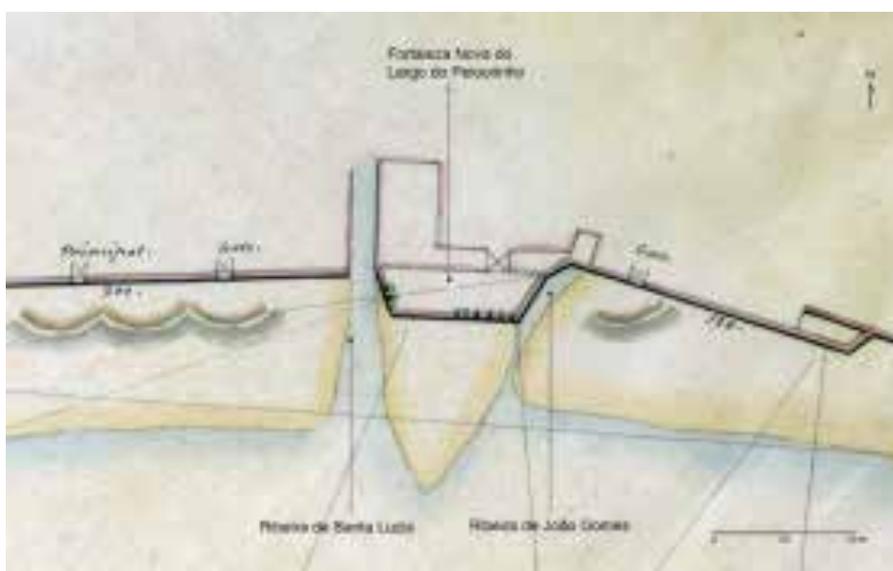


Ilustração 42 – Desenho da Fortaleza Nova do Largo Novo do Pelourinho. [Adaptado a partir de:] (Portugal, Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).

⁸¹ A fortaleza estaria já em construção no ano de 1578 (Carita, 2016).

⁸² A Fortaleza Nova da Praça do Pelourinho, só nos finais do séc. XVII, seria designada de São Filipe do Largo do Pelourinho.



Ilustração 43 - Ruínas da Fortaleza Nova da Praça do Pelourinho na atualidade (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 44 - Ruínas da Fortaleza Nova da Praça do Pelourinho na atualidade (Ilustração nossa, 2018).

A fortaleza, de acordo com Carita (2008, p. 50), “era então uma pequena praça rectangular, ocupando o espaço da foz das duas ribeiras, de Santa Luzia e de João Gomes, com uma bateria aberta sobre o mar e entestando para a cidade nas casas do Largo do Pelourinho”. As pequenas casas para a guarnição, projetadas dez anos antes por Mateus Fernandes, albergariam somente quinze a vinte homens, pelo que, a Fortaleza e o seu autor foram alvo de duras críticas por parte dos governadores e técnicos dos finais do séc. XVI, uma vez que a mesma não se adequava ao conflito em curso, críticas essas que, no entanto, com a vitória das forças castelhanas, se desvaneceram (Carita, 2017a, p. 73). A guarnição de duzentos profissionais sedeadas no Funchal, foi diminuindo nos anos seguintes, até chegar aos sessenta homens no final do séc. XVI (Carita, 2017a, p. 73). A Fortaleza Nova da Praça, assim designada até finais do séc. XVII, ficou sempre guarnecida por forças insulares, sendo nesta Fortaleza que se estabeleciam as vigias e rondas da cidade. De facto, a cidade dos finais do séc. XVI e meados do séc. XVII, tinha como centro o Largo do Pelourinho e estendia-se pela chamada rua Direita, sendo este o ponto mais central (Carita, 2008, p. 50). As rondas partiam da porta da Fortaleza Nova da Praça em direção a São Tiago e aos Ilhéus, pontos extremos de observação. Mateus Fernandes permaneceu na Madeira, até 1595, isto é, durante quase três décadas, tendo, ao longo desse tempo, a possibilidade de acompanhar a construção do que projetara e de introduzir os melhoramentos que se mostraram oportunos.

Com a União Ibérica, em 1580, foram novamente reequacionadas as defesas do Funchal. As pretensões de D. António Prior do Crato ao trono de Portugal, mantinham-se e pelos mares dos Açores, passavam regularmente as armadas de França e de Inglaterra em seu apoio. O regimento de 1572, não previa então a

possibilidade de um inimigo como as armadas inglesas de Francis Drake (c.1540-1596) e outros piratas, obrigando assim, a que o esquema de defesa da cidade, fosse novamente repensado. A frente mar não estava totalmente protegida, nem o lado poente, por onde haviam entrado os corsários franceses em 1566.

O primeiro problema foi resolvido pelo novo governador e capitão general Tristão Vaz da Veiga (1537-1604), antigo governador de Macau e de São Julião da Barra que, logo após a tomada de posse da capitania do Funchal em 1585, determinou o prolongamento da muralha para nascente (Carita, 2017, p. 74). As obras do novo troço da muralha, para leste da ribeira de João Gomes, confinavam com arrifes por baixo da Igreja de São Tiago Menor, justificando a construção, nessa zona baixa, de uma fortaleza⁸³. Nesta data constroem-se ainda as casas de vigia em São Tiago e aos Ilhéus, depois erguidas por toda a ilha.

O prolongamento da muralha concretizado por Tristão Vaz da Veiga, é a primeira alteração ao regimento de fortificação de D. Sebastião de 1572. É também o reconhecimento do governador de que a cidade é um todo geográfico, pelo que a defesa da mesma, não podia ser setorial. Outra das novidades do governo de Tristão Vaz da Veiga, foi a chamada “armadilha”, conjunto de fragata e galé a remos para patrulhamento dos mares do arquipélago, muitas vezes disfarçados de embarcações comerciais (Carita, 2016e). Tinham estes navios, esporões de bronze para poderem abordar os navios corsários.

⁸³ A Fortaleza de São Tiago, em construção por volta de 1611, deve ter sido projeto de Mateus Fernandes, mas reformulado depois por Jerónimo Jorge, vindo de Lisboa em 1595 e até então a trabalhar nas obras de São Julião da Barra e do Forte do Bugio (Carita, 2008, p. 51).



Ilustração 45 – Muralha da cidade do Funchal com o prolongamento da muralha para nascente, planta de Mateus Fernandes (c.1567). ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

Desde o início da União das duas coroas, discutia-se no Funchal a muralha poente e a edificação de uma Fortaleza no Pico dos Frias, padraço, isto é, mais alto que toda a cidade, inclusive, com comando sobre a Fortaleza de São Lourenço (Carita, 2017a, p. 75). Receava-se, novamente, um grande desembarque na Praia Formosa. No continente, em 1589, Francis Drake desembarcara importantes forças em Peniche, forças essas que chegaram, por terra, às portas de Lisboa. Se assim acontecesse no Funchal e os invasores se instalassem no Pico, poderiam varrer toda a cidade e dificilmente seriam desalojados.

Em 1644, já no período da Restauração, o Rei D. João IV determinou a construção de uma fortificação nas casas da Alfândega fundamentando com a necessidade de controlar o contrabando e defender o desembarcadouro das fazendas. A portaria determinava então que se construísse um reduto que servisse a praia, com respeito à distância que havia entre a Fortaleza de São Lourenço à Fortaleza de São Filipe do Largo do Pelourinho, e se abrisse uma porta para o embarque e desembarque das fazendas (Carita, 2017a, p. 78).

A fortaleza, de acordo com Carita (2008, p. 54), “teria sido construída de imediato conforme o governador e o provedor mandaram exarar no portal então virado à Rua da

Alfândega e hoje remontado no jardim da Assembleia Legislativa”. Ficou constituída por um baluarte triangular avançado ao mar, construído sobre a cortina da cidade.

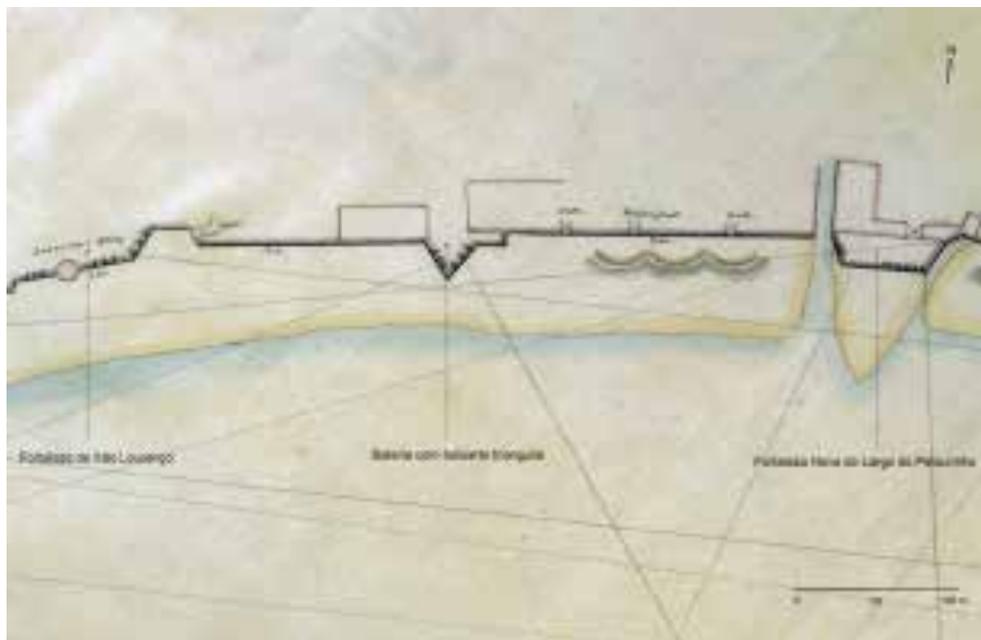


Ilustração 46 – Desenho da cortina da cidade com a bateria com baluarte triangular (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar).

O aumento do movimento do porto do Funchal obrigou, no entanto, a um outro esquema mais apertado para a vigilância e segurança do porto. Para além do reduto da alfândega, era imperativa a construção de uma outra fortaleza, direcionada para o controlo do porto da cidade. Recuperou-se então, a ideia da construção de uma Fortaleza no chamado Ilhéu Grande, necessidade já advogada em 1553, por Diogo Cabral⁸⁴, em carta escrita, da Calheta, para D. João III.

Anos depois, na planta de Mateus Fernandes, desenhada provavelmente em 1567, era evidente a importância dos dois ilhéus, apresentando-se uma pequena fortificação de dois baluartes gémeos para, de terra firme, se obstar a desembarques indesejados e que seria depois, a Fortaleza da Penha de França (Carita, 2017a, p. 80). Era uma fortificação moderna, inspirada nos tratados italianos da época, com dois baluartes gémeos e cuja referência conhecida é a que expressa a Planta de Mateus Fernandes. Terá sido a primeira obra executada por Mateus Fernandes, pois não existe referência

⁸⁴ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

à estadia no Funchal de alguém suficientemente informado em fortificação apto a fornecer elementos para uma obra já abaluartada (Carita, 2017a, p. 80).

As primeiras obras no Ilhéu Grande devem ter decorrido na primeira metade do séc. XVII, entre 1634 e 1636, sendo governador D. João de Meneses (c.1600-1649). De acordo com Carita (2008, p. 55), “não foi uma construção fácil e não teria nada do aspeto atual”. Carita (2008, p.55), refere ainda, que “as primeiras obras efetivas nasceram depois de 1640, na sequência da construção do reduto da Alfândega cuja ordem foi de 1644 e do aumento do movimento do porto do Funchal”. Os moradores da cidade, após esta construção, e aproveitando a chegada ao Funchal do governador e capitão general Bartolomeu Vasconcelos da Cunha (c.1610-1663), em 1651, solicitam a construção efetiva de uma Fortaleza no Ilhéu (Carita, 2017a, p. 80). Com base nas informações do provedor e do governador, então enviadas a Lisboa, a autorização real chegou no início de fevereiro de 1652.

No desenho de Bartolomeu João, a Fortaleza do Ilhéu é apresentada como um reduto circular, artilhado com seis bocas de fogo e com casa grande central e isolada. A comunicação com o exterior era feita por um portal largo de cantaria trabalhada, nascendo à frente da porta um balcão e uma longa escadaria de três lanços que chegava ao mar (Carita, 2017a, p. 82). Em 1670 os soldados em serviço na Fortaleza do Ilhéu solicitaram ao futuro Rei D. Pedro II (1648-1706) a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. O príncipe D. Pedro despachou favoravelmente a petição, tendo a mesma ficado concluída com a cisterna, em 1687 (Carita, 2017a, p. 84).



Ilustração 47 – Desenho de Bartolomeu João da Fortaleza do Ilhéu. (Carita, 1984, s.p.).

A Fortaleza do Ilhéu começou a trabalhar em pleno no último quartel do séc. XVII deixando de depender da Fortaleza de São Lourenço, como até então. Terá sido nessa altura que a Fortaleza passou a registo do porto, salvando os navios que entravam e assinalando para terra a sua proveniência. “Em 1692, a fortaleza do Ilhéu veio a ter mesmo capelão privativo, lugar em que foi provido o padre José de Andrade” (Carita, 2017, p. 84).

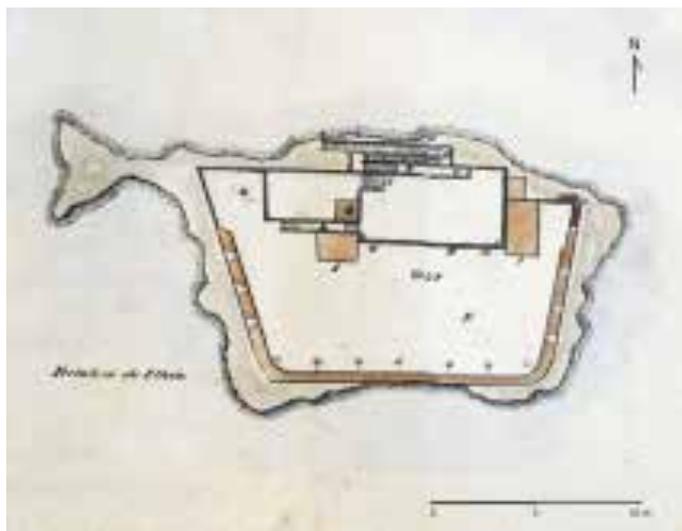


Ilustração 48 – Planta do Forte do Ilhéu de António Pedro de Azevedo, em 1855. ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).



Ilustração 49 – Forte do Ilhéu. Década de 1870, fotografia de João Francisco Camacho. (Guerra, 2017, p.226).



Ilustração 50 – Forte do Ilhéu e Forte de São José, Fotografia Vicentes. ([Adaptado a partir de:] (Guerra, 2017, p.206).

Os séculos XVII e XVIII consolidaram a centralização do poder régio em Portugal, situação que, naturalmente, se estendeu à Madeira. A ação do Governador João António de Sá Pereira e do corregedor da comarca, Francisco Moreira de Matos⁸⁵, é prova dessa ação centralizadora. A Madeira, num contexto de contínuos conflitos marítimos e rivalidades territoriais continentais, onde era sempre patente a rivalidade anglo-francesa, teve de desenvolver uma permanente política de apaziguamento para poder sobreviver. Se nos inícios do séc. XVIII o país viveu uma época de relativo desafogo económico, a Madeira, continuamente condicionada pelos conflitos marítimos, atravessou uma das mais graves situações económicas da sua história (Carita, 1998, p. 167).

A defesa e a fortificação da Madeira, foi assim, várias vezes repensada, no séc. XVIII, sendo que, ainda nos finais do séc. XVII, deslocaram-se ao Funchal dois técnicos para reestruturar o sistema de fortificações, o capitão de engenheiros António Rodrigues

⁸⁵ Nomeado corregedor, a 16 de outubro de 1766. Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

Ribeiro⁸⁶ e o estudante de engenharia Manuel Gomes Ferreira. Dessa vinda, apenas sabemos que foi executado o portão dos Varadouros, datado de 1689 e que terá sido feito, de acordo com Manuel Gomes Ferreira, um levantamento quase total das costas da Ilha (Carita, 1998, p. 167). O portão dos Varadouros⁸⁷, antiga entrada da cidade, foi construído no tempo do governador D. Lourenço de Almada (1645-1729) e encerrou, por fim, a muralha defensiva da frente mar da cidade.



Ilustração 51 – Portão dos Varadouros na atualidade. (Ilustração nossa, 2018).

Foi com o Governador Duarte Sodré Pereira (1666-1738) que tomou posse em abril de 1704, que se deu no séc. XVIII, a primeira grande campanha de obras de fortificação⁸⁸. Foram construídos o Forte Novo de São Pedro (1707), no Funchal, os dois Fortes de Machico, um em 1706 (Senhora do Amparo) e o outro em 1708 (São João Baptista), o de Santa Cruz dedicado a Nossa Senhora da Graça e Águas Belas⁸⁹ e o da

⁸⁶ O capitão de engenheiros, António Rodrigues Ribeiro, nascido em Trás-os-Montes, veio para a ilha da Madeira em 1689, em companhia do ajudante engenheiro Manuel Gomes Ferreira, com o qual assistiu aos desenhos que se fizeram nas vilas daquela ilha (Lins, 2007, p. 154). Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁸⁷ O portão dos Varadouros foi demolido em 1911. “Este portão, que era antes de 1839 a entrada principal da cidade, recomendava-se pela elegância da sua arquitectura, tendo as pedras de que era formado sido numeradas na ocasião da demolição, por ordem do engenheiro municipal Aníbal Augusto Trigo, a fim da obra poder ser facilmente reconstruída quando se trate um dia de criar um museu de antiguidades madeirenses” (Silva e Meneses, 1998c, p. 322). O portão foi remontado em setembro de 2004, no âmbito das celebrações dos quinhentos anos da cidade do Funchal.

⁸⁸ Ver mapa das fortificações no arquipélago da Madeira no Apêndice D.

⁸⁹ O forte foi construído no centro da praia da vila, junto à antiga capela desta evocação e deve ter sido concluído antes de 1707 (Carita, 2017c).

Ribeira Brava (1708), dedicado a São Bento (Carita, 2017g). Duarte Sodré Pereira (1666-1738), fidalgo e mercador, natural de Águas Belas, mandou ainda construir dois redutos na costa norte, um no Porto da Cruz (1708) e outro no Porto Moniz⁹⁰, à época, simples organizações de terreno, só passadas a pedra e cal ao longo do séc. XVIII. A este governador se ficou a dever ainda o aprovisionamento destas fortificações com o chamado “pão de munição”, sobretudo no difícil ano de 1712, em que tiveram lugar ataques franceses às possessões ultramarinas portuguesas e foi necessário adotar especiais medidas de defesa (Carita, 1998, p. 168). Reforçaram-se então as quantidades de pólvora, munições e bocas de fogo, adquiridas pelos rendimentos da fazenda do Funchal, mandadas vir de Lisboa, Londres e Amsterdão.

A situação do Porto Santo era distinta da realidade da Madeira.

O governador e capitão general da Madeira não superintendia na defesa do Porto Santo, que mantinha a sua estrutura de capitania quinhentista, pelo que a revisão da sua situação defensiva só foi objeto da atenção do governo central, após a cativação da capitania pela coroa, pelo alvará régio de 13 de outubro de 1770. (Carita, 1998, p. 168)



Ilustração 52 – Porta do Forte de São José do Porto Santo (ilustração nossa, 2018).

Assim, não obstante o pedido do governador do Porto Santo ao Rei D. João V (1689-1750), para que se levantasse uma fortaleza, este solicitou parecer a Duarte

⁹⁰ A construção deve ter sido iniciada antes de 1711, data em que foram feitas novas obras (Carita, 2017d).

Sodré Pereira, que, apesar de alegar não conhecer a ilha, sugere a construção de um pequeno forte junto à praia, com seis peças de artilharia, forte que permitiria a retirada da população para o Pico⁹¹, “como sempre fizeram” (Carita, 1998, pp. 168-169). O governador da Madeira sugere ainda que as peças de artilharia sejam novas e de ferro, bem como explica, tendo por base a experiência da Madeira, a forma de financiar a sua construção e equipamento. No entanto o Forte de São José do Porto Santo, só viria a ser levantado sessenta anos mais tarde por ordem de João António de Sá Pereira (1719-1804), com desenho do sargento-mor, com exercício de engenharia, Francisco de Alincourt (1733-1816) e posterior assistência dos capitães Domingos Rodrigues Martins (c.1710-1779) e João António Vila Vicência (Carita, 1998, p. 169).

Duarte Sodré Pereira terá trabalhado durante algum tempo, sem mestre das obras reais efetivo, uma vez que se opôs à nomeação para o lugar de Manuel de Vasconcelos⁹² que provera interinamente, não lhe reconhecendo, no entanto, competência para provimento definitivo (Carita, 1998, p. 169). As suas razões terão sido ouvidas, pois em 1711, foi nomeado para o lugar Inácio Gomes Fragoso⁹³ que, ao permanecer pouco tempo na ilha, deixou o lugar, permitindo que Manuel de Vasconcelos obtivesse, por fim, o lugar pretendido. O governador João Saldanha da Gama (1674-1752) continuou a ação de Duarte Sodré Pereira. A situação militar de guerra mantinha-se e o governador passou a dar conhecimento à Câmara da correspondência oficial do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736). “De 1717 a 1718 temos informações sobre as obras de fortificação, ou seja, daquilo que foi pago e executado com os dinheiros atribuídos para esse efeito” (Carita, 1998, p. 170), sendo mestre das obras reais Manuel de Vasconcelos, por Inácio Gomes Fragoso.

Nessa época, as principais despesas ocorreram no âmbito da carpintaria, na Fortaleza de São Lourenço e na Fortaleza de São João Baptista. Em 1725 e 1726 verificaram-se idênticas despesas, assim como pagamentos por filetes para as bandeiras dos Fortes de São Filipe da Praça do Pelourinho e de São Tiago (Carita, 1998, p. 170). As principais obras começam em 1726, no Forte de Nossa Senhora da Penha de França⁹⁴,

⁹¹ Pico do Castelo; as fortificações que ali existiram estão hoje destruídas, foram levantadas durante a União Ibérica (Silva e Meneses, 1998c, p. 79).

⁹² Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁹³ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁹⁴ A primeira informação acerca deste forte é de 1567-1570 e vem na planta do Funchal executada por Mateus Fernandes. A capela foi fundada em 1622 pelo proprietário António Dantas, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha de França. No início do séc. XVIII, o conjunto foi objeto de obras (Carita, 2017e).

sendo mestre de obras reais e engenheiro, em efetividade de funções, Manuel de Vasconcelos.

Em janeiro de 1742, diz-nos Carita (1998, p. 170), não havia, de novo, mestre das obras reais efetivo, assinando como responsável pelas obras, António João de França⁹⁵, seguido do apontador, Francisco Homem Del Rei⁹⁶. No entanto, num apontamento final do código de obras desse ano, 1742, mas com data de fevereiro de 1740, cita-se Diogo Filipe Garcês (c.1680-c.1744), como mestre das obras reais, responsável por obras na Fortaleza de São Lourenço, executadas por João de Sousa e Abreu⁹⁷, assim como do mestre da carpintaria e reparos de artilharia, Paulo Pereira de Lordelo⁹⁸ (Carita, 1998, p. 170).

No mapa de fortificação de 1754, é feito pelo governador Manuel de Saldanha de Albuquerque e Castro (1712-1771), uma referência, parecendo indicar que “as fortificações levantadas na vigência do Governador Duarte Sodré Pereira realizadas quase por sua exclusiva responsabilidade e direção não teriam tido o acordo dos seguintes provedores da fazenda” (Carita, 1998, p. 171). A indicação constante no mapa de 1754, faz assim transparecer o contínuo conflito institucional entre o governador e o provedor de fazenda do Funchal.

A partir de 1725, com Francisco da Costa Freire⁹⁹, o governador passou a dispor de uma carga geral da fortificação, o que representava uma certa centralização desta área, em relação à provedoria da Alfândega. O assunto, no entanto, com as obras do porto do Funchal, atingiu o seu ponto de rutura (Carita, 2016f).

O governador conseguiu, para prover a direção das obras do porto do Funchal e especificamente para estas obras, a vinda do engenheiro Francisco Tossi Columbina (1701-c.1770), não tendo este engenheiro ocupado o lugar de mestre das obras reais. Tossi Columbina teria ficado somente subordinado ao governador com a direção das obras do porto, continuando em efetividade de funções e tendo a cargo as restantes obras, o então mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins (c.1710-1779). A defesa do porto do Funchal, era uma prioridade estratégica, evidenciada desde o início do séc. XVIII. Os estudos levados a cabo por Tossi Columbina, terão ocorrido em finais

⁹⁵ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁹⁶ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁹⁷ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁹⁸ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

⁹⁹ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

de 1755, transmitidos depois a Lisboa, recebendo-se, com data de 22 de março, a ordem de execução do porto de abrigo. Apesar dos problemas na construção do porto, muitos devido aos temporais e de vários recomeços, as obras estariam terminadas, numa primeira fase, por volta de 1762. De acordo com Carita (1998, p. 176), “as obras do porto do Funchal continuaram, no entanto, a centralizar as atenções do poder civil e militar, a todos níveis, dependente que sempre foi a Ilha dos contactos marítimos com o exterior”. Em 1781-1782, os fortes temporais obrigaram a refazer as obras do porto e em outubro de 1792, o excepcional mau tempo, “obrigou os terços auxiliares a trabalhar nas muralhas das ribeiras do Funchal e de Machico” (Carita, 1998, p. 176).

No quadro de construção do cais de acostagem foi erguido, a partir de 1757, com projeto de Francisco Columbina, o Forte de São José. Este Forte, em homenagem ao Rei de Portugal, assente sobre o “Ilhéu pequeno” e ligado a terra, desenvolvia-se em dois andares, com canhoneiras essencialmente viradas para poente, dado que a proteção virada para nascente do cais da Pontinha era feita pelo Forte de Nossa Senhora da Conceição, no Ilhéu Grande (Carita, 1998, p. 176).



Ilustração 53 – Bateria da Penha de França vista do Forte São José. Década de 1880, Fotografia Vicentes. (Guerra, 2017, p. 237).

O Forte de São José cruzava fogos com a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e com o Forte de Nossa Senhora da Penha de França, que lhe ficava fronteiro, em terra. A construção da ligação dos dois ilhéus, planeada em 1771, pelo sargento-mor Francisco de Alincourt teve, no entanto, de esperar cerca de cem anos, vindo a concretizar-se entre 1885 e 1890. Segundo Guerra (2010, p. 90), “também em 1885 procedeu-se à construção de uma muralha acostável, cuja obra, destruída por um temporal em 1892, só ficou definitivamente concluída em 1895”.

Entre julho de 1801 e janeiro de 1802 dá-se a primeira ocupação inglesa na Ilha da Madeira, tendo as tropas britânicas instalado o seu acampamento na vasta zona dos Ilhéus, a pretexto de uma possível invasão das forças de Napoleão Bonaparte¹⁰⁰ (1769-1821). Citando Guerra (2010, p. 77), “o inovador plano urbanístico do Brigadeiro Oudinot, traçado em 1804 e denominado “Projecto da Cidade Nova no Campo das Angústias”, ocupava precisamente, a vasta zona dos Ilhéus”.



Ilustração 54 – Planta com o projeto da nova cidade na zona dos Ilhéus. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

¹⁰⁰ Napoleão I, imperador dos franceses (1804-1814 e 1815), estrategista notável, estendeu o seu domínio por toda a Europa. A Batalha de Waterloo, obrigava o imperador a abdicar em definitivo, tendo sido exilado na ilha de Santa Helena (Oliveira, 1998, p. 4966).

A importância estratégica do Funchal, aumentou durante o intenso conflito que opunha a França à Inglaterra, e só em setembro de 1805, a fazer jus a essa relevância, ancoraram no porto da cidade, dois numerosos comboios¹⁰¹ vindos de Inglaterra. Segundo Guerra (2010, p. 77), “um dos comboios era formado por cinquenta e dois navios e tinha como destino as Antilhas e o outro, com sessenta embarcações, dirigia-se para a Índia, os quais se abasteceram com 3000 pipas de água e 4234 de vinho”.

A segunda ocupação inglesa ocorre na véspera de natal de 1807, no quadro da invasão de Portugal pelas forças napoleónicas¹⁰², em novembro desse mesmo ano. Ao governador e capitão general da Madeira é exigida a capitulação imediata, sendo então arvorada a bandeira britânica na Fortaleza de São Lourenço e nos demais Fortes da cidade (Rodrigues, 1999, p. 299). Sete longos anos duraria a ocupação, e só em outubro de 1814, as tropas inglesas abandonariam o Funchal.



Ilustração 55 – Fortaleza de São João Baptista durante a segunda ocupação inglesa ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).

¹⁰¹ Comboio, é um grupo de navios reunidos e organizados para fazerem uma operação ou viagem juntos.

¹⁰² A primeira invasão francesa deu-se sob o comando do general Junot (Serrão, 1983, p. 22). No total, foram três as invasões francesas.



Ilustração 56 – Fortaleza de São Tiago durante a segunda ocupação inglesa ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).



Ilustração 57 – Forte do Ilhéu durante a segunda ocupação inglesa ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).



Ilustração 58 – Fortaleza de São Lourenço. *The Government House at Madeira*. Desenho de William Westall, publicado em Londres, em 1813 (FUNCHAL. Câmara Municipal, 2004, p.140).

3. AS FORTALEZAS DE SÃO TIAGO E DE SÃO JOÃO BAPTISTA: CASOS DE ESTUDO

“[...] até à Restauração, construíram-se as fortalezas de S. João no Pico dos Frias e a de S. Tiago, bem como algumas muralhas da cidade.” (Veríssimo, 2000, p. 317)

3.1. ENQUADRAMENTO FÍSICO E HUMANO

A Ilha da Madeira¹⁰³ faz parte de um pequeno arquipélago, situado no Atlântico Norte, entre os paralelos 32° N e 33° N e os meridianos 16° W e 17° W, a distâncias aproximadamente iguais dos Açores, Ilha de Santa Maria e do Continente Europeu, Cabo de São Vicente em Faro. O arquipélago é composto ainda pela Ilha do Porto Santo e por dois subgrupos de pequenas ilhas desabitadas, as Desertas e as Selvagens¹⁰⁴.

As Ilhas Desertas são constituídas por três pequenas ilhas conhecidas pelos nomes de Ilhéu Chão, Deserta Grande e Bugio. Encontram-se a sudeste da Ilha da Madeira, a maior do arquipélago, e estão a 35 quilómetros da cidade do Funchal, onde é possível observá-las, se as condições climáticas o permitirem, durante todo o ano. “Em seiscentos, apenas ali residiam vigias, agricultores-pastores e, temporariamente pescadores. Dependiam da jurisdição da capitania do Funchal” (Veríssimo, 2000, p. 18). “Desde o início do século, permanecia também nesta pequena ilha, um vigia que, através de fogueiras, comunicava à Madeira, a aproximação de navios inimigos” (Veríssimo, 2000, p. 19).

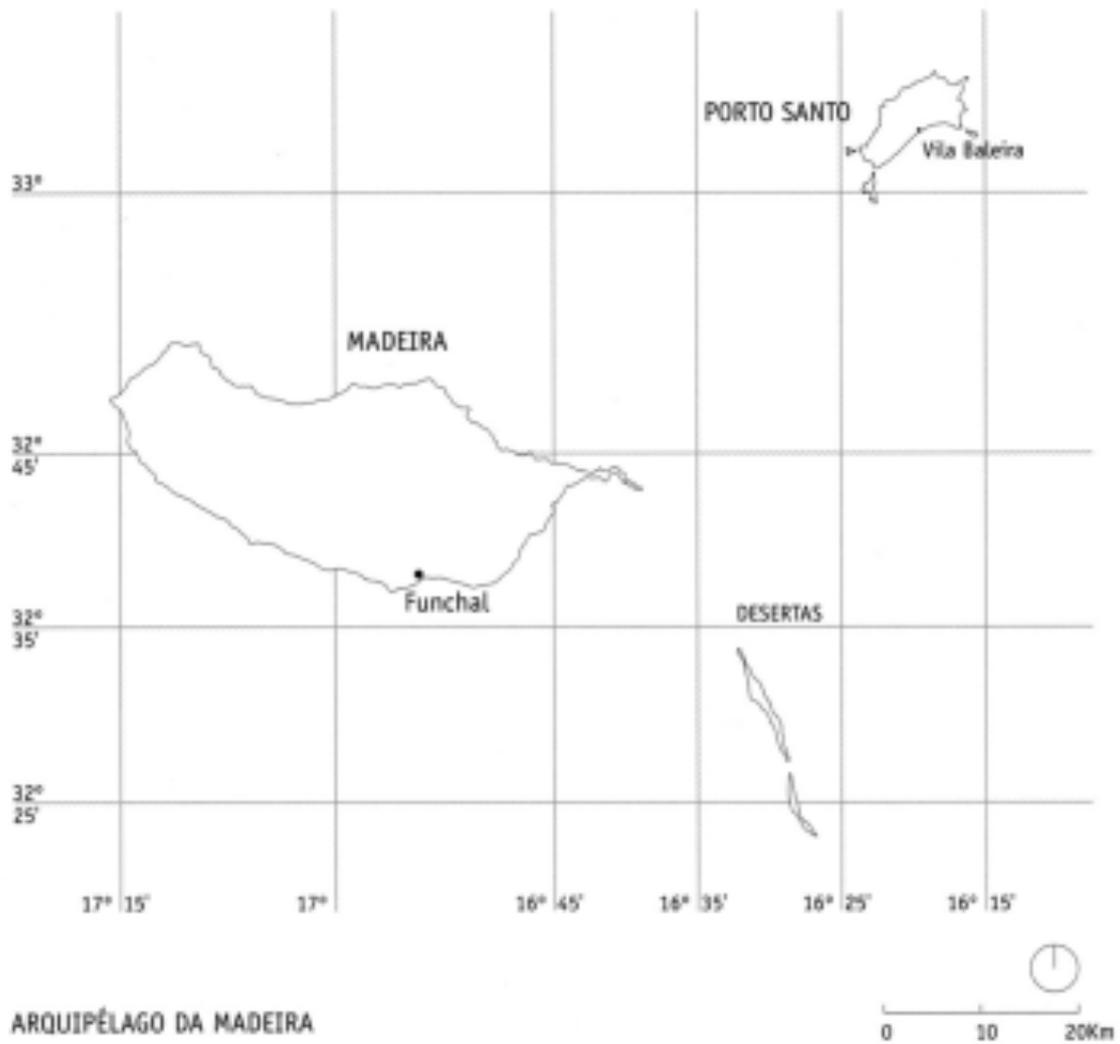
No extremo meridional do território português está o Ilhéu de Fora, que pertence ao subgrupo das Ilhas Selvagens. Este conjunto de ilhas situa-se a 250 quilómetros a sul da cidade do Funchal e é formado por dois grupos, onde se destacam a Selvagem Grande, a Selvagem Pequena e o Ilhéu de Fora.

A Ilha do Porto Santo¹⁰⁵ e vários Ilhéus, entre eles o Ilhéu da Cal, ficam a NE da Ilha da Madeira, a cerca de 50 quilómetros desta.

¹⁰³ A ilha tem 58 quilómetros de comprimento (E-O) e 23 quilómetros de largura máxima (N-S), tem uma área de 735,9 Km² e dista 796 quilómetros da costa africana, 504 quilómetros das Ilhas Canárias, 980 quilómetros de Lisboa e 978 quilómetros dos Açores.

¹⁰⁴ As Ilhas Selvagens são hoje uma reserva natural criada em 1971.

¹⁰⁵ A Ilha tem cerca de 11 quilómetros de comprimento, desde a Ponta de Nordeste até à Ponta do Focinho do Urso, e 6 quilómetros de largura desde a Ponta da Cruz até à Ponta do Ilhéu.



ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

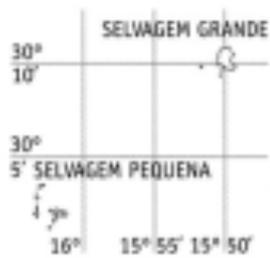


Ilustração 59 – Arquipélago da Madeira. (Mestre, 2002, p. 49).

A Ilha da Madeira, a maior do arquipélago, possuindo um relevo acidentado e uma cordilheira central, que separa as vertentes norte e sul, é ainda rasgada por diversas ribeiras. Entre o norte e o sul, de acordo com Veríssimo (2000, p. 20), “havia uma barreira difícil de transpor, constituída por um grande maciço montanhoso vulcânico central, pelo planalto do Paul da Serra e pelos pequenos planaltos da área oriental da Ilha”. O maciço central resultou da acumulação das camadas de lava provenientes dos vários focos de erupção, sendo que o mais significativo, terá sido o que originou a gigantesca cratera do Curral das Freiras (Mestre, 2002, p. 52).

Ainda de acordo com Victor Mestre (2002, p. 53), “distinguem-se dois maciços no grande alinhamento central da Ilha que são fraturados pelos vales da Ribeira Brava e de São Vicente, as ligações naturais entre a costa Sul e a costa Norte”. Na zona central, destacam-se os picos Ruivo, o mais alto da Ilha com 1861 metros de altitude, Torres, Areeiro e Cidrão, todos com altitudes superiores a 1800 metros e o Cedro, com 1758 metros.



Ilustração 60 – Vista aérea da Ilha da Madeira. ([Adaptado a partir de:] (Hugo Gaudêncio, 2018).

A costa da Ilha da Madeira é abrupta, sobretudo na parte norte, no entanto, é na parte sul que se encontra a falésia mais alta da ilha, o Cabo Girão¹⁰⁶ com cerca de 580 metros. As ribeiras, de acordo com Mestre (2002, p. 52), “profundas e de regime torrencial, são os elementos naturais, enquanto as levadas e as veredas serão os ‘elementos naturalizados’ estruturantes do território” (Mestre, 2002, p.52). A história das levadas confunde-se com a história dos homens. De acordo com Raimundo Quintal (2010, p. 9), “as primeiras [levadas] surgiram nos alvares do povoamento e daí para cá nunca mais deixaram de nascer”.

A Ilha do Porto Santo, tal como a da Madeira, tem origem vulcânica, destacando-se, da plataforma plana central, e de cota baixa, os picos situados em cada uma das extremidades. O Pico do Facho, com 517 metros de altitude é o mais alto da Ilha, sendo que o Pico Castelo e o da Juliana têm respetivamente 438 e 447 metros de altitude e o Pico de Ana Ferreira, 283 metros. Os vales da Serra de Dentro e da Serra de Fora, são os dois vales mais importantes da ilha dourada¹⁰⁷.



Ilustração 61 – Vista aérea da Ilha do Porto Santo. (Ilustração nossa, 2018).

¹⁰⁶ O Cabo Girão constitui uma das mais altas arribas do mundo e pertence ao concelho de Câmara de Lobos, a oeste do Funchal.

¹⁰⁷ O tom claro do solo, caracteriza a ilha. Segundo Mestre (2002, p. 61), “as lavas depositaram-se entre cinzas de várias tonalidades, sem que, todavia, o calcário tenha deixado de prevalecer”.

O clima e a precipitação das Ilhas da Madeira e Porto Santo, têm também características diferentes. Na Madeira, há ainda duas realidades distintas, o clima do norte, com ventos dominantes e o do sul de temperatura amena, resultante da proteção do maciço central. As temperaturas variam com a altitude, e as nuvens e os nevoeiros são uma constante, à cota 500, no inverno. A abundância de água na Ilha da Madeira, está fortemente ligada à precipitação. No Porto Santo, pelo contrário, a precipitação é escassa e resulta, sobretudo do tipo de relevo e respetiva altimetria. A falta de água torna o solo árido, pelo que os poços são fundamentais para a manutenção das culturas.



Ilustração 62 – Ilha do Porto Santo. (Ilustração nossa, 2018).

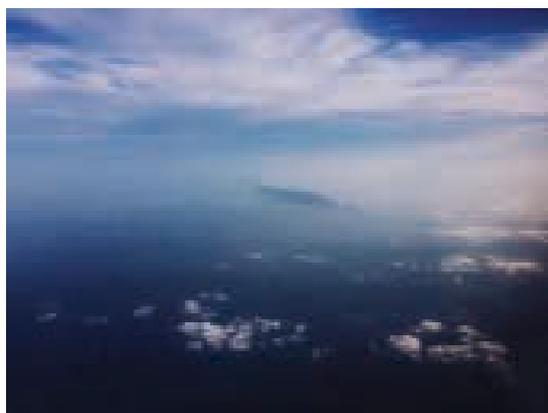


Ilustração 63 – Vista área das Ilhas Desertas. (Ilustração nossa, 2018).

Numa geografia tão acidentada como a da Ilha da Madeira, ocupada por densas florestas e vegetação exuberante, a ocupação e o usufruto do território, foi acontecendo, através de um contínuo processo de relações entre o homem e o meio natural.



Ilustração 64 – Arco de São Jorge. Costa norte da Ilha da Madeira (Ilustração nossa, 2018).

“[...] Eram ilhas bravas [...] onde os homens vinham povoar com muitos riscos de suas pessoas e grandes trabalhos de seus corpos [...] cheias de arvoredos bravos e penederias” (Câmara *apud* Lúcio, 1995, p. 723).

Com a chegada dos primeiros povoadores, tornou-se necessário um certo espaço físico para a construção das habitações e para a agricultura, “o que a vegetação luxuriante da Madeira – tanto arvoredo que estava (ali) desde o começo do mundo, como escreveria depois o Cónego Jerónimo Dias Leite – não permitia” (Carita, 2003, p. 9).

No sul da Madeira, as condições morfológicas não eram, no entanto, tão agrestes, resultando assim, mais fáceis as comunicações¹⁰⁸ entre as diferentes localidades, o que cedo contribuiu para o povoamento de vales, achadas, lombos, lombadas e fajãs. A par, a abundância de água e a fertilidade dos solos, contribuíram para atrair povoadores do reino e estrangeiros que, cultivando as terras, tornaram a ilha mais próspera¹⁰⁹.



Ilustração 65 – Vista panorâmica sobre o vale da Ribeira da Metade, na costa norte. À esquerda a cordilheira central da ilha, destacando-se o Pico Ruivo e o Pico do Areeiro. À direita a freguesia do Faial. (Ilustração nossa, 2016).

“As formações vulcânicas da Ilha da Madeira têm sido ao longo dos tempos muito destruídas pela ação das chuvas e das águas correntes, tendo-se constituído uma paisagem onde os picos, de rochas duras, alternam com vales muito encaixados” (Quintal e Vieira, 1985, p. 12).

O povoamento da Ilha da Madeira e a expansão da fixação pelo território, ao longo dos séculos, evidencia a distribuição desigual pela superfície da ilha e a ocupação preferencial pelo litoral, sobretudo na costa sul.

¹⁰⁸ Contudo as comunicações eram feitas preferencialmente por mar, sendo que, caso fossem deslocações marítimas para a costa norte da Ilha, as limitações, sobretudo no inverno, eram enormes (Veríssimo, 2000, p. 21).

¹⁰⁹ Porto Santo, no entanto, devido às suas características morfológicas e climáticas, apresentou sempre um desenvolvimento mais lento e difícil.



Ilustração 66 – Ocupação do território, sobretudo a sul, e divisões administrativas da Ilha da Madeira. *Estudo Geográfico*, de Orlando Ribeiro (Mestre, 2002, p. 46).

Fundadas de raiz, a cidade do Funchal e a pequena Vila Baleira, são a experiência real daquilo que viria a ser a grande aventura urbana dos portugueses no mundo. Durante séculos, o Funchal tornou-se local de passagem obrigatório. Logo no séc. XV, a Ilha da Madeira conseguiu uma posição de destaque no contexto europeu, atraindo e fixando famílias de negociantes e mestres de ofícios das principais praças do continente. No séc. XVIII chegam os ingleses para a comercialização do vinho da Madeira, acabando por ficar nas suas magníficas quintas, até aos nossos dias (Mestre, 2002, pp. 44-45).



Ilustração 67 – Quinta do Jardim da Serra, na primeira quinzena do séc. XIX. Litografia de Lieut. Hornbrook (desenhador), T.M. Baynes (litógrafo). Casa-Museu Frederico de Freitas. (Matos, 2013, p. 79).

A localização privilegiada do Funchal, junto de três ribeiras, e com uma ampla e abrigada baía, tendo ascendido a cidade em 1508, assumiu-se, desde então, como principal centro da vida económica, política e social do arquipélago (Veríssimo, 2000, p. 20).

Importa ainda, no entanto, realçar, recorrendo a Paulo Rodrigues (1999, p. 50), “que a funcionalidade estratégica da Madeira era uma consequência da sua posição Atlântica”. A este respeito, destaca ainda este autor, esclarecendo a necessidade de passagem pela Ilha, que:

[...] se os ventos obrigavam as embarcações que rumavam da Europa para o hemisfério sul a passar na zona marítima próxima da Madeira (e Canárias), a cidade era também o último porto seguro de abastecimento, antes de Cabo Verde ou até mesmo, muitas vezes, do continente americano. (Rodrigues, 1999, p. 50)

Na mesma linha, diz-nos Orlando Ribeiro (1985, p. 53) que, “a posição da Madeira, nas grandes rotas do comércio marítimo explica o tráfego, sempre considerável, do porto do Funchal e a criação, a partir do séc. XVII, de vários consulados na cidade”.

A Madeira e o Porto Santo foram, como já referido no capítulo anterior, durante séculos, alvo de ataques de piratas e corsários. As populações do litoral da Madeira, a Ilha do Porto Santo e as embarcações que demandavam os portos do arquipélago madeirense, eram frequentemente atacadas. Os exemplos são muitos e citando Veríssimo (2000, p. 295), “nestas ilhas atlânticas o perigo irrompia do mar, constituindo a fronteira marítima, preocupação dominante”.

A defesa da Ilha, de modo particular a da cidade do Funchal, foi assim, de forma não contínua, mas recorrente, preocupação da coroa, dos capitães donatários, dos governadores e dos habitantes da cidade.

3.2. AS FORTALEZAS NO SISTEMA DEFENSIVO DA CIDADE DO FUNCHAL: DO SÉC. XVI AO SÉC. XIX

A ideia da construção de um baluarte junto da Igreja de São Tiago foi contemporânea da construção da mesma igreja, por volta de 1523. Ao tempo, o Rei D. João III¹¹⁰ pedira que lhe fossem enviados orçamentos para os baluartes a construir em Santa Catarina e no Corpo Santo¹¹¹. Não possuindo a Câmara do Funchal as verbas necessárias à construção das obras, ordenou o rei que se avaliasse o seu custo e que fosse definido o local que melhor “defendesse a cidade”.

Mais tarde, após o ataque do navio biscainho em 1528, o pedido foi de novo enviado a Lisboa, incidindo então a escolha, sobre as casas do capitão do Funchal, erguidas junto às fontes de João Dinis. A solução então encontrada, assentou numa perspetiva ainda medieval de defesa, como tal, desajustada das reais necessidades da cidade à época, e que o tempo, infelizmente, aquando do ataque dos corsários franceses em outubro de 1566, se encarregou de demonstrar.

O saque ao Funchal perpetrado pelos franceses comandados por Montluc, obrigou, finalmente, a pensar a defesa da cidade com profundidade e premência. O ataque dos corsários, embora há muito esperado, foi o detonador da consciencialização do governo e em parte da população da ilha, para a necessidade de fortificação e defesa¹¹². A resposta surge pelo Regimento de D. Sebastião, regimento que, de acordo com Carita (1984, p. 11) “é o primeiro regimento a ser efetivado na Ilha da Madeira no campo da defesa”.

Acresce ainda este aspecto, o facto de ser o regimento em causa uma autêntica peça de carácter jurídico-militar, condicionante a partir desta data de todo o desenvolvimento da cidade, cuja marca [...] ainda é visível não só nas fortificações que conseguiram sobreviver, como na organização geral da cidade, nos arruamentos e na toponímica. (Carita, 1984, p. 11)

A Fortaleza de São Tiago é já o prolongamento do Regimento de 1572, realizada na dinastia dos Filipes e enquadrada no alargamento da cidade para leste e na necessidade de defender a larga praia frente ao bairro de Santa Maria. A Fortaleza,

¹¹⁰ O regimento de D. João III de 1549, apesar de imperfeito e incompleto, pode ser considerado como a base das futuras Ordenações do Reino, que vieram a surgir no reinado de D. Sebastião.

¹¹¹ Corpo Santo, antes designado Cabo do Calhau (Carita, 2017f).

¹¹² Várias tentativas anteriores, como a de D. Manuel, ainda Duque de Beja, em 1493, contrariada por D. João II no ano seguinte; retomada com novo planeamento em 1513 e as de D. João III em 1523 e anos seguintes, ficaram-se pelas boas intenções. (Carita, 1984, p. 11)

edificada nos arrifes por debaixo da igreja do Patrono da cidade, São Tiago Menor, vem igualmente a receber esta evocação.



Ilustração 68 – Fotografia aérea da Fortaleza de São Tiago. (Ilustração nossa, 2017).

A Fortaleza de São João Baptista do Pico, deve a sua designação à proximidade da Ribeira de São João e ao facto de ter sido edificada no Pico, designado dos Frias¹¹³, ou das Freiras¹¹⁴. Formada sobre o alto da cidade a 111 metros de altitude, a Fortaleza domina toda a cidade e por essa parte, é inacessível (Carita, 1982, p. 91).

¹¹³ O primeiro proprietário dos terrenos do Pico, foi o italiano Romeu Frias, um dos mais antigos povoadores da Ilha que ali morou e tivera terras de sesmaria (Silva e Meneses, 1998b, p. 57).

¹¹⁴ O convento de Santa Clara foi o primeiro mosteiro feminino na Ilha da Madeira, acompanhando a história da Ilha desde os seus primórdios (Lúcio, 1995, p. 726).



Ilustração 69 – Fotografia aérea da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).

Em 1582, ao avaliarem o estado da fortificação da Madeira, o conde de Lançarote e o capitão Aranda, consideraram, de acordo com Veríssimo (2000, p. 316), “de extrema necessidade a construção de uma fortaleza no Pico dos Frias, e da sua opinião [...] foi dado conhecimento a Filipe I no início de setembro desse ano”. A construção da fortaleza, ter-se-á iniciado ainda com Mateus Fernandes, no final da sua estadia na Madeira, e terá ficado mais ou menos concluída pelos inícios do séc. XVII, quando em 1611 é nomeado o Tenente João Peres, como seu comandante.

A Fortaleza de São João Baptista funcionava como fecho da cortina da muralha sobre a Ribeira de São João, ao tempo designada como Ribeira Grande, tal como determinava o Regimento de 1572 (Carita, 2016b).

As Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista, inserem-se na segunda fase de fortificação da Ilha¹¹⁵, fase que nasce com o Regimento de São Sebastião e a necessidade de defesa contra a guerra de corso.

As obras gerais da fortificação e a construção das fortalezas do Pico e de S. Tiago foram assim dotadas de valiosos meios pecuniários¹¹⁶, a partir de 5 de maio de 1618, por acordo entre a Câmara e a provedoria da fazenda, face às informações da passagem pelo Estreito de Gibraltar de mais uma esquadra de piratas de Argel e dado que, no ano anterior, tinha sido totalmente saqueada a ilha do Porto Santo e quase toda a população levada com aquela cidade. (Carita, 2017f)

O governador D. Jorge da Câmara (c.1570-c.1630) de acordo com Carita (1993b, p. 285), “ficou à frente dos destinos da Ilha durante quatro anos¹¹⁷, durante os quais tentou fazer frente aos problemas da defesa”. As construções das Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista¹¹⁸ fecham a muralha da cidade a nascente (São Tiago) e a poente (São João Baptista) e com elas, segundo (Carita, 1993b, p. 445), “ficou completo o regime de fortificação de D. Sebastião, na sua versão ampliada, incorporando o bairro de Santa Maria do Calhau”.

¹¹⁵ A fortificação da Ilha pode ser entendida em três fases: a primeira fase que vai até ao Regimento de D. Sebastião, a segunda fase, deste regimento até ao fim da União Ibérica e a terceira fase que, grosso modo, corresponde à Restauração (Carita, 1984, p. 117).

¹¹⁶ A Câmara do Funchal lançou uma finta de quinze mil cruzados em maio de 1618 como contribuição para o pagamento das fortificações (Carita, 2017f).

¹¹⁷ A tomada de posse do Governador ocorreu a 18 de dezembro de 1614. Fidalgo, descendente de João Gonçalves Zarco, filho natural de Rui Gonçalves da Câmara (Carita, 1993b, p. 284).

¹¹⁸ Ver representação do corte da cidade entre as Fortaleza de São Tiago e de São João Baptista no Apêndice E.

3.3. PROCESSO EVOLUTIVO DAS FORTIFICAÇÕES

3.3.1. A FORTALEZA DE SÃO TIAGO

O projeto da Fortaleza de São Tiago poderá ter sido da autoria de Mateus Fernandes (Carita, 2017f), projeto posteriormente reformulado por Jerónimo Jorge¹¹⁹, vindo de Lisboa em 1595, após nomeação régia em fevereiro desse mesmo ano. O novo mestre das obras reais passaria na Madeira quinze anos, embora de forma não contínua¹²⁰ (Carita, 2017f). Na nomeação régia de 1611¹²¹, Jerónimo Jorge, vem como cavaleiro fidalgo da Casa Real, estando referido no documento, que fora assistente das obras do Forte de São Lourenço da Cabeça Seca. Jerónimo Jorge trouxe consigo, nessa data, os seus filhos Bartolomeu João e João Falcato¹²², que passam também a trabalhar nas obras de fortificação.

Desde os meados do séc. XVI que o principal interesse dos Ingleses eram os Açores, ponto de escala obrigatória das naus das Índias castelhanas e portuguesas. Para ali foram enviadas grandes armadas corsárias de Inglaterra que, na busca das suas presas, não poucas vezes, acabaram por avançar para as Antilhas e para o Brasil. Estas e outras ações levaram a que se incentivassem as obras de defesa e fortificação do Funchal, então com dificuldades de verbas, sempre desviadas para outras necessidades, principalmente o arranjo das ribeiras¹²³. (Carita, 2016c)

De acordo com Carita (2017f), “a pressão destes anos foi para os muros ao longo do Cabo do Calhau depois chamado Corpo Santo, pelo que em breve se fechava a muralha, por esse lado com nova fortaleza”. Em meados de 1612 a Fortaleza de São Tiago já estaria em obras, intensificadas depois, nos inícios de 1617, aquando da renovação de notícias relativas à presença de corsários argelinos. O novo governador, D. Jorge da Câmara, perante o perigo, conseguira pressionar a situação, pelo que na data antes indicada, encontravam-se em obras, para além da Fortaleza de São Tiago,

¹¹⁹ Jerónimo Jorge veio para a Madeira a fim de substituir Mateus Fernandes, sendo a sua nomeação por três anos. Era então morador em Lisboa, e trabalhara na capital com vários dos mais importantes engenheiros e fortificadores da época (Carita, 2016c).

¹²⁰ Trabalhou, entretanto, em Lisboa, nas obras do futuro forte do Bugio, então Forte de São Lourenço da Cabeça Seca.

¹²¹ “Em 1611 sabemos já estarem em construção os muros da defesa do Corpo Santo e do Calhau, pelo livro de férias dos operários, assim como sabemos ser grande o movimento das obras de fortificação então no Funchal. Já anteriormente havia referência à construção de um muro de proteção, ao longo do Calhau, embora pareça ser só em madeira.” (Madeira, 1979, p. 5)

¹²² Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte. No entanto, João Falcato, irmão de Bartolomeu João, sendo provavelmente mais novo que este, terá nascido depois de 1590.

¹²³ A construção ou reparação dos muros das ribeiras que, no outono e no inverno, constituíam um perigo ameaçador de vidas e bens obrigaram a que, muitas vezes, fosse essa a prioridade, em detrimento das ameaças de piratas e corsários (Veríssimo, 2000, p. 315).

as Fortalezas de São Lourenço e de São João Baptista (Carita, 2016c). Com o falecimento de Jerónimo Jorge, no natal de 1618, as obras passaram para a responsabilidade do seu jovem filho, Bartolomeu João, com provimento, logo no ano seguinte. Foi ainda decidido, acabar a muralha em frente ao cabo do calhau, até à Fortaleza de São Tiago. As obras da Fortaleza de São Tiago já estariam, no entanto, bastante adiantadas em 1614, data que se inscreveu na primitiva porta de entrada (Carita, 2017f).

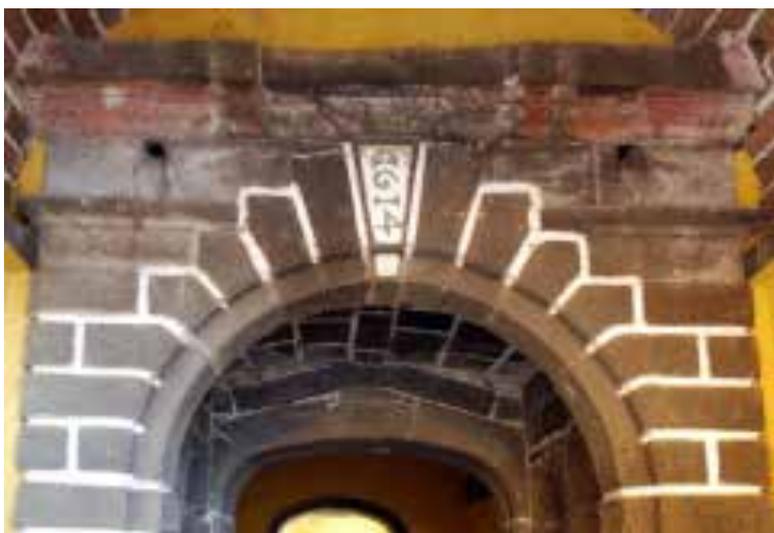


Ilustração 70 – Porta primitiva de entrada da Fortaleza de São Tiago com a inscrição da data de 1614. (Ilustração nossa, 2018).

Os corsários de Argel, tinham invadido a Ilha do Porto Santo¹²⁴ em 1615 e, no ano seguinte atacado a Ilha de Santa Maria nos Açores, sendo que, nos primeiros dias de Agosto de 1617, voltaram a atacar a Ilha do Porto Santo. Se no ataque de 1615, uma expedição comandada por Manuel Dias de Andrade¹²⁵ (c.1585-1638) teve sucesso na expulsão dos invasores, nos dois ataques seguintes, a razia foi enorme, sobretudo no Porto Santo, onde quase nada escapou ao terrível saque.

Os saques perpetrados por corsários ingleses e argelinos, na Ilha do Porto Santo, constituíram assim fortes motivos para acelerar as obras de fortificação na Madeira. O

¹²⁴ Antes, em 1595, piratas ingleses tinham invadido e saqueado o Porto Santo.

¹²⁵ Filho de Francisco de Andrade e D. Constança de Atougüia, segundo e terceiro neto de Fernão Dias de Andrade, fidalgo da Galiza, vindo para a Madeira e a quem foram concedidas terras de sesmaria no Arco da Calheta, no séc. XV. Distinguiu-se notavelmente como militar na Baía e em outros combates, dando igualmente provas do seu valor. Era comendador da Ordem de Cristo. Morreu em Cabo Verde, quando ia numa armada que se destinava à restauração de Pernambuco (Silva e Meneses, 1998a, pp. 69-70).

muro do Corpo Santo¹²⁶ e a Fortaleza de São Tiago, são expressão efetiva dessa preocupação.

O desenho inicial da Fortaleza de São Tiago, feito por Bartolomeu João¹²⁷, em meados do séc. XVII, evidencia uma pequena fortaleza, com três níveis de esplanadas, todas com artilharia, sendo o nível médio constituído por duas pequenas esplanadas uma sobre a primitiva entrada e outra dando para o mar (Madeira, 1979, p. 5). Ainda nesta planta é visível a cortina de muralhas da cidade que terminava na fortaleza, existindo uma porta com escadaria de acesso ao mar.

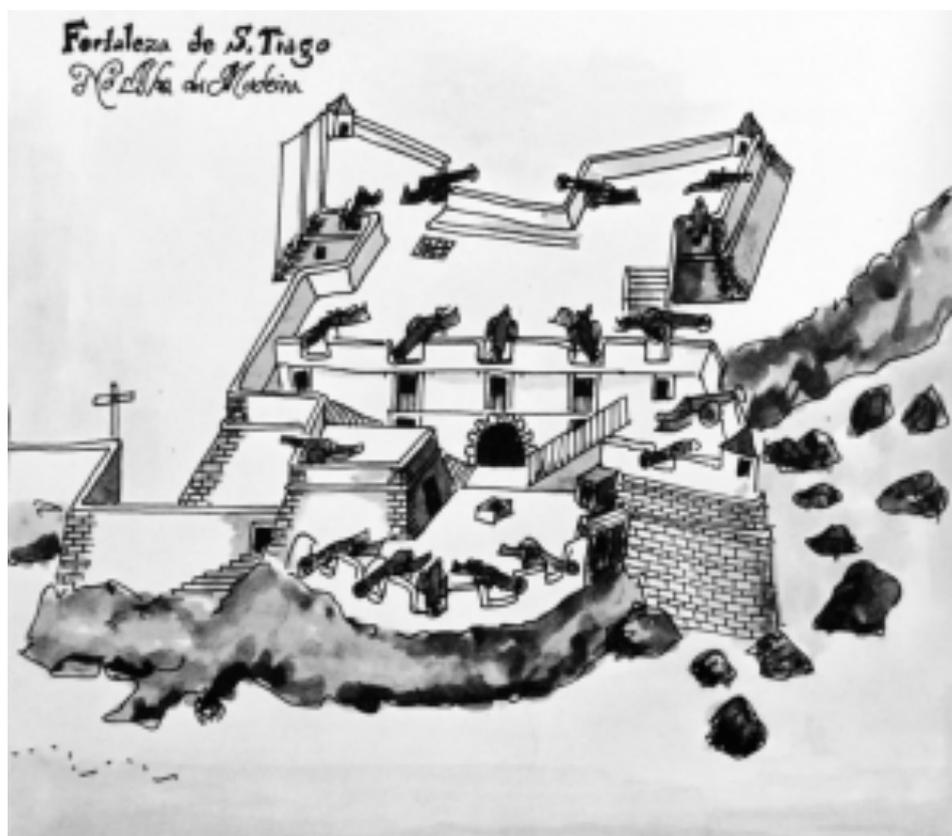


Ilustração 71 – Desenho da Fortaleza de São Tiago de Bartolomeu João, 1654. ([Adaptado a partir de:] Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).

Nos muros do Corpo Santo, isto é, na cortina da muralha que veio a confinar com a Fortaleza de São Tiago, trabalharam, entre muitos outros pedreiros e mestres de

¹²⁶ Corresponde ao troço da muralha este (E) da cidade, junto à Capela do Corpo Santo. A muralha construída ao longo do calhau da praia da cidade, confinava, antes da construção da Fortaleza de São Tiago, com os arrifes por baixo da antiga Igreja de São Tiago, no então “cabo do calhau”.

¹²⁷ “Não possuímos hoje nenhuma descrição da primitiva fortaleza, obra de Jerónimo Jorge ou dos seus colaboradores [...], mas seu filho Bartolomeu João, deixa-nos um desenho dela bastante elucidativo.” (Madeira, 1979, p. 5); Para mais detalhe ver o desenho no Anexo B.

alicerces, os filhos do mestre-de-obras reais, Bartolomeu João e João Falcato, conforme expresso no livro de férias dos trabalhadores da fortificação (Carita, 2017f). As obras, envolviam ainda, outras necessidades, pelo que, há a registar as corsadas de pedra e areia transportadas para a obra, pelos boieiros e almocreves¹²⁸. Há igualmente registos do transporte de cal e de pagamentos relativos a trabalhos de ferraria.

Aquando da construção do muro junto da igreja da Conceição do Calhau, era apontador Pero de Castro de Andrade¹²⁹, estando à frente das obras, o aparelhador Brás Fernandes¹³⁰, mestre referido em várias obras da época. À data, de relevar ainda os trabalhos relativos ao transporte de pedra, então enviada, por barco, da Calheta, servindo de intermediário Simão Rodrigues¹³¹.

Em relação à cal, desde o início do povoamento, que era um problema, havendo necessidade de utilizar de forma recorrente, a matéria-prima mais próxima, do Ilhéu da Cal do Porto Santo e quando não colmatadas as necessidades por esta via, recorria-se ao continente do reino, nomeadamente, por recurso às bacias do Tejo e do Mondego e à vila de Portimão.



Ilustração 72 – Transporte de pedra e de cal no arquipélago da Madeira. (Ilustração nossa, 2018).

¹²⁸ Pessoas que tinham por ofício conduzir bestas de carga e transportar mercadorias, recados e pessoas, estabelecendo com regularidade as relações entre as povoações (Franco, 2002, p. 211).

¹²⁹ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹³⁰ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹³¹ Este Simão Rodrigues, poderá ser o que é referido por Carita (1993b, p. 252), “[n]esta época se incentivou novamente o patrulhamento dos mares da Madeira, principalmente entre as Pontas do Pargo e de São Lourenço, com uma fragata em serviço permanente [...] cujo comando foi entregue a Simão Rodrigues, então designado por mareante e ao serviço dos facheiros [...]”. Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

Nos pagamentos de 1618¹³², diz-nos Carita (2017f), “compareceram o vereador Gonçalo de Freitas Bettencourt¹³³ e o capitão António de Sá Polanco¹³⁴ que, embora também vereador, aparece na qualidade de “apontador das obras que na dita fortaleza se fazem”. As obras então em curso, eram pagas pelas receitas do açúcar da coroa e escrituradas pelo escrivão camarário Manuel do Basto¹³⁵, verbas que seriam posteriormente repostas pela finta, lançada em maio desse ano, pela Câmara do Funchal, visando o pagamento das fortificações.

Ao longo de 1620, a cortina da muralha, na zona de Santa Maria Maior, continuava em obras, tendo sido feitas igualmente obras nesse ano, na “Fortaleza Nova de São Tiago”¹³⁶, “morando” então na fortaleza o capitão Paulo Pereira da Silva¹³⁷, que mais tarde seria eleito sargento-mor da Ilha, tomando posse em São Lourenço, perante o Governador e os onze capitães de ordenanças (Carita, 2017f). Em meados de 1623, a primeira fase da Fortaleza estaria concluída. Dois anos depois, surge a adaptação de umas casas anexas à Fortaleza, para arrecadações. A carta do vice-rei¹³⁸, recebida nos inícios de junho, avisando da possibilidade de uma armada holandesa atacar a Madeira, desencadeou a necessidade de tomar providências. Foi, em consequência desta possibilidade de ataque, mais uma vez, reorganizada a defesa da cidade e fez-se, acautelando o futuro incerto, aprovisionamento de alimentos, farinha e biscoitos, nas fortalezas. Para a Fortaleza de São Tiago, em concreto, foi determinado que se metessem “na mais junta casa que nela houver”, pagando-se a adaptação e o aluguer (Carita, 2017f).

Em 1641 e 1642, são feitas novas obras em São Tiago, surgindo então, a construção de uma guarita e a casa ou casernas dos artilheiros, não devendo estas últimas, estar previstas no projeto de Jerónimo Jorge. As obras da Fortaleza de São Tiago, em 1641, decorreram ao longo do mês de novembro, trabalhando nelas “o mestre pedreiro Brás Fernandes, acompanhado do filho António, seu moço e de Lourenço seu preto” (Carita, 2017f). Na mesma obra de fortificação trabalharam ainda vários carpinteiros, conforme

¹³² “[...] em 1618 é atribuído por alvará de Filipe II valiosos meios pecuniários para acabarem as obras de São Tiago, as quais serão concluídas em 1637.” (Madeira, 1979, p. 5)

¹³³ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹³⁴ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹³⁵ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹³⁶ Fortaleza nova, no sentido em que era uma Fortaleza ainda em construção.

¹³⁷ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹³⁸ Durante a União Ibérica, de acordo com o estabelecido nas cortes de Tomar de 1581, a regência do reino de Portugal seria confiada pelo rei, a um português, com o título de vice-rei.

referido nos pagamentos das obras, surgindo também o pagamento relativo a quinhentas telhas, para as obras da Fortaleza de São Tiago (Carita, 2017f).

De acordo com a representação de Bartolomeu João, e completando a descrição, a fortaleza era “em estrela e escortinava os muros” da cidade, tendo custado “muito à fazenda real e era de muito efeito, porque escortina o porto, por o tomar atravessado, por fazer o porto enseada” defendendo-se dali também, a Ribeira de Gonçalo Aires¹³⁹ (Carita, 2017f). A Fortaleza, afirma Carita (2017f), “era remate dos muros do cabo do calhau, a qual tem duas praças, uma superior à outra, em cima da abóboda, com uma cisterna capaz de mil pipas, cavada na rocha viva”.

A fortaleza dos meados do séc. XVII possuía assim planta com dois baluartes pentagonais virados a norte, correspondentes à bateria alta, e dois baluartes com as baterias médias gémeas sobre o mar, comunicando com a bateria baixa, então semicircular por dois lanços de escadas, que nasciam frente à antiga capela e à cisterna. A cisterna situava-se no centro da esplanada baixa, numa situação estranha, pois tudo leva a crer não ser de grande serviço, dada a sua proximidade do nível da água do mar. A esplanada alta comunicava com a esplanada média por escadaria coberta a nascente. O desenho de Bartolomeu João identifica também, sobre a muralha da esplanada baixa, pequenas construções de madeira salientes, dando para o calhau da praia, que parecem ser as latrinas da guarnição. (Carita, 2017f)

Analisando a planta, conclui-se ainda que a entrada da Fortaleza se fazia sob a esplanada média poente, sendo aquela dotada de grade vertical e ponte levadiça. A grade vertical deveria à época, ficar à vista, embora tal não esteja representado no desenho de Bartolomeu João, tendo este deixado como marca, dois orifícios¹⁴⁰, por onde corriam as correntes que a articulavam com a ponte levadiça. No interior, este conjunto possuía lateralmente dois nichos, onde se resguardavam os militares de guarda à entrada, quando entravam carretas com bocas-de-fogo e outros transportes.

¹³⁹ Esta ribeira, mais tarde, passou a designar-se Ribeira do Lazareto.

¹⁴⁰ Não identificáveis no desenho, mas identificáveis na ilustração 75.



Ilustração 73 – Desenho de Bartolomeu João, 1654, da Fortaleza de São Tiago, com legenda. ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).



Ilustração 74 – Planta aproximada da Fortaleza de São Tiago, do Centro de Apoio das Ciências Históricas, com legenda, conforme a ilustração anterior. ([Adaptado a partir de:] (Carita, 1984, s.p.).



Ilustração 75 – Orifícios por onde corriam as correntes da ponte levadiça. (Ilustração nossa, 2018).

Após meados do séc. XVII, a informação sobre a Fortaleza de São Tiago torna-se escassa, salvo as mudanças de pessoal que foi havendo, principalmente dos artilheiros. Em agosto de 1671, foi nomeado Gabriel de Sousa¹⁴¹ como condestável de São Tiago, a que se seguiu Salvador Lopes¹⁴² que ali serviu como artilheiro, e se ocupou, ao longo da segunda metade desse século, como carpinteiro, dos reparos das várias peças de artilharia (Madeira, 1979, p. 5). Em 1697, foi nomeado o capitão Manuel Telo de Meneses¹⁴³, com a obrigação de prover à manutenção da fortaleza e de garantir um serviço de vigias.

No início do séc. XVIII, em 1724, tinha a Fortaleza de São Tiago, “uma carga de artilharia composta por 16 peças montadas, sendo 4 de bronze e 12 de ferro, devendo então ter um efetivo de cerca de 20 homens” (Carita et. al., 1992, p.10). Nessa data, era condestável António Lopes de Castro (?-1736) que, após o seu falecimento, foi substituído por Francisco de Freitas¹⁴⁴. Nos meados do mesmo século, em 1754, segundo o “Mapa do Presídio Militar pago da ilha da Madeira”, a fortaleza mantinha o mesmo número de bocas-de-fogo¹⁴⁵ (Carita, 2017f).

¹⁴¹ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁴² Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁴³ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁴⁴ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁴⁵ A artilharia era então constituída por duas colubrinas de bronze de calibre catorze, três canhões bastardos de ferro de calibre trinta, nove quartos de canhão de ferro de diferentes calibres e um “barraco” (provavelmente um canhão pedreiro) de bronze de calibre sete (Carita, 2017f).

A necessidade de reforçar a defesa do cabo do calhau era, no entanto, sentida desde o início do séc. XVIII. Assim, entre 1704 e 1712, foi construído um Forte no meio da cortina da muralha junto a Santa Maria Maior, o então denominado Forte Novo de São Pedro, em homenagem ao Rei D. Pedro II (1683-1706), como exarado na lápide que existia sobre a porta de entrada.

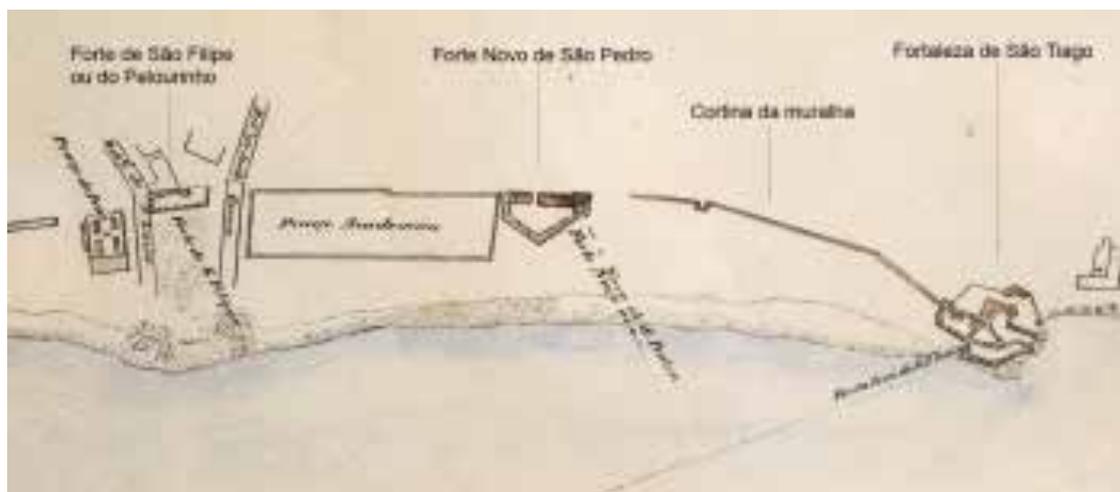


Ilustração 76 – Forte Novo de São Pedro na planta de António Pedro d'Azevedo, 1855. ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

Na segunda metade do séc. XVIII, procedia-se igualmente, à ampliação da Fortaleza de São Tiago. As obras, segundo Carita (2017f), “devem ter tido projeto do engenheiro Francisco Tossi Columbina, que veio para o Funchal em 1756, como encarregado das obras do molhe do porto e que teria levantado, então, o forte de São José da Pontinha”. O governador de então, no final das obras de ampliação, mandou lavrar na lápide colocada sobre a nova porta que, “esta fortaleza foi novamente acrescentada sendo governador e capitão general desta Ilha José Correia de Sá¹⁴⁶ e para a mesma fortaleza mandou vir de Londres cinquenta peças de artilharia com todos os seus reparos no ano de 1767” (Carita, 2017f).

¹⁴⁶ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.



Ilustração 77 – Nova porta da Fortaleza. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 78 – Lápide colocada sobre a nova porta da Fortaleza de São Tiago. (Ilustração nossa, 2017).

As obras deram forma à fortaleza hoje existente, com mais um baluarte, avançado para a cidade e a proteger o grande portão então feito (Carita et. al., 1992, p. 13).

A bateria alta foi largamente ampliada, tal como a bateria média que uniu as duas anteriormente existentes, fazendo desaparecer o anterior lanço de escadas para a antiga bateria média nascente. Para poente foi construída uma ampla bateria baixa, reforçando-se a antiga porta datada de 1614, que se manteve. A nova esplanada média apoiou-se na parede de uma passagem, que passou a unir a bateria média a um novo baluarte quadrangular avançado para poente, que cruzava fogos com o forte novo de S. Pedro e cobria a nova porta da fortaleza virada a norte, encimada por um nicho que teria tido uma imagem do padroeiro, óculo para o lado do mar, a lápide já mencionada e um brasão de armas, desmontado depois em 1910. A pequena esplanada voltada para o mar prolongou-se ao longo da fachada, ocupando toda rente até ao limite nascente da fortaleza. Desta campanha de obras, é também o conjunto de guaritas cilíndricas assentes em consolas troncocónicas. (Carita, 2017f)



Ilustração 79 – Guarita cilíndrica, virada a norte. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 80 – Guarita cilíndrica, virada a sul. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 81 – Guarita cilíndrica, virada a norte. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 82 – Guarita cilíndrica, virada a oeste. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 83 – Óculo virado ao mar. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 84 – Cisterna (Ilustração nossa, 2018).

Nos finais do séc. XVIII, encontrava-se em franca degradação toda a fortificação da ilha, como consequência de um certo desleixo geral. A situação era de tal forma que, em

carta de outubro de 1781, o governador João Gonçalves da Câmara Coutinho¹⁴⁷ se queixava para Lisboa de que os habitantes não queriam saber da fortificação nem da defesa da ilha, alegando que, caso surgissem dificuldades, “os senhores ingleses a defenderiam” (Carita et. al., 1992, p. 13). Vinte anos depois, o conflito a nível europeu, entre os ingleses e as forças de Napoleão Bonaparte deu-lhe, de certa forma, razão. Em julho de 1801¹⁴⁸, uma esquadra inglesa desembarcou na Madeira um efetivo de mil e cinquenta soldados britânicos comandados pelo Coronel William Henry Clinton (1769-1846). Importará realçar, citando Rodrigues (1998, p. 147), que “tendo em conta o número de homens que o exército britânico tinha disponíveis na época, o tipo de expedição em causa e a missão que deviam cumprir, o número e a qualidade dos soldados desembarcados é significativo”. As tropas ficaram aquarteladas nas fortificações da cidade, entre as quais a de São Tiago, à data sob o comando de João Manuel de Atouguia e Vasconcelos¹⁴⁹.

Durante esta primeira ocupação inglesa, de julho de 1801 a janeiro de 1802, a Fortaleza de São Tiago recebeu obras de beneficiação, como comprovam os vários ofícios e ordens emitidos pelo comando britânico, a quem não agradava a organização geral da fortaleza e, até mesmo, a própria construção (Carita, 2016). A 25 de julho de acordo com Carita et. al. (1992, p. 13), a Fortaleza de São Tiago recebia as munições de guerra e o parque de artilharia inglesa com a competente guarnição, mantendo a anterior que incluía um subalterno, um sargento, um cabo, um tambor e quinze soldados. Na ordem desse dia, recomendava-se a melhor harmonia entre as tropas, nacional e britânica, conservando-se, no entanto, o comando na tropa nacional. Dois dias depois, saíam os depósitos de correame, para maior comodidade da guarnição auxiliar, e em agosto saíam os soldados de artilharia auxiliar, “para maior comodidade da guarda britânica” (Carita et. al., 1992, p. 13).

A localização estratégica da Fortaleza de São Tiago, a possibilidade de poder funcionar em sintonia com o Forte do Ilhéu foram, a par do elevado número de peças que

¹⁴⁷ Nomeado para governador e capitão general da Madeira a 19 de agosto de 1777, tendo tomado posse a 15 de setembro do mesmo ano (Silva e Meneses, 1998a, p. 329). Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁴⁸ “Os navios foram avistados do Funchal a 23 de julho de 1801 e, no dia seguinte, após se terem disposto “em linha de batalha, fundeando ao longo desta capital, em distância de tiro de espingarda, amarrando-se por todos os lados”, Clinton e Bowen desembarcaram e dirigiram-se ao Palácio de São Lourenço, residência do governador, a quem informaram de que dispunha de duas horas para aceitar, de forma incondicional, a presença da força britânica. O pouco tempo que concederam a D. José Manoel da Camara, foi justificado pelo risco de que a cidade “poderia ser muito imediatamente atacada pelo inimigo.” (Rodrigues, 1999, p. 147)

¹⁴⁹ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

albergava e que poderia albergar, determinantes para a sua escolha durante a ocupação e aquartelamento das tropas¹⁵⁰.

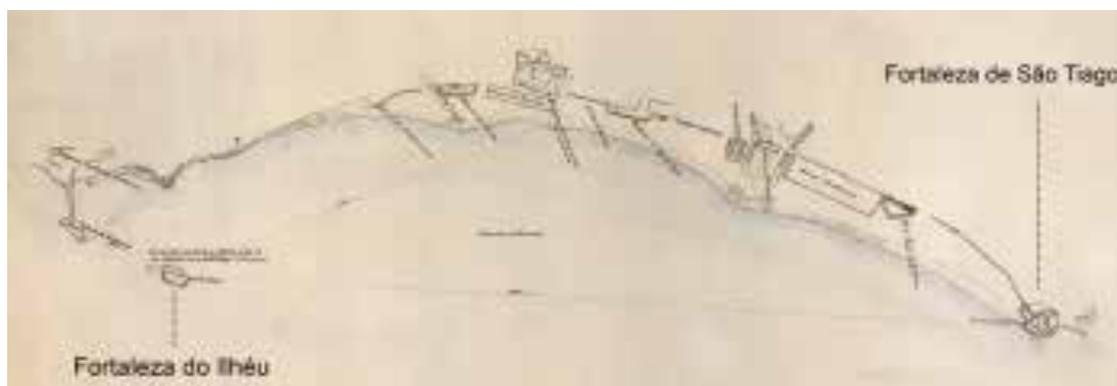


Ilustração 85 – Localização estratégica das Fortalezas do Ilhéu e de São Tiago. ([Adaptado a partir de:] (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

Se, por um lado, a ocupação britânica teve o aspeto positivo de ter levado a obras de beneficiação e manutenção as fortalezas do Funchal, em particular na Fortaleza de São Tiago¹⁵¹, por outro lado, com a sua saída, quer em janeiro de 1802, quer depois em 1814, após a segunda ocupação, as peças de artilharia e outro armamento e material que estavam em condições, seguiram para o continente, ficando a ilha em piores condições de segurança.

Quando da grande aluvião de 9 de outubro de 1803, que no bairro de Santa Maria Maior vitimou cerca de duzentas pessoas, o comandante de São Tiago, recebeu nas dependências da Fortaleza, as vítimas que tinham ficado sem habitação. Neste contexto, o governador mandou suspender, todas as obras de fortificação. Nesse mesmo ano, esteve ainda detido nas dependências da Fortaleza, o morgado João de Freitas da Silva¹⁵², evadido do Convento de São Bernardino, de Câmara de Lobos, “para onde tinha sido mandado até se instruir nos rudimentos da doutrina cristã”, conforme curioso documento publicado pelo *Heraldo da Madeira*¹⁵³, n.º 441 (Silva e Meneses,

¹⁵⁰ “Em São Tiago ficaram na companhia do 85º regimento, um destacamento de artilharia e os disputados apetrechos. Nesta fortaleza foram depois instaladas duas peças de bronze, ambas de calibre 12. Entretanto para compensar a falta de espaço que se fazia sentir, o Teatro Grande do Funchal, que estava próximo do Palácio de São Lourenço, passou a funcionar como armazém e arrecadação do armamento, apetrechos e víveres de força auxiliar.” (Rodrigues, 1998, p. 161)

¹⁵¹ Na Fortaleza de São Tiago, segundo Rodrigues (1999, p. 183), “foi restaurada a bateria inferior e construído um novo paiol, à prova de bomba”.

¹⁵² Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁵³ Jornal diário que se publicou de 14 de agosto de 1904 a 14 de agosto de 1915, tendo saído 3218 números. Teve como diretor o capitão J. Reis Gomes, sendo redator principal o P. Fernando A. Silva e retadores os tenentes Artur Sarmiento e Jaime de Campos Ramalho (Silva e Meneses, 1998b, p. 118).

1998a, p. 46). Serviu depois esta Fortaleza para outras prisões nos confrontos políticos ocorridos nos séculos XIX e XX. A Fortaleza de São Tiago foi objeto de especial atenção por parte da equipa do brigadeiro Reinaldo Oudinot, destacada para o Funchal na sequência da aluvião de 1803, tendo sido de imediato levantada e desenhada pelo então tenente Paulo Dias de Almeida (c.1778-1832), segundo este o melhor levantamento da mesma até essa época (Carita, 2017f). No entanto, de acordo com Rodrigues (1999, p. 246), “a primeira tarefa foi desentulhar a muralha em frente ao mar e aproveitar parte dos materiais ali existentes, para cobrir as portas da cidade [...]”.

Nas primeiras décadas do séc. XIX, mereceu a Fortaleza de São Tiago uma especial atenção, por via da sua localização, não sendo por acaso que na primeira planta inglesa da fortificação da baía do Funchal, na segunda ocupação (1807-1814)¹⁵⁴, se encontrem representadas as Fortalezas de São Tiago, São João Baptista e Ilhéu, com a bandeira inglesa hasteada (Carita, 2017f). Na Fortaleza de São Tiago, ocupada pela tropa britânica, o controlo dos armamentos era feito com facilidade. Do Reino Unido vieram várias peças de artilharia e armamento para a tropa, tendo sido instaladas na Fortaleza de São Tiago, quatro das trinta e duas peças requeridas¹⁵⁵ (Rodrigues, 1999, p. 309). No contexto geral, só na cidade as fortificações ofereciam alguma segurança, sendo a defesa sustentada por quatro alicerces essenciais, as Fortalezas do Ilhéu, São Tiago, São João Baptista e o Forte dos Louros.

Sucessivamente, foram depois ocorrendo obras, datando sensivelmente de 1820, alterações na parada exterior, com a construção da casa da guarda, projeto, em princípio, de Paulo Dias de Almeida, casa mais tarde reformulada e mudada de localização pelo capitão António Pedro de Azevedo (1812-1889). Este capitão, foi o autor da primeira fase do corpo central do edifício do comando, do novo portão de armas exterior, reformulado nos anos seguintes e da reforma do paiol instalado sob a parada superior, entre outras obras.

Segundo Carita (2017f), em 1823, foi equacionada a ampliação do molhe do cais do Funchal, sendo que uma das hipóteses passava pela Fortaleza de São Tiago. Por carta

¹⁵⁴ Desembarcaram no Funchal, com Beresford, dois regimentos de linha e duas companhias de artilharia, sendo o contingente total, formado por dois mil cento e nove efetivos, para além dos variados apetrechos que lhes pertenciam e cerca de vinte mil libras e provisões, calculadas para seis meses (Rodrigues, 1999, p. 304).

¹⁵⁵ As restantes peças de artilharia foram instaladas no Forte do Ilhéu (10), no Forte da Pontinha (2), na Bateria da Penha de França (2), na Bateria das Fontes (4), na Bateria de São Lázaro (1), no Forte de Pelourinho (2) e no Forte Novo (1), ficando as restantes a aguardar colocação (Rodrigues, 1999, p. 309).

datada 13 de setembro de 1824, o brigadeiro Francisco António Raposo¹⁵⁶ foi colocado na Madeira para, *in loco*, estudar o assunto (Carita, 2017f). As obras iniciaram-se no calhau frente à Fortaleza, mas acabaram por ser interrompidas pela força do mar, que tudo destruiu. Perderam-se então os valores ali já gastos, nos trabalhos de quebrar e talhar pedra. Em 1827, foi proposta para Lisboa¹⁵⁷ nova alteração do molhe do cais, com o aumento da bateria baixa, servindo de apoio às novas obras do possível cais, mas tudo não passou do papel. Por esta data, servia a Fortaleza de São Tiago de quartel e local de instrução de milícias do Funchal, por ali tendo passado nobres locais, como o morgado José Henrique de França (1802-1886), embora já nascido em Londres, segundo escreveu depois sua mulher Isabella de França (1795-1880) nas memórias de 1853-54.

¹⁵⁶ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁵⁷ Enviada às autoridades competentes do reino, sedeadas em Lisboa.

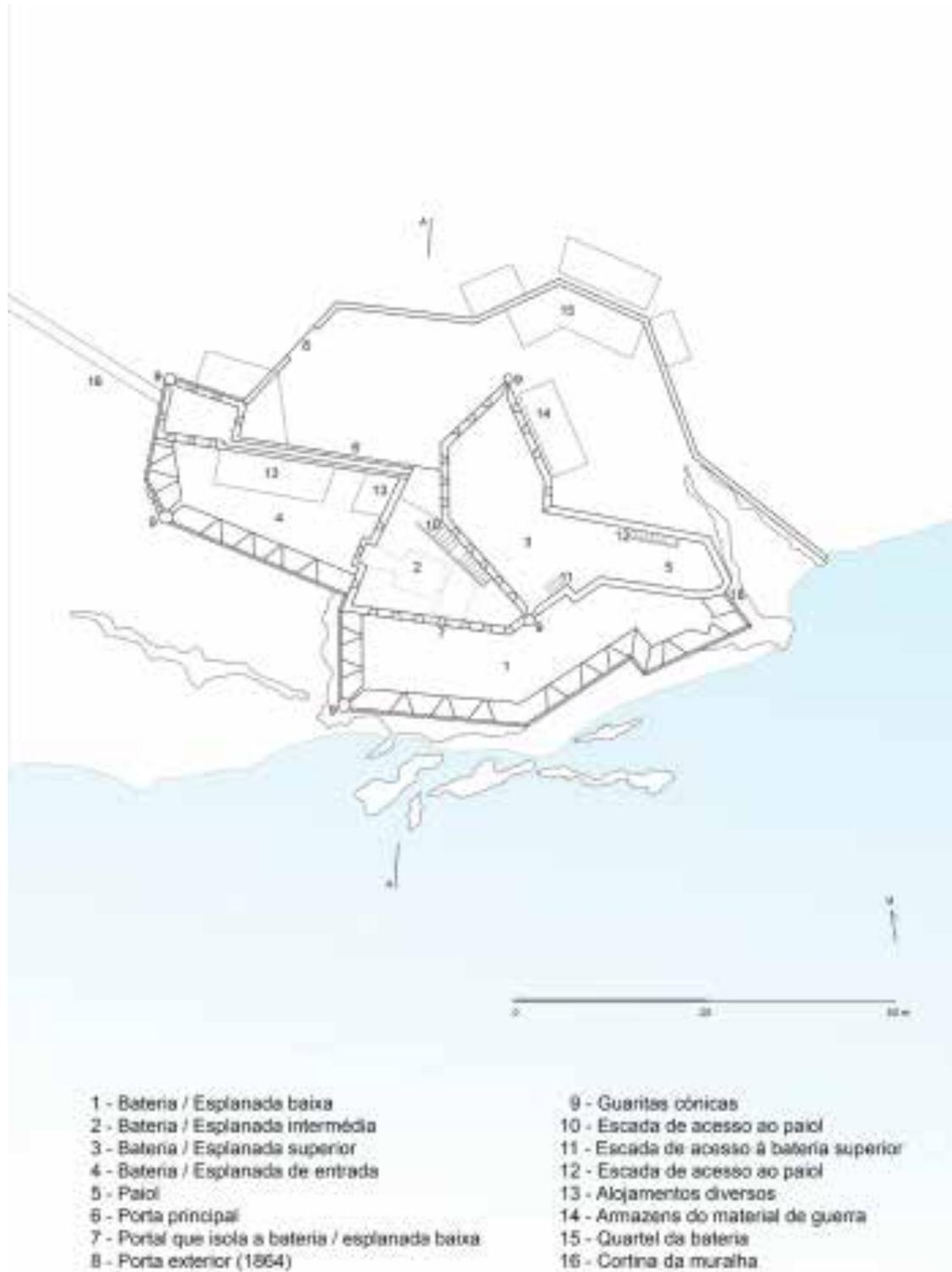


Ilustração 86 – Planta da Fortaleza de São Tiago desenhada e legendada, tendo por referência o desenho, do séc. XIX, de Paulo Dias de Almeida. (Ilustração nossa, 2018).

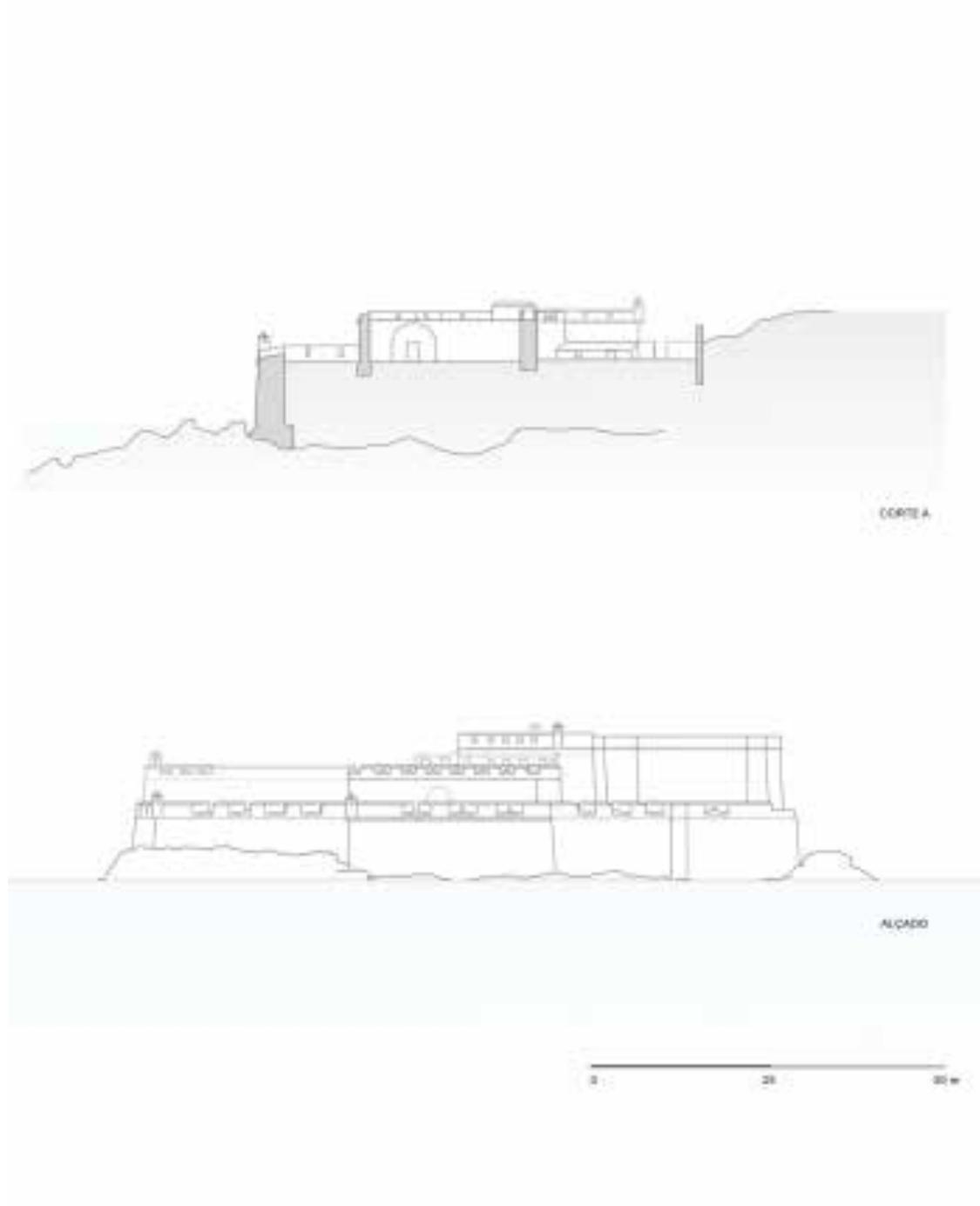


Ilustração 87 – Corte A e alçado da Fortaleza de São Tiago desenhados, tendo por referência o desenho, do séc. XIX, de Paulo Dias de Almeida. (Ilustração, 2018).

3.3.2. A FORTALEZA DE SÃO JOÃO BAPTISTA

A Fortaleza de São João Baptista funcionava como fecho da cortina da muralha sobre a Ribeira de São João, tal como determinava o regimento de fortificação de 1572 (Carita, 2016b). Este local, à data designado por Pico dos Frias, e o da Pena eram indicados no regimento de D. Sebastião como fechos da cortina muralhada para defesa terrestre (Silva e Meneses, 1998c, p. 78), porém, considera Alberto Sarmiento (1940, s.p.), que a construção da Fortaleza no Pico dos Frias¹⁵⁸ não servia apenas para defesa terrestre, uma vez que a sua posição estratégica e o alcance da artilharia de então, estava em condições de evitar a aproximação de corsários ou o desembarque de inimigos. Segundo Carita (2016b), o regimento de D. Sebastião de 1572, não era muito explícito em relação à construção da Fortaleza no Pico dos Frias, referindo apenas que, tal como se devia fazer uma estância na foz da ribeira de João Gomes, se deveria fazer outra a fechar a muralha poente, sendo esta, a conclusão final de todos os trabalhos. Foi, assim, dada prioridade à construção da Fortaleza do Largo do Pelourinho, depois à muralha da Ribeira de João Gomes, seguindo-se a Fortaleza Grande, agora Fortaleza de São Lourenço, e a muralha junto ao mar e, por fim, a muralha da Ribeira Grande, atualmente Ribeira de São João, pelo que a Fortaleza sobre o Pico dos Frias, a Fortaleza de São João Baptista, ficava para último.



Ilustração 88 – Desenho da cidade do Funchal cercada por uma muralha de Marc-Vicent Coronelli, séc. XVII. ([Adaptado a partir de:] (Pereira e Sousa, 2017, p. 99).

¹⁵⁸ A Fortaleza construída no Pico dos Frias, é a que mais tarde, será designada por Fortaleza de São João Baptista. Esta Fortaleza chegou ainda, em 1641, a designar-se, no tempo da União Ibérica, por São Filipe e posteriormente, no séc. XIX, num curto período de tempo, por São Miguel, na sequência da proclamação do governo absoluto de D. Miguel.

Desde o início do povoamento da ilha até à construção da Fortaleza a pedra e cal, os terrenos do Pico, tal como a nascente de água que ali existia, tiveram vários proprietários. O primeiro proprietário foi o italiano Romeu Frias¹⁵⁹, dos mais antigos povoadores da ilha, que ali morou e tivera terras de sesmaria (Silva e Meneses, 1998b, p.57). Mais tarde, no início do séc. XVI, com a instalação das freiras de Santa Clara no Funchal, e sendo a água imprescindível para o convento (c.1489), estas, sabendo da existência de uma nascente no Pico dos Frias, decidiram pela compra da nascente.

[...] que de Frias passou a ser designado por Pico das Freiras, conforme aparece na planta de Mateus Fernandes. Por contrato celebrado entre as freiras de Santa Clara e Gomes Annes e o bacharel Lopo Dias, com data de 3 janeiro de 1527, comprometiam-se estes a executar “um cano de pedra e cal com alcatruzes” para trazer a água do pico até ao convento. Como contrapartida, incluía-se a cláusula que permitiria, mais tarde, a entrada das filhas do citado bacharel para o convento, caso fosse necessário, o que veio a acontecer. (Carita, 2004, p. 207)

Para além da água da nascente do Pico, o aqueduto recebia, também, águas provenientes da Fundoa, em São Roque, sendo que, a quantidade de água era mais do que suficiente para as necessidades do convento, pelo que, por contrato de 25 de outubro de 1578, as freiras venderam dois terços da água aos herdeiros de Romeu Frias, Francisco, Gaspar e Diogo Frias¹⁶⁰, ainda proprietários de parte do Pico (Carita, 2004, p. 208). A quinta dos Frias ficou assim responsável pela manutenção do aqueduto, bem como pagar de foro às freiras, “meia pipa de vinho à bica e uma galinha pela terra que ficava do tanque para cima” (Carita, 2004, p. 208). Este aqueduto causou imensos problemas ao longo dos séculos XVII e XVIII, tendo as freiras que sair do convento várias vezes em defesa do seu terço, fundamental para a confeção de doces, um dos rendimentos do convento (Carita, 2004, p. 208).

Na segunda metade do séc. XVI, a poderosa Companhia de Jesus instalou-se no Funchal e com a construção do seu colégio (1569) surgiu o mesmo problema da água que já havia preocupado as freiras do convento de Santa Clara. Diante disso, os jesuítas compraram a propriedade e a nascente aos Frias, passando, por conseguinte, todos os encargos assumidos pelos Frias em relação ao convento de Santa Clara, para o colégio do Funchal. De acordo com Carita (2004, p. 208), apesar do contrato de compra da propriedade ter a data de 30 de Junho de 1600, o ramal do aqueduto para o colégio do

¹⁵⁹ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁶⁰ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte dos herdeiros de Romeu Frias.

Funchal já deveria estar construído mesmo antes do contrato. Pouco tempo depois, nos princípios de 1602, os padres preocuparam-se com a possibilidade de se concretizar a fortificação, uma vez que “os jesuítas nunca tinham até então acreditado na construção, tendo comprado o Pico já havia pequenas obras na área” (Carita, 2016). A construção da fortaleza a pedra e cal acabaria por avançar, tendo os três utentes do Pico e do aqueduto, encontrado uma solução para a sua coabitação, construindo os Jesuítas uma quinta para recreio e retiro dos padres, professores e alunos do colégio, a denominada Quinta do Pico.



Ilustração 89 – Portão da Quinta do Pico, na atualidade. (Ilustração nossa, 2018).

A construção da Fortaleza de São João Baptista iniciou-se na primeira década do séc. XVII, sob a égide da dinastia Filipina (1580-1640), sendo que, a primeira planta do projeto foi elaborada, provavelmente, por Mateus Fernandes, em 1582 (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018). De acordo com Carita (2016b), a absoluta necessidade da construção de uma Fortaleza no Pico surgiu em reunião da junta militar com D. Agostinho de Herrera y Rojas (1537-1598), conde de Lançarote e encarregado dos negócios de guerra, no Funchal, a 16 de setembro de 1582 e enviadas para Filipe II, I de Portugal, a 1 de novembro de 1582. Nesse mesmo ano, D. Francés de Alava y Belmont (c.1518-1586), encarregado geral da artilharia de Filipe I, transmitia ao rei que as duas Fortalezas existentes no Funchal, São Lourenço e

Pelourinho, eram insuficientes para a defesa da cidade e recomendou a edificação da Fortaleza de São João Baptista. Por ordem régia, o conde de Lançarote, D. Agustín de Herrera y Rojas, deslocou-se ao Funchal, acompanhado de forças militares castelhanas, a fim de guarnecer as fortalezas da cidade, cuja missão foi mal sucedida por oposição dos camponeses (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018).

Com a chegada do governador Cristóvão Falcão de Sousa¹⁶¹ à Madeira, em meados de 1601, foi mandada erguer a fortificação, embora então, em pau-a-pique¹⁶² (Carita, 2016b). Foram ainda, face à resistência dos padres da Companhia de Jesus, efetuadas várias diligências no sentido de suprir os constrangimentos existentes.

Várias cartas foram enviadas para Lisboa, pois os Jesuítas haviam recorrido ao principal da Ordem, e até mesmo um certificado do sargento-mor do Funchal, Roque Borges de Sousa, atestando a sua ida, em abril de 1602, a Valladolid e sido recebido pelo próprio Rei D. Filipe II, a quem entregou uma maquete de madeira, com a fortaleza a construir no Pico dos Frias, no Funchal (Carita, 2016b). Enviaram igualmente cópia da carta do rei para o vice-rei de Portugal, sobre a futura Fortaleza da cidade, carta onde o rei, para além de indicar de onde deveriam sair os dinheiros para a sua construção, solicitava informação sobre qual o mestre de obras que assumiria a mesma, bem como ainda, a indicação de que a guarnição deveria ser de soldados de Portugal, o que não aconteceu, pois, a mesma foi guarnecida pelo presídio castelhano (Carita, 2016b).

A Fortaleza de São João Baptista foi entregue ao mestre-de-obras, engenheiro Bartolomeu João, não tendo sido necessário deslocar à Madeira, o engenheiro-mor Leonardo Torriano, conforme sugerido, em caso de precisão, na carta do rei. O projeto, como já antes expresso, é, no entanto, bastante anterior.

Bartolomeu João fixou-se na freguesia de São Pedro, tendo sido, de acordo com Carita (1993b, p. 291), “homem de certa projeção na cidade, membro da confraria do Santíssimo dessa Igreja, proprietário de terrenos e de escravos”.

¹⁶¹ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁶² Barro e madeira.

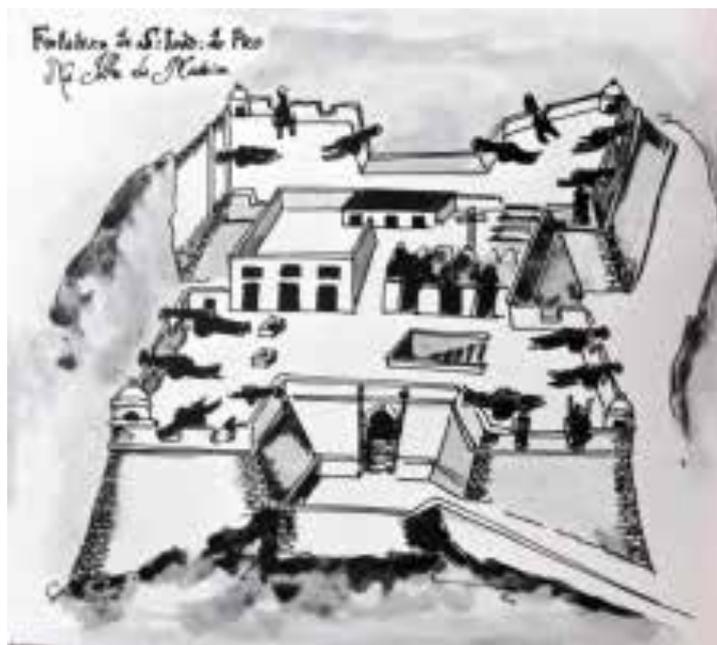


Ilustração 90 – Desenho da Fortaleza de São João Baptista de Bartolomeu João, 1654. ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).

A construção da Fortaleza de São João Baptista, apesar da sua extrema necessidade foi, no entanto, prolongada no tempo. A Fortaleza, já em 1606 tinha um tenente, Alonso de Segura, que a serviu até, pelo menos, 1608. O cargo só depois, foi oficializado por alvará real, com a nomeação de João Peres, que ocupava o lugar desde janeiro de 1611.

De acordo com a informação disponibilizada, atualmente, na Fortaleza (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018), “entre 1609 e 1613 estariam em curso as primeiras obras e em 1618 foram executadas as fundações para a edificação das paredes”. Deste período, são muitas as referências sobre as importantes obras levadas a cabo na Fortaleza de São João Baptista. Assim, em 1606, comprou-se uma caravela com quarenta moios de cal destinada às obras da fortaleza e em 1613, quando a Câmara solicitou ao governador vários materiais para as obras dos muros das ribeiras da cidade, foi respondido não ser possível, pois havia ordens do rei para concluir as obras da Fortaleza de São João Baptista, sendo então todo o material necessário (Carita, 2016). Em 1618, foram executadas as fundações para a edificação das paredes. Era apontador o capitão António de Sá Polanco, tendo igualmente assistido aos pagamentos, o vereador Gonçalo de Freitas Bettencourt. Trabalharam ainda vários cabouqueiros, serventes e boieiros que acarretaram a pedra para a obra e

o carpinteiro, que entre vários trabalhos, procedeu à fixação de prateleiras na casa das munições (Carita, 2016b).

As obras em 1623, conheceram novo impulso, pois da Holanda, como já antes expresso, viera a informação de que estava prevista a saída de uma armada, constituída por dezasseis navios e quatro mil homens, com destino às possessões portuguesas. Foram disponibilizadas verbas para a fortificação das principais fortalezas e determinado o aprovisionamento de alimentos, incluindo, como já referido, as Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista.

Nessa altura já a fortaleza começava a apresentar a forma quase regular de planta retangular rematada por quatro baluartes, com três níveis de esplanadas e um fantástico desnível para sul, o que obrigou à construção de uma rampa de acesso à porta de entrada e, a uma passagem cavada na rocha para acesso à esplanada baixa, tendo sido uma obra de engenharia, efetivamente de grande dificuldade. (Carita, 2016b)

Ao tempo do governador Luís de Miranda Pinto¹⁶³, no período compreendido entre 1638 e 1641 foram finalizadas algumas obras no Pico, como evidenciado e elencado numa lápide mandada colocar na praça de armas para atestar o facto. Assim, pela lápide, ficamos a conhecer as obras feitas ao tempo:

[...] o terço do baluarte de S. Paulo e quase toda a cortina que fecha o baluarte de S. João e a cisterna com os seus bocais e o corpo da guarda, rotos na rocha e o revelim da porta, e as 4 casas dos armazéns da primeira praça também rotos na rocha e o princípio dos outros armazéns e terraplanas desta primeira praça. (Carita, 2016b)

De facto, estas obras, segundo Carita (2016b), “teriam sido as mais difíceis, principalmente o ângulo do baluarte de São Paulo com o de São João”. A cisterna, conforme inscrição no seu murete, deverá ter sido concluída em 1639 (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018).



Ilustração 91 – Lápide situada na esplanada baixa da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2018).

¹⁶³ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

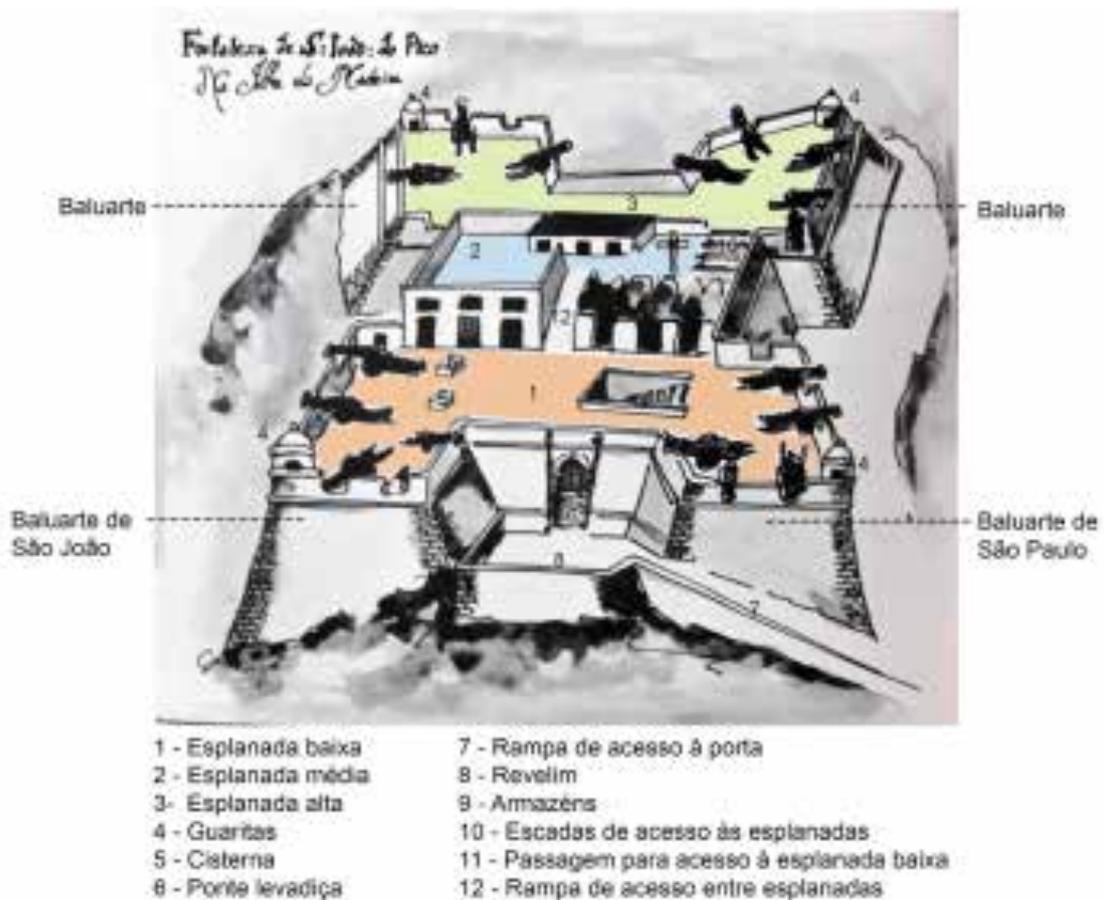


Ilustração 92 – Desenho de Bartolomeu João, 1654, da Fortaleza de São João Baptista, com legenda. ([Adaptado a partir de:] (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).

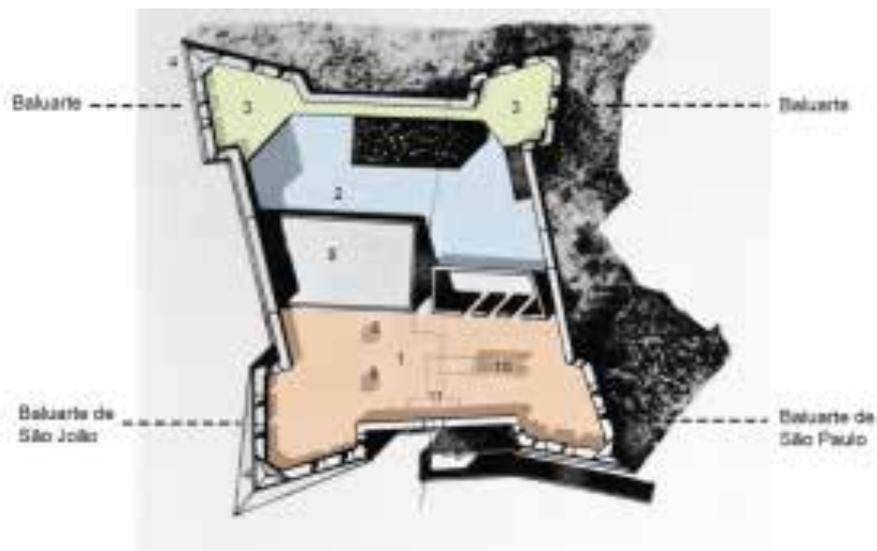


Ilustração 93 – Planta aproximada da Fortaleza de São João Baptista do Centro de Apoio das Ciências Históricas, com legenda conforme a ilustração anterior. ([Adaptado a partir de:] (Carita, 1984, s.p.).

Em 1642, sendo tenente da fortaleza Luís de Mesa¹⁶⁴ e tesoureiro da fortificação Cristóvão Valente¹⁶⁵, surgem novas referências às obras na Fortaleza, pelo conhecimento dos pagamentos resultantes do conserto da ponte levadiça e das obras feitas nos quarteis do corpo da guarda (Carita, 2016b). Era então condestável dos bombardeiros da fortaleza em 1642, Mateus Rodrigues¹⁶⁶. Desta data ainda, ficou o registo de uma dívida por saldar à madre D. Isabel do Nascimento, do convento de Santa Clara, relativa à pedra tirada da pedreira do Pico, para as obras da fortificação¹⁶⁷.

No ano de 1654, o mestre das obras reais, engenheiro Bartolomeu João descreveu a Fortaleza de São João Baptista como:

[...] uma força inexpugnável, fabricada em uma penha, num monte alto e padraсто à cidade, tendo a mesma três praças, superiores umas às outras; uma ponte levadiça; uma cisterna com a capacidade para três mil pipas de água, cavada na rocha; com armamento de oito colubrinas, armas de fogo de longo alcance, de treze libras de bala. (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018).



Ilustração 94 – Fortaleza de São João Baptista, Rev. James Bulwer (desenhador), William Westall (litógrafo). Museu Quinta das Cruzes. (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018).

¹⁶⁴ Nascido no Funchal e filho do castelhano Francisco de Mesa. Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁶⁵ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁶⁶ Não foi encontrada informação relativa às datas de nascimento e morte.

¹⁶⁷ “Nessa altura mantinham as freiras de Santa Clara, a par dos padres do Colégio dos Jesuítas, propriedades na área do Pico, com complicados foros, inclusivamente à companhia do santíssimo da matriz de S. Pedro, no Funchal.” (Carita, 2016b)

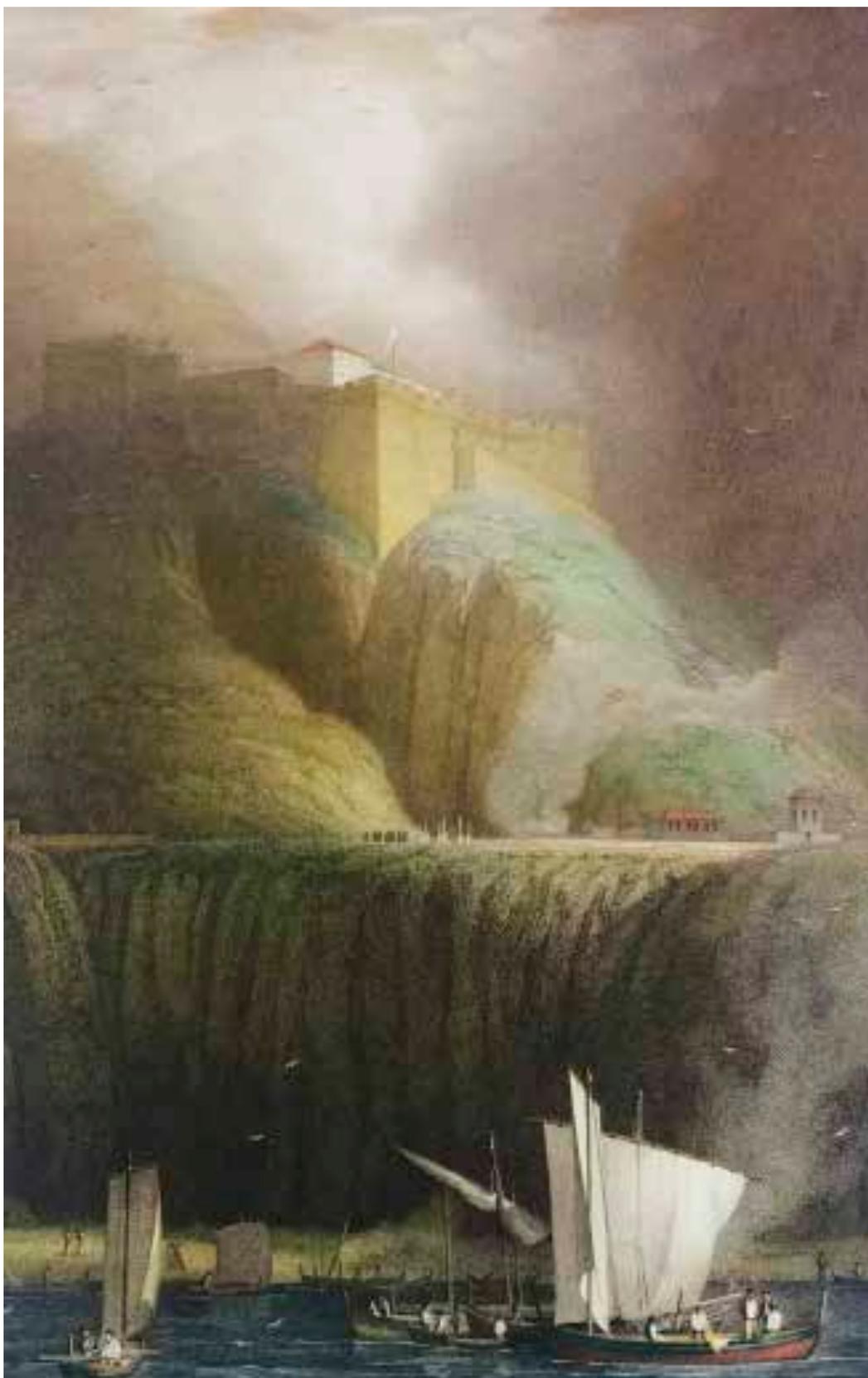


Ilustração 95 - Fortaleza de São João Baptista, de Richard Westall (desenhador), John Pye (gravador), séc. XIX. Museu Quinta das Cruzes. (Madeira. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018).

A descrição releva assim, a localização estratégica da fortaleza, a sua imponência, o seu impacto grandioso na paisagem e bem assim, o efeito dissuasor perante o atacante.

A Fortaleza seria concluída ao longo da segunda metade do séc. XVII. Em relação à capela, embora prevista no desenho de Bartolomeu João, só seria guarnecida por volta de 1730. As guaritas apresentadas por Bartolomeu João são diferentes das atuais, pelo que a transformação pretendida pelo mestre das obras reais, não veio a acontecer. Segundo diz Carita (2016b), “as atuais guaritas têm paralelo com as dos baluartes de Mateus Fernandes na mesma fortaleza e igualmente nas de Bartolomeu João, em S. Tiago”.



Ilustração 96 – Guaritas da Fortaleza de São João Baptista viradas a nascente. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 97 – Guarita do baluarte virado a norte. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 98 – Baluarte de São Paulo. (ilustração nossa, 2017).



Ilustração 99 – Baluarte de São João. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 100 - Planta da Fortaleza de São João Baptista desenhada e legendada, tendo por referência o desenho, do séc. XIX, de Paulo Dias de Almeida. (Ilustração nossa, 2018).

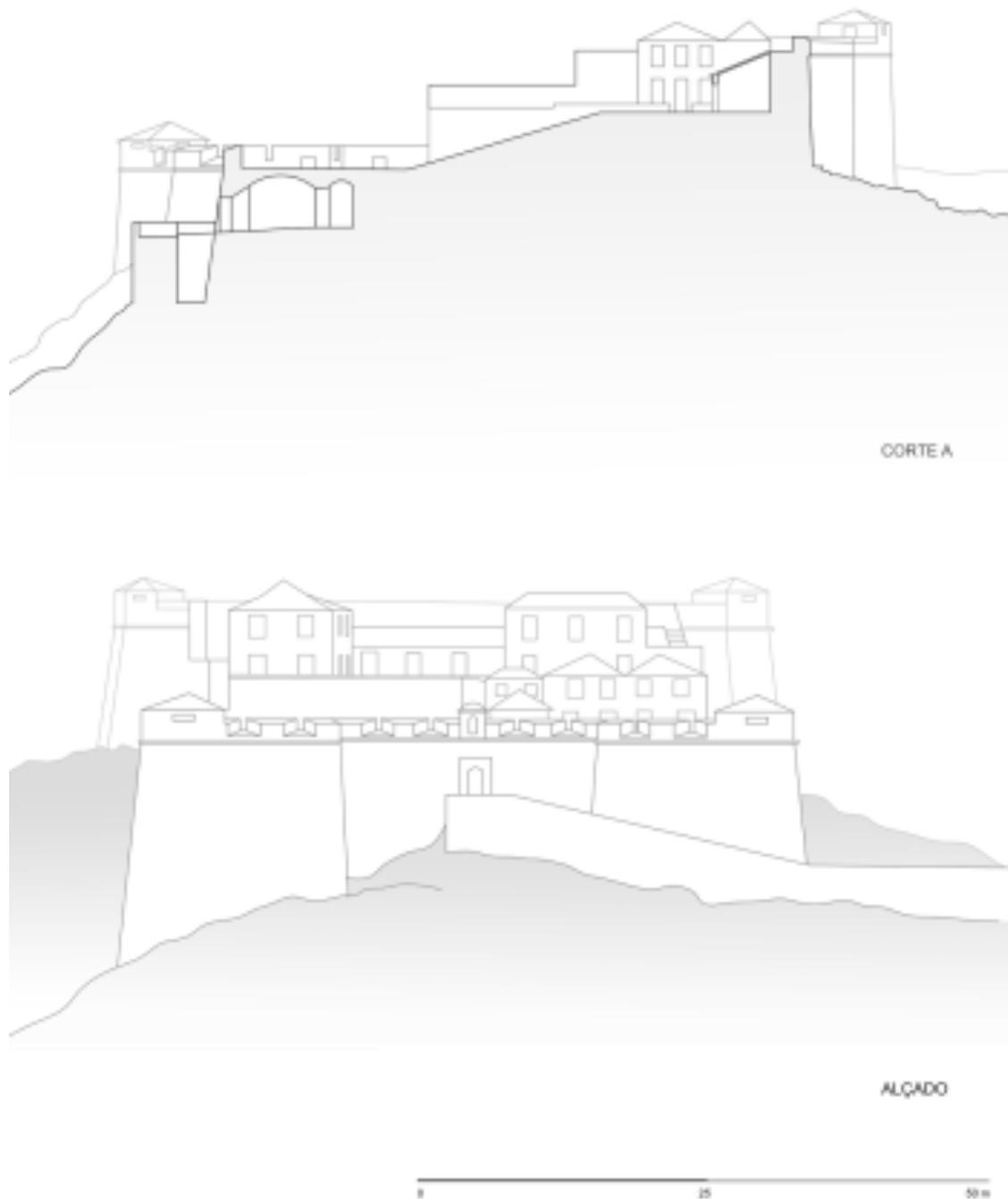


Ilustração 101 - Corte A e alçado da Fortaleza de São João Baptista desenhados, tendo por referência o desenho, do séc. XIX, de Paulo Dias de Almeida. (Ilustração nossa, 2018).

3.4. CARATERIZAÇÃO FUNCIONAL DAS FORTALEZAS E A CIDADE

O período moderno e a crescente afirmação dos estados nos séculos XVII e XVIII, caracterizou-se pela circulação de mestres e pela disseminação de teorias, sobre a fortificação das cidades, um pouco por todo o mundo. A arquitetura e engenharia militar, em particular, foram áreas determinantes neste período. O desenvolvimento da arquitetura militar abaluartada, designada de fortificação moderna, enquadrou-se neste contexto, procurando acompanhar no seu percurso de consolidação, o avanço da balística.

Desde cedo, Portugal, atento às realidades e desafios, impostos pelas conjunturas interna e externa, acolhe muitos técnicos especializados, nomeadamente italianos e franceses que tiveram grande influência e protagonismo, na criação e execução de obras no campo da arquitetura militar, relevando e fomentando, em paralelo, a formação de arquitetos e engenheiros portugueses. Os mestres de obras reais enviados para a Madeira, nos períodos de conceção e construção das Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista, foram técnicos altamente habilitados. Segundo Carita (2016d), “os trabalhos levados a cabo na Madeira, tanto no campo da fortificação como noutros, e a planta do Funchal que levantou, acreditam o terceiro arquiteto Mateus Fernandes, como um dos melhores técnicos do seu tempo [...]”.

Pompeu Arditi e Tomas Benedito, técnicos italianos, estiveram na Madeira em 1567, tendo permanecido um mês na ilha e trabalhado com o mestre das obras reais, Mateus Fernandes. Para a elaboração da planta do Funchal, Mateus Fernandes, terá contado com o apoio dos dois fortificadores oriundos de Pézaro, em Itália.

Esta planta é um trabalho de cariz eminentemente militar e apresenta uma súpula de informações excecionalmente importantes para a história geral da cidade e da fortificação portuguesa. [...] Dentro do campo específico da fortificação portuguesa da época, este seria dos planeamentos mais interessantes que se fizeram [...]. (Carita, 2016d).

Com a evolução da situação política em Portugal e a inclusão do arquipélago da Madeira, no quadro dos reinos de Filipe II de Espanha e I de Portugal, a Ilha da Madeira, perante a aclamação de D. António Prior do Crato, nos Açores, adquire uma acrescida importância estratégica.

As obras que se seguiram, quer ao nível da construção das Fortalezas quer ao nível das muralhas, culminando com a construção de uma cidade muralhada, rematada a

leste pela Fortaleza de São Tiago e na zona oeste e no alto do Pico, pela Fortaleza de São João Baptista, foram da responsabilidade dos arquitetos fortificadores Jerónimo Jorge e Bartolomeu João.

A construção das Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista na cidade do Funchal, assentou, num novo conceito de defesa da cidade. A cidade, encarada como um todo geográfico, em linha com o já preconizado pelo governador, Tristão Vaz da Veiga. A determinação real, consistiu na fortificação de um lugar estratégico, propício à sua defesa, não só pela sua posição em relação à baía, como também à sua ligação com a cidade (Ferreira, 2015, p. 162). As Fortalezas, fortificações abaluartadas, estão inseridas em contexto urbano, estando a de São Tiago situada na orla marítima e a de São João Baptista, em posição de destaque, em relação à cidade e sobranceira a esta.

Interessa ainda, ter presente, os conceitos relativos aos diversos tipos de fortificação. A fortificação marítima, construída junto ao mar ou nas margens de um rio penetrante, destinada a defender setores de tiro, contra meios navais, isoladamente ou em conjugação com outros fogos (Nunes, 2005, p. 153). A evolução da fortificação marítima, em Portugal, está intimamente ligada à evolução do armamento e às possibilidades de atuação dos meios navais. Foi, no entanto, com D. João II que a artilharia naval adquiriu o poderio suficiente, para os meios navais poderem influenciar a construção das fortificações costeiras, pelo que o rei preocupou-se, igualmente, com a defesa marítima. A verdadeira adaptação, face aos meios navais ocorreu, no entanto, no tempo de D. Manuel I. A evolução técnica ao longo do séc. XVI foi no sentido de se caminhar para as formas abaluartadas puras (Nunes, 2005, p. 154). As fortalezas marítimas, no entanto, nem sempre tiveram baluartes para o lado do mar, pois de acordo com a função, que era a de atingir alvos navais e não a de flanquear a própria fortaleza com fogos de través, os baluartes eram mais necessários no lado oposto ao mar, flanqueando a entrada do forte, tendo em vista a defesa contra-ataque de forças terrestres ou desembarcadas (Nunes, 2005, p. 154-155).



Ilustração 102 – Fotomontagem sobre um ortofotomapa da cidade do Funchal, atualmente, para ilustrar os baluartes da Fortaleza-Palácio de São Lourenço no lado oposto ao mar. (Ilustração nossa, 2018).

A fortificação terrestre, localizada no interior do território, ou junto ao mar, com a finalidade de proteger povoações contra forças terrestres ou desembarcadas e atuando como tal (Nunes, 2005, p. 232).

A fortificação mista, que desempenhava simultaneamente as funções descritas para as fortificações terrestres e marítimas (Nunes, 2005, p. 172).

Tendo por referência estes conceitos, podemos fazer uma contextualização das Fortalezas em relação à cidade. A Fortaleza de São Tiago trata-se de uma fortificação marítima e a Fortaleza de São João Baptista, de uma fortificação mista. O carácter marítimo da Fortaleza de São Tiago, aliado à proximidade com outras fortificações e ao privilegiado campo de visão, potenciando a conjugação com outros fogos, constituíam, numa lógica de enquadramento defensivo, uma clara articulação com o tecido urbano envolvente. Do carácter misto da Fortaleza de São João Baptista, com características de fortificação terrestre, na eventual defesa contra forças desembarcadas, há a destacar a sua localização que permitia o domínio sobre a cidade e sobre a baía.



Ilustração 103 – Fortaleza de São Tiago, fortificação marítima. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 104 – Fortaleza de São João Baptista, fortificação mista. (Ilustração nossa, 2017).

4. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

A grande tomada de consciência das pessoas em relação ao valor do Património [...] está a levar a um crescente interesse das entidades [...] na preservação de Zonas e Edifícios Históricos. Neste contexto têm especial destaque castelos e fortalezas, devido ao seu aspecto emblemático, às suas grandes dimensões e características construtivas. (Lobo, 1998, p. 42)

4.1. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO MILITAR E A ATUALIDADE

Estudar o património construído, recorrendo, nomeadamente, a especialistas em arquitetura militar, é fundamental para se alcançar um maior conhecimento sobre o passado. O estudo, a documentação e a capacitação para analisar e avaliar, deverão conduzir às intervenções desejadas, de forma adequada, sejam no campo da conservação, da recuperação ou ambas.

As diretrizes mais recorrentes sobre os métodos de conservação, apontam no sentido da conservação integrada, estabelecida na Carta de Amesterdão¹⁶⁸, como resultado da combinação das técnicas de restauração e avaliação dos programas mais adequados (Ferreira, 2015, p. 69).

No contexto do património militar, em Portugal, importa relevar, citando Maria Ferreira que:

Desde os primórdios do território luso e sua expansão a necessidade de defesa motivou a construção de estruturas arquitetónicas militares que, ao longo do tempo, revelaram características diversas, quer nos materiais empregues, quer nas funções que desempenhavam. (Ferreira, 2015, p. 70)

Relativamente à realidade portuguesa e no que diz respeito à preocupação com a conservação do património, “parece ser com o século XVIII que surgem as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro patrimoniais [...] e de um discurso integrador do objeto no seu contexto histórico” (Soromenho e Silva, 1993, p. 28). Remonta ao séc. XVIII, ao reinado de D. João V, um alvará assinado pelo monarca em 1721, atribuindo à recém-criada Academia Real de História, de acordo com Miguel Soromenho e Nuno Silva (1993, p. 28), “o exame dos monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no reino”.

¹⁶⁸ Carta europeia do património arquitetónico (1975).

No último quartel do séc. XIX, em 1880, a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses¹⁶⁹ apresentava a primeira relação de monumentos a classificar, agrupando-os em seis classes¹⁷⁰, sendo uma delas a relativa a Monumentos Militares (Miranda, 2015, p. 170). Trinta anos mais tarde, em julho de 1910, é publicado um Decreto de classificação, ordenado de forma sistemática segundo dez tipologias, relevando-se destas, a tipologia Monumentos Militares: Castelos, Torres e Padrões. A partir da década de quarenta do séc. XX começam a definir-se, cartograficamente, as zonas especiais de proteção, onde os envolventes do monumento eram integrados como figura da salvaguarda das suas vistas, volumetria e aparência estética (Custódio, 1993, p. 60). O processo de estudo, inventariação, classificação e aprofundamento do património arquitetónico militar é um processo exigente e contínuo. De acordo com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2015, p. 5), existem em Portugal continental, cerca de duzentas e cinquenta fortificações. No arquipélago dos Açores existem cento e sessenta e uma fortificações (Nunes, 2005, p. 26) e no arquipélago da Madeira existem cinquenta fortificações identificadas (Nunes, 2005, p. 147).

A conservação, restauro, reutilização e divulgação deste vasto património só poderá ser corretamente realizada se apoiada em estudos pluridisciplinares sobre as características arquitectónicas e a evolução histórica e construtiva de cada monumento. (Lopes *apud* Ferreira, 2015, p. 70)



Ilustração 105 – Castelo de Ourém. (Ilustração nossa, 2015).



Ilustração 106 – Fotografia aérea da Fortaleza de São João Baptista de Angra do Heroísmo. (Ferreira, 2015, p. 160-161).

¹⁶⁹ Fundada em 1864, sendo seu obreiro Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), arquiteto com formação realizada em Roma e em Paris (Custódio, 1993, p. 48).

¹⁷⁰ “Os monumentos apresentados foram divididos em seis classes [...] que abrangia as obras-primas da arquitectura e de arte portuguesa, os edifícios com significado para o estudo da história das artes, os monumentos militares, a principal estatuária erguida no país, os padrões e arcos comemorativos, lugares memoráveis, pelourinhos, cruzeiros, cipos e marcos miliários e os monumentos pré-históricos de reconhecido relevo, em especial dolmens e antas.” (Custódio, 1993, p. 49)



Ilustração 107 – Fortaleza e Palácio de São Lourenço, Funchal. (Ilustração nossa, 2018).

A salvaguarda do património arquitetónico militar no seu todo, requer, assim, a congregação de esforços e o empenho necessários, aliados aos recursos financeiros adequados à sua concretização, não sem que antes, se considere as inevitáveis opções, num quadro de um acertado planeamento plurianual. Os fundos, públicos e privados, dariam igualmente corpo a novos usos para as fortificações, numa lógica real de alteração de função, sem prejuízo de, sempre, “ser essencial entender a Arquitetura Militar do edifício e a sua própria evolução” (Lobo, 1998, p. 43).



Ilustração 108 – Castelo de Belmonte após a intervenção. (Lifecooler, 2018).

Atualmente, são vários os exemplos, de “bom uso” das fortificações. No entanto, em contexto de valorização da importância do conhecimento das características arquitetónicas, deste tipo de construções, importa relevar que, recorrendo a Lobo (1998, p. 42), “não podemos esquecer que as formas, estruturas e os materiais componentes das fortificações funcionam de forma completamente diferente dos edifícios civis”, pelo que, continuando a citar Lobo (1998, p. 43), “a conservação e o restauro de castelos e fortalezas devido a este papel muito específico que os materiais de construção desempenham constitui uma disciplina à parte em questões de recuperação”.

Ao nível das opções, na reutilização das infraestruturas militares, merecem destaque, atualmente, as relativas a Museus, e, de forma crescente, as inerentes ao turismo cultural (Ferreira, 2015, pp. 71-72). Soluções nas áreas da restauração, hotelaria, organização de eventos vários, são já caminhos, igualmente equacionados.

No âmbito das pesquisas realizadas, dá-se ênfase às ações programadas pela Associação de Turismo Militar Português, em concreto, a primeira formação em turismo militar que acontecerá em breve e os Roteiros dos Templários e da Defesa do Alentejo (Turismo Militar Português, 2018). Também é oportuna a referência ao estudo realizado em Santa Catarina, no sul do Brasil, sobre práticas educativas nas Fortalezas (Pereira e Paim, 2018), matéria que poderá servir de inspiração a possíveis práticas em Portugal e, em particular, no arquipélago da Madeira. Neste contexto, importa precisar, de acordo com os autores Pedro Pereira e Elison Paim (2018, p. 173), que “[...] analisamos exemplos de ações educativas voltadas para o património, que têm sido desenvolvidas por três professores da rede municipal de ensino de Florianópolis (SC), nas fortalezas catarinenses [...]”.

4.1.1. AS FORTALEZAS DE SÃO TIAGO E DE SÃO JOÃO BAPTISTA

Ao longo do séc. XX, foram atribuídas várias funções às Fortalezas. Logo no início do século, aquando da visita de D. Carlos à Ilha da Madeira, em junho de 1901, a Fortaleza de São Tiago foi visitada pelo Rei. Numa grande tenda redonda, riscada de azul e branco, colocada na esplanada média, decorreu o almoço de homenagem ao Rei de Portugal. Ao tempo da visita de D. Carlos, a Fortaleza servia como quartel à Bateria de Artilharia Móvel, que tinha uma secção destacada na Fortaleza do Ilhéu e salvava as embarcações que entravam no porto do Funchal, servindo de registo (Carita, 2017f).



Ilustração 109 – Tenda onde decorreu o almoço de homenagem ao Rei de Portugal, em 1901. (Cruz, 2018).

De 1911 a 1974, a Fortaleza de São Tiago passou, sucessivamente, a quartel de Bateria nº 3 de Artilharia de Montanha, a sede do Grupo de Defesa Móvel (1922), a sede do Grupo de Artilharia de Aeronaves (1945) e em 1947, com a saída do comando daquele grupo, ficou somente a servir de quartel à bateria de salvas da equipa destacada para aquele efeito.

De 1970 a 1973, a mudança do material de salvas tornou difícil a sua circulação nos túneis estreitos da Fortaleza, pelo que, foi desocupada pela artilharia, passando a ser

ocupada esporadicamente pela delegação da Manutenção Militar e pela Liga dos Combatentes (Carita, 2017f).

Em 1975, foi instalado na Fortaleza, o Esquadrão de Lanceiros do Funchal, face à possibilidade de ocorrerem, ao tempo, perturbações na ordem pública. Em maio de 1992, sai esta unidade das instalações, indo ocupar o novo aquartelamento, no Pico da Cruz, em São Martinho. Na sequência da desocupação da Fortaleza, o local foi cedido, a pedido do Governo Regional da Madeira, para instalação de atividades culturais. O protocolo foi assinado, pelas entidades regionais e nacionais competentes, em julho de 1992 e, após obras de fundo, foi instalado o Museu de Arte Contemporânea da Madeira.



Ilustração 110 – Museu de Arte Contemporânea da Madeira na Fortaleza de São Tiago. ([Adaptado a partir de:] Choosemadeira, 2015).



Ilustração 111 – Sala de exposições do Museu de Arte Contemporânea da Madeira na Fortaleza de São Tiago. ([Adaptado a partir de:] Choosemadeira, 2015).

Com a construção do Centro das Artes – Casa das Mudanças¹⁷¹, na Calheta, inaugurado em 2004, foi decidida a passagem da coleção de arte contemporânea da Fortaleza de São Tiago, para as novas instalações. Se o constrangimento espacial era significativo (400m²), outros havia, como a proximidade ao mar, que desaconselhavam a continuidade do museu na Fortaleza de São Tiago. Hoje funciona na Fortaleza um restaurante e um espaço para a realização de eventos.

No início do séc. XX, em 1901, por ocasião da visita régia à Madeira, foi na Fortaleza de São João Baptista que se organizaram salvas a suas majestades, com as velhas peças prussianas de 1870 (Carita, 2016b). Há muito tempo que as peças não eram usadas, o casario havia se expandido pelas vertentes da Fortaleza, pelo que os prejuízos de vidros partidos foram avultados. A Fortaleza de São João Baptista, desde então, não voltou a “salvar”.

¹⁷¹ Centro das Artes – Casa das Mudanças é projeto do arquiteto madeirense Paulo David (1959-).

Em 1925 a Marinha instalou, na Fortaleza, o posto de transmissões navais, ostentando por essa razão, altas antenas, sendo chamado pela população de Pico Rádio (Guerra, 2017, p. 131). Em obras posteriores, levadas a cabo na década de quarenta do séc. XX, foi desmantelada a antiga capela, não se tendo aproveitado, sequer as cantarias (Carita, 2016b).



Ilustração 112 – Fortaleza de São João Baptista, vista da zona dos Ilhéus, com as altas antenas instaladas pela Marinha, fins da década de 1930. Fotografia Perestrelos. (Guerra, 2017 p. 131).

Em 2014, a Fortaleza de São João Baptista foi entregue ao Governo Regional da Madeira. Em 2018, foram realizadas algumas obras de recuperação e conservação, funcionando neste momento, na Fortaleza, um bar esplanada, uma sala de exposições e um pequeno auditório, razões que, a juntar às magníficas vistas sobre a cidade, justificam que madeirenses e turistas a visitem, a compreendam e se encontrem em simultâneo com a Fortaleza de São João Baptista, a cidade e o mar.

A cidade e o mar que são também a envolvente da Fortaleza de São Tiago e que igualmente aguarda por mais, melhores e adequadas funções.

As Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista foram classificadas como Imóveis de Interesse Público¹⁷² em 1943. Que o interesse público então reconhecido, que se alargue, se aprofunde e se afirme como exemplo de autêntica salvaguarda da história passada e futura da cidade do Funchal.

¹⁷² Decreto nº 32 973, DG, 1ª série, nº 175 de 18 de agosto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A salvaguarda do património arquitetónico militar, é um processo que para ser bem sucedido, terá de se constituir e afirmar, como um valor e um bem, reconhecidos, pelos que em cada tempo e lugar, integram e fazem parte do território ou territórios, que lhes são comuns. O conhecimento e os saberes necessários à adequação, preservação e descoberta de soluções, assentes no reconhecimento do passado, na valorização do presente e na atenção ao futuro, só emergirão se alicerçados em estudos e pesquisas, na formação e integração de equipas pluridisciplinares, no debate aberto e exigente.

O presente trabalho permitiu-nos, no âmbito dos objetivos que nos propusemos alcançar, adquirir informação significativa e relevante sobre a arquitetura militar e a sua evolução, desde as origens da nacionalidade até ao séc. XIX.

Compreender a construção da cidade do Funchal, percebida desde os núcleos iniciais e entendida como prática coletiva, tomando forma e sentido num replicado e característico povoamento linear e disseminado, primeiro junto à foz das ribeiras e sucessivamente, mais afastado do mar, em escalada regular e persistente, determinada, ao longo dos séculos, pelo crescimento da população, à luz dos variados contextos sociais, políticos, estratégicos e económicos, foi essencial para entendermos a necessidade, o papel e a inevitabilidade de, nessa construção, se incluírem as estruturas defensivas.

Perceber o crescimento da cidade e com ele, no contexto do mundo de então, as determinantes que foram levando à edificação de um sistema defensivo, adaptado à realidade insular, preparou-nos de um modo mais sustentado, para avaliar a importância do património arquitetónico, em particular o militar construído no Funchal.

As Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista, fortificações abaluartadas, implantadas em zonas estratégicas da cidade, imagens inseparáveis da sua identidade, levaram-nos a constatar, de forma mais precisa, a relevância e a pertinência, de uma acertada conservação, de um adequado restauro e de uma oportuna alteração de função. As fortalezas, concluímos ainda, deverão provocar, pela sensibilização e valorização da sua história, a atração, não só de especialistas mas também do público em geral.

Assim, não será demais, relevar e divulgar, a atenção que o património arquitetónico militar deverá continuar a merecer, potenciando ações, programas e projetos que envolvam quer as comunidades escolares quer a sociedade em geral. A defesa e salvaguarda do património arquitetónico, em concreto o militar para ser uma realidade sem recuos, ausências e desajustes, deverá assentar no conhecimento e na formação permanente e exigente, não só de especialistas e estudantes mas também das populações.

O presente trabalho, apesar de nos permitir atingir os objetivos delineados, abriu-nos um imenso leque de possibilidades, quer ao nível do aprofundamento da temática que ora nos moveu, quer ao nível do estudo de situações particulares, desencadeadas pela investigação agora realizada.

A arquitetura militar, o seu reconhecimento histórico e patrimonial, a sua divulgação e possibilidades de partilha, deverão ser uma evidência crescente no quotidiano da cidade.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, António (1979) - Para a história do Funchal : pequenos passos da sua memória. Funchal : Secretaria Regional dos Assuntos Culturais – DRAC.

ARAGÃO, António (1987) - Alguns tópicos para a classificação urbanística da Madeira. Islenha. 9 (1987) 21-31.

ARAGÃO, António (1992) - O espírito do lugar : A cidade do Funchal. 1.^a ed. Lisboa : Pedro Ferreira Editor.

BARROCA, Mário (2003) - Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521) [Em linha]. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Vol. 24 (2003) 95-112. [Consult. 10 abr. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10216/8114>.

BETHENCOURT, Francisco ; CHAUDHURI, Kirti (1998) - História da Expansão Portuguesa. 1.^a ed. [S.l.] : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-1600-4. Vol. 3.

BRAGA, Isabel ; BRAGA, Paulo (1994) - O ataque à ilha da Madeira em 1566. Islenha. 14 (1994) 81-90.

BRANCO, Maria J. V. (2006) - D. Sancho I. 1.^a ed. Rio de Mouro : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3517-3.

CARITA, Rui (1981) - Introdução à arquitectura militar na Madeira: a fortaleza-palácio de São Lourenço. Funchal : Secretaria Regional da Educação e Cultura – DRAC.

CARITA, Rui (1982) – Paulo Dias de Almeida e a sua descrição da Ilha da Madeira Funchal : DRAC.

CARITA, Rui (1984) - O Regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a carta da Madeira de Bartolomeu João (1654). Funchal : Secretaria Regional da Educação.

CARITA, Rui (1993a) - A defesa do Funchal: Sécs. XV a XVII. Islenha. 12 (1993) 32-40.

CARITA, Rui (1993b) – A arquitectura militar na Madeira : séculos XV a XVII. Lisboa : Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

CARITA, Rui (1997) - A cidade do Funchal. In Funchal. Câmara Municipal - Funchal : Roteiro histórico turístico da cidade. Funchal : Câmara Municipal do Funchal. p. 15-19. ISBN 972-9141-32-0.

CARITA, Rui (1998) - As obras de defesa da Madeira no século XVIII. Islenha. 23 (1998) 167-178.

CARITA, Rui (2003) - O sítio da Sé. Monumentos. ISSN 0872-8747. 19 (2003) 9-17.

CARITA, Rui (2008) - As defesas do Funchal. 500 anos Funchal. Funchal. (2008) 44-57. ISBN 978-989-95704-3-6.

CARITA, Rui (2016a) - Fortaleza de São Filipe do Largo do Pelourinho [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/fortaleza-de-sao-filipe-do-largo-do-pelourinho>>.

CARITA, Rui (2016b) - Fortaleza do Pico [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 18 jan. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/fortaleza-do-pico>>.

CARITA, Rui (2016c) – Jorge, Jerónimo [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/jorge-jeronimo>>.

CARITA, Rui (2016d) – Fernandes, Mateus [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/fernandes-mateus>>.

CARITA, Rui (2016e) – Defesa [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/defesa>>.

CARITA, Rui (2016f) – Colombina, Francisco Tosi [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/colombina-francisco-tosi>>.

CARITA, Rui (2017a) - História do Funchal. 2.^a ed. Funchal : Imprensa Académica. ISBN 978-989-98243-1-7.

CARITA, Rui (2017b) - Forte dos Louros [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 21 maio 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/forte-dos-louros>>.

CARITA, Rui (2017c) - Fortes de Santa Cruz [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/fortes-de-santa-cruz>>.

CARITA, Rui (2017d) - Fortes do norte da ilha [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/fortes-do-norte-da-ilha>>.

CARITA, Rui (2017e) - Forte da Penha de França [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/forte-da-penha-de-franca>>.

CARITA, Rui (2017f) - Forte de S. Tiago [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 18 jan. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/fortaleza-de-s-tiago>>.

CARITA, Rui (2017g) – Fortes [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/fortes>>.

CARITA, Rui [et. al.] (1992) - A Fortaleza de São Tiago : Julho de 1992. [S.l.] : Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração.

CARITA, Rui [et. al.] (2015) – A Sé do Funchal : 1514-2014. Funchal : Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes – DRAC. ISBN 978-972-648-198-0.

CARNEIRO, Roberto dir. (2001) – Memória de Portugal : o milénio português. [S.l.] : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-2594-1.

CHOOSEMADEIRA (2015) – Museu de Arte Contemporânea – Fortaleza de São Tiago [Em linha]. Funchal : Choose Madeira Island. [Consult. 30 out 2018]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.choosemadeira.com/museu-de-arte-contemporanea-fortaleza-de-sao-tiago/>>.

CORREIA, António [et. al.] (1998) – Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. [S.l.] : Página Editora. ISBN 972-8258-04-6. Vol. VII.

CRESPO, Ángel (2017) – Sabandijas de Palacio. Clío. ISSN 1579-3532. 193 (2017) 16-23.

CRUZ, Carlos (2016) - Castelo de Mourão [Em linha]. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina. [Consult. 2 out. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=1784&muda_idioma=PT>.

CRUZ, Carlos (2018) – Fortaleza de São Tiago [Em linha]. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina. [Consult. 17 set. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=609&muda_idioma=PT>.

PORTUGAL. Direção-Geral do Património Cultural – Convento de São João de Tarouca, com todos os elementos que possui [Em linha]. Lisboa : DGPC. [Consult. 26 ago. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70414>>.

CUSTÓDIO, Jorge (1993) – De Alexandre Herculano à carta de Veneza (1837-1964). Dar Futuro ao Passado. Lisboa : Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. 33-71.

ESCUDEIRO, Lorenzo (2014) - Dicionário Visual de Arquitetura. Lisboa : Quimera. ISBN 978-972-589-237-4.

FERNANDES, José (1989) - O Funchal e o Urbanismo de raiz Portuguesa no Atlântico. Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira (1986). 1.^a ed. Funchal : Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – DRAC. ISBN 972-648-020-5. 247-269.

FERRAZ, Maria (1986) - A ilha da Madeira sob o domínio da casa senhorial do infante D. Henrique e seus descendentes. Secretaria Regional da Educação e Cultura - DRAC. [S.l.] : Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FERREIRA, Manuel (1959) - O Arquipélago da Madeira Terra do Senhor Infante. Funchal : Tipografia da Casa Figueira.

FERREIRA, Manuel (1960) - O Infante D. Henrique e a Descoberta e Povoamento do Arquipélago da Madeira. Funchal : [s.n.].

FERREIRA, Maria (2015) - Arquitectura Militar : a fortaleza de São João Batista de Angra do Heroísmo. Porto : Universidade Lusíada do Porto. Dissertação de Mestrado.

FRANCO, Francisco M., coord. (2002) – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-2809-6. Vol. 1.

FUNCHAL. Câmara Municipal (2004) – Funchal : Roteiro Histórico Turístico da Cidade. Funchal : Câmara Municipal do Funchal. ISBN 972-9141-32-0.

GARCIA, José Manuel (2012) - D. João II vs. Colombo - Duas estratégias divergentes na busca das Índias. 1.^a ed. [S.l.] : QuidNovi. ISBN 978-989-554-912-2.

GIL, Júlio (1992) - Os mais belos castelos de Portugal. 3.^a ed. Lisboa : Verbo. ISBN 9722211358.

GONÇALVES, Ernesto (1992) - Portugal e a Ilha : colectânea de estudos históricos e literários. 1.^a ed. Funchal : Centro de Estudos da História do Atlântico.

GUERRA, Jorge V. (2010) - Funchal 500 anos : momentos e documentos da história da nossa cidade. Funchal : Secretaria Regional de Educação e Cultura. ISBN 978-972-648-170-6.

GUERRA, Jorge V. (2017) - Arquivo Histórico da Madeira. Imagens Antigas do Funchal Urbano. Série Colecção Iconográfica 2. Funchal : DRC-ABM. ISSN 2182-9586.

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA (2015) – Guia de Inventário : fortificações medievais e modernas [Em Linha]. Lisboa : IHRU. Disponível em WWW:<URL:

http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/EstudosDocumentos/Guia%20fortificações%20-%202ª%20edição%20-%20final.pdf>.

LEITE, Jerónimo Dias (2016) - Descobrimientos da Ilha da Madeira. Funchal : Imprensa Académica. ISBN 978-989-20-6637-0.

LIFECOOLER (2018) – Castelo de Belmonte [Em linha]. Lisboa : Lifecooler [Consult. 28 nov. 2018]. Disponível em WWW:<URL: <https://lifecooler.com/artigo/atividades/castelo-de-belmonte/327716#>>.

LINS, Eugénio de Ávila (2007) - Engenheiro António Rodrigues Ribeiro e sua prática profissional na Bahia setecentista. In MARTINS, Fausto Sanches – Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa : actas VII colóquio Luso-Brasileiro de História da arte [Em linha]. Porto : Universidade do Porto. P. 153-157. [Consult. 21 jun. 2018] Disponível em WWW:<URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6138.pdf>>.

LOBO, Francisco (1996) - Um Olhar Militar sobre o Forte. Monumentos. ISSN 0872-8747. 5 (1996) 16-27.

LOBO, Francisco (1998) – Castelos de pedra e cal. Pedra & Cal. 0 (1998) 42-43.

LÚCIO, Maria C. (1995) – Franciscanas Missionárias de Maria : 100 anos em Portugal (1895-1995). [S.l.] : Província Portuguesa do Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria.

MADEIRA. Governo Regional. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira (2017) - Arquivo Regional da Madeira. Funchal : A.R.M. Desenhos cedidos pelo Arquivo Regional da Madeira.

MADEIRA. Governo Regional. Secretaria Regional do Turismo e Cultura (2018) – Fortaleza de São João Baptista do Pico. Funchal : Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 2018. 1 folder ; 40x30 cm.

MADEIRA. Zona Militar (1979) - Monografia do Forte de São Tiago. [S.l.] : [s.n.], 1979. 17 p.

MAGALHÃES, António, secr. (1977) – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa : VERBO.

MATOS, Rui (2013) – As origens do turismo na Madeira : Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu - <Vicentes>. Funchal : Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas & DRAC (Madeira). ISBN 978-972-648-188-1.

MATOS, Violante (2018) – A história num instante. Funchal : Nova Delphi. ISBN 978-989-8407-75-7.

MESTRE, Victor (2002) – Arquitectura Popular da Madeira. Lisboa : Argumentum. ISBN 972-8479-13-1.

MILITAR, Direção de História e Cultura. Arquivo Histórico Militar (2017) - Arquivo Histórico Militar. Lisboa : A.H.M. Desenhos cedidos pelo Arquivo Histórico Militar.

MIRANDA, Joaquim (2015) – Arquitetura, património e autenticidade : Autenticidade na Reabilitação do Património Histórico. Lisboa : Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitetura. Tese de Doutoramento.

NUNES, António L. P. (2005) - Dicionário de Arquitectura Militar. [S.l.] : Caleidoscópio. ISBN 972-8801-94-7.

OLIVEIRA, Leonel, ed. (1997a) – Nova Enciclopédia Larousse. [S.l.] : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-1479-9. Vol. 7.

OLIVEIRA, Leonel, ed. (1997b) – Nova Enciclopédia Larousse. [S.l.] : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-1479-9. Vol. 11.

OLIVEIRA, Leonel, ed. (1998) – Nova Enciclopédia Larousse. [S.l.] : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-1801-5. Vol. 16.

OLIVEIRA, Leonel, ed. (2002) – Nova Enciclopédia Larousse. [S.l.] : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-2832-0. Vol. 21.

PEREIRA, Eduardo (1989) - Ilhas de Zargo. 4.^a ed. Funchal : Câmara Municipal do Funchal. Vol. 3.

PEREIRA, José (1995) – O barroco do século XVIII. História da Arte Portuguesa. 1.^a ed. [S.l.] : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-1225-4. 233-323. Vol. 3.

PEREIRA, Fernando ; SOUSA, Francisco (2017) - As Ilhas do Ouro Branco. Encomenda Artística na Madeira: Séculos XV e XVI. Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda. ISBN 978-972-27-2599-6.

PEREIRA, Pedro ; PAIM, Elison (2018) – Práticas educativas nas fortalezas catarinenses: possibilidades de um diálogo plural e intercultural [Em linha]. Caxias do

Sul : Revista Médis. [Consult. 22 nov. 2018]. Disponível em WWW:URL:<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/6688/3467>>.

PIRENNE, Henri (1977) - As Cidades da Idade Média. Ensaio de história económica e social. 4ª ed. [S.l.] : Publicações Europa-América.

PORTELA, Miguel (2015) - Os Mateus do Couto: Mestres-de-obras do Real Mosteiro da Batalha [Em linha]. Golpinheira : Jornal da Golpinheira. [Consult. 2 nov. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.academia.edu/19804479/Os_Mateus_do_Couto_Mestres-de-obras_do_Real_Mosteiro_da_Batalha._Contributo_documental_inédito>>.

QUINTAL, Raimundo ; Vieira, Maria J. (1985) – Ilha da Madeira : Esboço de Geografia Física. Funchal : [s.n.].

QUINTAL, Raimundo (2018) – Levadas da Madeira : Caminhos da água, Caminhos da Descoberta da Natureza [Em linha]. Lisboa : Universidade de Lisboa. [Consult. 20 nov. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<<http://www.jardins.com.pt/wp-content/LevadasdaMadeira.pdf>>>.

RIBEIRO, Orlando (1985) – A Ilha da Madeira até meados do século XX. 1ª ed. [S.l.] : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

RODRIGUES, Paulo (1999) - A política e as questões militares na Madeira – O período das guerras napoleónicas. 1ª ed. Funchal : Centro de Estudos da História do Atlântico. ISBN 972-8263-18-X.

ROSSA, Walter (1995) - A cidade Portuguesa. História da Arte Portuguesa. 1ª ed. [S.l.] : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-1225-4. 233-323. Vol. 3.

SARMENTO, Alberto (1940) - A fortaleza do Pico. Ripas da Madeira. (1940) S. pág.

SECRETARIADO NACIONAL DA PASTORAL DA CULTURA (2018) – O Concílio de Trento e a Igreja em Portugal [Em linha]. Lisboa : Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura [Consult. 2 out. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://snpcultura.org/concilio_trento_e_igreja_em_portugal.html>>.

SERRÃO, Joaquim V. (1980) - História de Portugal. 3ª ed. [S.l.] : Verbo. Vol. II.

SERRÃO, Joaquim V. (1984) – História de Portugal. [S.l.] : Verbo. Vol. VII.

SERRÃO, Joaquim V. (1990) - História de Portugal. 4.^a ed. [S.l.] : Verbo. Vol. I.

SILVA, A. Vieira (1987) - A cerca fernandina de Lisboa. Município de Lisboa. 2.^a ed. Lisboa : [s.n.]. Vol. 2.

SILVA, Fernando ; MENESES, Carlos (1998a) - Elucidário Madeirense. Fac-símile da edição de 1940-1946. Secretaria Regional de Turismo e Cultura, DRAC. Funchal : [s.n.]. Vol. 1.

SILVA, Fernando ; MENESES, Carlos (1998b) - Elucidário Madeirense. Fac-símile da edição de 1940-1946. Secretaria Regional de Turismo e Cultura, DRAC. Funchal : [s.n.]. Vol. 2.

SILVA, Fernando ; MENESES, Carlos (1998c) - Elucidário Madeirense. Fac-símile da edição de 1940-1946. Secretaria Regional de Turismo e Cultura, DRAC. Funchal : [s.n.]. Vol. 3.

SILVA, Teresa (2010) - As Cidades das Ilhas Atlânticas de Origem Portuguesa e a Transferência de Modelos Urbanos do Continente Europeu [Em linha]. Vitória : UEFS [Consult. 29 set. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13499>>.

SIMÕES, Álvaro V. (1981) - Arquitetura Militar na Madeira dos séculos XVI a XIX. Zona Militar da Madeira. Funchal : Editorial Eco do Funchal.

SOROMENHO, Miguel ; SILVA, Nuno (1993) – Da idade média ao século XVIII. Dar Futuro ao Passado. Lisboa : Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. 22-33.

TURISMO MILITAR PORTUGUÊS (2018) – Turismo Militar. [Em linha]. Tomar : Turismo Militar Português [Consult. 22 nov. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.turismomilitar.pt>>.

VENTURA, Leontina D. (2006). D. Afonso III. 1.^a ed. Rio de Mouro : Círculo de Leitores.

VERÍSSIMO, Nelson (2000) - Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII. Funchal : Secretaria Regional do Turismo e Cultura – DRAC. ISBN 972-648-127-9.

VIEIRA, Alberto (2017) - Curso [Em linha]. Funchal : Agência de Promoção da Cultura Atlântica. [Consult. 26 jun. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://aprenderamadeira.net/corso>>.

BIBLIOGRAFIA

BETTENCOURT, Luísa (2010) - A morfologia urbana da cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes. Lisboa : Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Arnaldo M. (2004) - Fortificações Portuguesas no Brasil. Lisboa : Círculo de Leitores. ISBN 972-42-3330-8.

MATOS, Danilo [et. al.] (2018) – Um olhar sobre as Obras e Providências de Reinaldo Oudinot. Funchal : Imprensa Académica. ISBN 978-989-54002-1-8.

PERDIGÃO, Cristina (2009) - Formação do centro urbano do Funchal: contributos das transformações urbanísticas. Covilhã : Universidade da Beira Interior. Dissertação de Mestrado.

SÁ, Filipa (2016) – A Ilha do Porto Santo: as casas de salão e a sua preservação como construções de interesse patrimonial e cultural. Lisboa : Universidade Lusíada de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Ana (2016) – A arquitectura das quintas madeirenses de influência inglesa na primeira metade do século XIX. Lisboa : Universidade Lusíada de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

GLOSSÁRIO

- Adarve** - Caminho no alto da face interna da muralha de um castelo medieval, de uma paliçada ou na parte superior da escarpa de uma fortificação moderna, acima do cordão, protegido pelo parapeito, e que no último caso ligava às guaritas, onde se circulava para vigiar e defender a fortificação. Devido à sua função, também se pode denominar de caminho de ronda.
- Alcaide** - Senhor e governador de um castelo medieval e comandante da sua guarnição.
- Ameia** - Elementos maciços de configuração variada dispostos sobre o parapeito que rematava os edifícios e estruturas da fortificação medieval, servindo de proteção aos defensores colocados nos adarves, ou diretamente sobre o remate de edifícios de outra tipologia, com caráter defensivo.
- Ângulo flanqueado** - Ângulo definido pelas duas faces do baluarte. O valor deste ângulo foi motivo de aceras discussões entre os engenheiros da fortificação abaluartada, sobretudo quando se tratavam de praças irregulares.
- Artilharia** - Armas utilizadas na defesa e no ataque das fortificações. Antes do aparecimento da pólvora, designava-se por **artilharia neurobalística** e foi usada até final do séc. XIV, sendo que depois se passou a usar a **artilharia pirobalística** com a utilização da combustão da pólvora. A sua evolução foi pondo em causa a conceção das fortificações, obrigando-as a reformularem-se.
- Atalaia** - Torre medieval isolada, construída no exterior de uma *fortificação* para prolongar as funções de vigilância da mesma, vigiar determinados eixos de aproximação tidos como perigosos ou estabelecer a ligação entre duas ou mais fortificações. Por vezes, uma das torres do *castelo*, bem localizada, podia simultaneamente funcionar como atalaia. As atalaias são também conhecidas pelos nomes de torre de vigia, vigia, facho, almenara, casa do facho ou torre do facho.
- Balcão** - Varandim de pequenas dimensões e em cantaria nas fortificações medievais, com parapeito simples ou ameado, assente em mísulas recortadas ou de perfis lobulados, possuindo no pavimento aberturas redondas – os matacões - para lançamento vertical de pedras ou líquidos. Podiam surgir nas muralhas, torres, sobre as portas, nos ângulos da linha das ameias, a meio das faces e/ou nos cunhais.
- Balcão corrido** - Varanda de pedra corrida, com ou sem matacões, assente numa cachorrada, ocupando a face completa de uma torre, redonda ou prismática, ou, como era mais frequente, desenvolvendo-se em todo o seu perímetro permitindo, deste modo, a vigilância e defesa em todas as direções.
- Baluarte** - Elemento caracterizante da fortificação abaluartada, de planta pentagonal irregular, que se destacava nos ângulos salientes de duas cortinas contíguas ou noutros pontos vulneráveis. Na planta

de um baluarte definem-se três partes: a gola, os flancos e as faces.

- Barbeta** - Plataforma encostada ao parapeito sem merlões numa fortificação moderna, onde era colocada a artilharia, que passava a ter uma posição sobrelevada e disparava à barla.
- Bateria** - Plataforma, por vezes coberta, onde eram dispostas as bocas de fogo de artilharia. Podia ser abobadada, tipo casamata, descoberta, tipo barbete, ou ter qualquer outra estrutura.
- Cadafalso ou hurdício** - Estrutura de madeira construída provisoriamente nas torres e muralhas dos castelos medievais, em momentos de perigo, sobre vigas de suporte, formando um varandim saliente, coberto e protegido, que podia ser desmontado em tempo de paz.
O cadafalso ou hurdício, introduzido sob a influência da Ordem dos Templários, era apropriado a climas frios e chuvosos, visto proteger os defensores da fortificação. Podia ser curto ou corrido, possuindo na face exterior aberturas para o lançamento de setas ou virotões e no pavimento para o lançamento de projéteis na vertical sobre a base da fortificação. Uma vez que o cadafalso era frágil e se incendiava com facilidade, as vigas de suporte começaram a ser substituídas por mísulas de cantaria, acabando por evoluir até ao balcão.
- Casamata** - Praça coberta com uma estrutura abobadada situada nos muros e, muitas vezes, nos flancos dos baluartes para alojar peças de artilharia.
- Castelo** - Fortificação medieval composta por vários edifícios, estruturas e elementos de defesa, com um ou mais recintos interiores, destinado exclusivamente a fins militares estratégicos ou a desempenhar prioritariamente a função de residência fortificada.
- Canhoneira** - Intervalo entre os merlões de uma fortificação abaluartada, na qual eram dispostas as bocas de fogo. As canhoneiras, que têm o seu correspondente medieval nas aberturas das ameias, começaram por ser rasgadas no corpo da cortina ou do baluarte, havendo casos em que aparecem em dois níveis – ao alto, entre os merlões, e no corpo do muro.
- Cerca da vila** - Muralha que cerca uma povoação fechando-se sobre si mesma. Em geral, a cerca da vila partia do castelo, abraçava a povoação e ligava-se, de novo, ao castelo.
- Cisterna** - Espaço resguardado para depósito de água, onde se recolhiam e armazenavam as águas pluviais, através de vários sistemas. Normalmente, todas as fortificações possuíam uma cisterna, podendo alcançar grandes dimensões e qualidade arquitetónica nas fortificações abaluartadas.
- Condestável** - Cargo que designa o imediato do rei no comando do exército, surgido durante o reinado de D. Fernando, por influência inglesa. Depois da concessão de D. João I a D. Nuno Álvares Pereira, o título manteve-se, quase sempre, em fidalgos da primeira nobreza. Também se pode aplicar ao chefe dos artilheiros de uma fortificação.

- Cortina** - Troço do reparo de uma fortificação abaluartada que liga os baluartes entre si. Corresponde ao pano de muralha na fortificação medieval.
- Cubelo** - Torre maciça integrada na muralha de uma fortificação medieval e saliente da mesma, podendo assumir várias formas.
- Engenheiro-mor do reino** - Engenheiro responsável pela direção superior da fortificação do reino. Pensa-se que este cargo foi criado por D. Filipe I, datando de 1586 a primeira referência à sua existência. O último engenheiro-mor do reino foi Gonçalo Lourenço Botelho da Costa, nomeado a 16 de dezembro de 1780.
- Escolas de fortificação** - O traçado abaluartado teve grande aceitação na Europa durante o séc. XVI, acabando por influenciar a fortificação nos séculos seguintes. No entanto, este traçado apresentou diferentes princípios orientadores e características específicas nos vários países devido a condicionalismos distintos, nomeadamente a natureza do terreno, conferindo às suas fortificações um caráter nacional. Assim, pode-se falar em escolas de fortificar, destacando-se as Escolas Alemã, Italiana, Francesa e Holandesa. O conhecimento das soluções técnicas nas fortificações construídas nuns países inspirou os engenheiros militares noutros países.
- Escola de fortificação italiana** - A fortificação abaluartada surgiu em Itália no final do séc. XV, sendo a escola italiana a mais antiga, dominando durante todo o séc. XVI, quando a sua influência também se fez sentir em Portugal, sobretudo nas fortificações de Transição, e parte do séc. XVII.
As principais características técnicas desta escola eram: perfil de muralha aterrada; traçado abaluartado para o exterior do polígono a fortificar e baluarte com flancos perpendiculares à cortina. A defesa escalonada em profundidade fazia-se em duas linhas, a primeira constituída pelo caminho coberto e, a segunda, pelo corpo da praça ou recinto principal.
- Esplanada** - Obra exterior em terra, modelada artificialmente, com declive suave e livre de obstáculos, para regularizar o terreno à volta de uma fortificação moderna, desde o parapeito do caminho coberto até ao campo exterior. Por vezes também se refere ao espaço aberto ou recinto do baluarte, delimitado pelo parapeito, onde eram colocadas as bocas de fogo.
- Flanco** - Parte do baluarte que liga a face à cortina, tendo por função defendê-la, bem como ao flanco, ao flanco do baluarte oposto e ao fosso, e onde era colocada a artilharia do baluarte.
O ângulo do flanco com a cortina foi tema de discussão entre as várias escolas de fortificação. Assim, inicialmente, o flanco era perpendicular à cortina, segundo a Escola Italiana, mas depois passou a ser oblíquo, segundo diferentes ângulos, com o objetivo de aumentar a sua eficiência defensiva.
- Flanquear** - Ação de defender lateralmente as muralhas de uma fortificação medieval ou as cortinas de uma fortificação moderna.

- Fortaleza** - Vasta e poderosa obra fortificada destinada a alojar uma guarnição e a defender uma povoação. Muitas vezes, à falta de outro termo mais adequado, o vocábulo é usado para designar todo o sítio ou obra de proteção coletiva que tenha sido fortificado, independentemente da sua área e da época histórica.
- Forte** - Pequena fortificação moderna isolada, podendo ser autónoma ou dependente de uma praça principal.
- Fortificação** - Expressão genérica que designa o conjunto de edifícios, estruturas, trabalhos e obras de defesa militar numa vasta área, numa determinada região ou num local, englobando não só os castelos e fortalezas como ainda as obras de valorização do terreno para fins defensivos, como as armadilhas, covas de lobo, paliçadas, remoção de terras e outras.
- Fortificação abaluartada** - Fortificação adaptada à defesa contra as armas de fogo tendo o baluarte como principal estrutura, o qual era colocado a flanquear as cortinas, baixas, espessas e em talude, rematadas por merlões e canhoneiras. Dado que o baluarte resolveu completamente o problema do flanqueamento dos fossos e, na época, melhor respondeu ao da instalação de artilharia, o traçado abaluartado passou a dominar a fortificação até ao séc. XIX. Alguns autores designam este tipo de fortificação como fortificação rasante, uma vez que uma das principais características era os muros rasos ou muito baixos relativamente à fortificação medieval.
- Fortificação de transição** - Fortificação construída essencialmente no início do séc. XVI, durante o final do reinado de D. Manuel I e o início do de D. João III, composta por estruturas e elementos característicos da fortificação medieval e da abaluartada, os últimos dos quais se foram progressivamente impondo. Alguns autores designam a fortificação de transição como fortificação baixa.
- Fortificação marítima** - Fortificação implantada junto às margens de um rio penetrante ou do mar, destinada a defender setores de tiro, contra alvos navais, isoladamente ou em conjugação com outros fogos. Apesar de D. João II ter mandado edificar fortificações marítimas para a defesa de Lisboa, foi especialmente no reinado de D. Manuel que a fortificação marítima se adaptou aos meios navais. Caracterizam-se pela sua forma hermética, com cortinas em talude e canhoneiras localizadas sobretudo no remate, sem baluartes ou com baluartes essencialmente virados a terra, defendendo a entrada do forte, contra o ataque de forças terrestres desembarcadas.
- Fortificação medieval** - Fortificação do período iniciado nos primórdios da nossa nacionalidade, quando ainda não existiam armas de fogo, e que se prolongou até ao início do séc. XVI, acompanhando o desenvolvimento das armas pirobalísticas. A fortificação medieval caracteriza-se pela construção de muralhas altas, torres, cubelos e torre de menagem, com ameias, rasgadas por seteiras e, a partir do final do séc. XIV, por troneiras. Alguns autores designam a fortificação deste período como fortificação em relevo, uma vez que se caracterizava essencialmente pela altura das paredes.

- Fortificação moderna** - Fortificação iniciada na primeira metade do séc. XVI, com uma fase de transição, de características diferentes entre Portugal continental e os territórios Além-Mar, e prolongando-se pelo XVII, atingindo o seu auge em meados da centúria. A fortificação deste período pode apresentar várias formas, consoante o seu traçado.
- Fortim** - Pequeno forte
- Fosso** - Escavação em todo o circuito da fortaleza ou só nas partes mais expostas que dificultava o acesso às entradas e a aproximação às muralhas. Podia ser seca ou cheia de água conforme as possibilidades e o tipo de fortaleza. Os castelos roqueiros, construídos em eminências rochosas, não tinham fosso. O castelo medieval de Almeida será dos poucos ou mesmo o único de Portugal que ainda conserva o ser fosso. O mesmo que Cava.
- Guarita** - Pequeno espaço coberto construído destacadamente nos ângulos das cortinas e baluartes de uma fortificação moderna ou, por vezes, sobre as portas, para vigilância e defesa da fortificação.
- Guarnição ou presidio** - Tropas que guarneciam uma praça de guerra ou um forte.
- Latrina** - Pequeno espaço coberto destinado a satisfazer as necessidades fisiológicas, construído inicialmente em madeira, destacado das cortinas e avançado sobre o fosso ou o mar, no trânsito ou nas casamatas, nesses dois últimos casos, localizando-se o mais próximo possível da escarpa, por causa dos esgotos, que eram conduzidos para o fosso.
- Matacões** - Vão arredondado de defesa vertical, rasgado no pavimento do balcão de uma torre ou muralha medieval, por onde se lançavam líquidos, pedras ou outros projéteis para atingir a base da fortificação ou para fazer ricochete no talude.
- Merlão** - Cada uma das partes maciças do parapeito de uma fortaleza abaluartada, separadas umas das outras pelo intervalo da canhoneira. O merlão correspondia, na fortificação abaluartada, à ameia da fortificação medieval.
- Mestre de obras de El-Rei** - Responsável pelas fortificações do reino, antes da criação do cargo de Engenheiro-Mor, em 1596, por D. Filipe II. O título foi atribuído, pela primeira vez, a Miguel Arruda, por D. João III sucedendo-lhe António Rodrigues e depois Filipe Térzio.
- Muralha** - Muro construído normalmente de pedra, ladrilho ou taipa que constituía a defesa de uma fortaleza ou de uma povoação e que, pela sua altura, espessura e disposição, se destinava a evitar o seu escalamento, destruição e a dificultar os trabalhos de sapa e minagem na sua base.
- Padastro** - Monte ou elevação existente nas imediações ou à volta de uma fortificação e que constituía um perigo à sua defesa, por proporcionar às tropas aí estacionadas supremacia sobre a mesma. Visto que o padastro podia ser tomado pelo inimigo durante um cerco, ali se procediam a obras exteriores com uma constituição e posicionamento que permitisse a sua destruição a partir da fortificação. Contudo, Manuel de Azevedo Fortes, autor

da obra setecentista “O Engenheiro Português”, defendia que, sendo possível, os padastros deviam ser arrasados, utilizando-se a respetiva terra e a pedra nas obras de fortificação.

- Paiol** - Edifício complementar ou espaço numa fortificação onde se armazenava a pólvora e outro tipo de munições, com sistema de ventilação por meio de condutas, normalmente em forma de cotovelo. Podia ser de construção temporária ou permanente e localizar-se à superfície, semi-enterrado ou ser subterrâneo.
- Pano de muralha** - Troço da muralha medieval compreendido entre duas torres, cubelos ou entre uma torre e uma esquina.
- Ponte levadiça** - Plataforma de madeira disposta à frente das entradas de uma fortificação medieval ou moderna, de modo a permitir transpor o fosso. A ponte levadiça era acionada a partir do interior, por meio de um dispositivo mecânico e, de um modo geral, foi substituída no séc. XIX/XX.
- Porta da vila** - Porta principal de uma cerca de vila medieval ou porta interior que liga o castelo propriamente dito à povoação adjacente fortificada, podendo ser ladeada ou flanqueada por torres e / ou cubelos ou possuir outros elementos de defesa.
Nas cercas urbanas, o nome das portas era normalmente o da povoação importante mais próxima para a qual estava virada e, a partir da Idade Média, começam a ser designadas por nomes de santos, devido à sua sacralização com a construção de nichos ou pequenas capelas superiores.
- Rampa** - Estrutura inclinada existente no interior de uma fortificação moderna com o objetivo de interligar elementos dispostos em níveis diferentes. Nos revelins ou baluartes a rampa facilitava a deslocação e a ascendência da artilharia.
- Real corpo de engenheiros** - Organização oficial de engenheiros militares do Reino, com Regulamento Provisional promulgado a 12 de fevereiro de 1812, apesar do seu primeiro comandante ter sido nomeado a 4 de novembro de 1808.
- Revelim** - Obra exterior destinada a cobrir portas e cortinas, de forma triangular, podendo, todavia, ter flancos.
- Tenente** - Elemento da alta nobreza local colocado à frente das grandes circunscrições em que se encontrava dividido o território, para efeitos de administração militar e civil, tendo a nomeação do rei caráter temporário.
- Torre** - Também designado por torreão. Construção prismática ou cilíndrica colocada principalmente nas quebras de direção dos muros, a defender as entradas ou nos muros muito extensos da cerca da fortaleza ou do castelo. Era normalmente mais do que a muralha em que está inserida e permitia o flanqueamento desta pela diminuição dos ângulos mortos de visão ou o reforço de pontos de zonas de difícil defesa. Algumas torres, que tinham finalidades específicas, tomavam uma designação própria.
- Torre de menagem** - Torre mais importante e dominante do castelo medieval, constituindo o seu último reduto, visto estar preparada para resistir

até à chegada de reforço e alvejar o interior do castelo, se este fosse tomado pelo inimigo. Servia ainda de posto de comando ao alcaide, que aí prestava juramento de fidelidade.

A torre de menagem foi introduzida em Portugal por D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, e a sua implantação nos castelos sofreu alterações ao longo dos séculos.

Vauban (fortificação) - **Fortificação abaluartada** de grande importância e influência na arte de fortificar da segunda metade do séc. XVII. Vauban não deixou escrito qualquer trabalho sobre fortificação, mas os seus discípulos distinguem no mestre três métodos evolutivos. No primeiro, sem grande inovação, preconizava a construção de raiz e definitiva de cavaleiros e trincheiras interiores sobre o baluarte e o uso de revelins e tenalhas no fosso; no segundo método, introduziu duas linhas de defesa: a exterior, com baluartes destacados e a interior constituída por uma longa cortina apenas com pequenas torres acasamatadas e abaluartadas na extremidade, continuando a construir as tenalhas no fosso e os revelins. No terceiro método, mantinha as duas linhas de defesa, mas a interior tornou-se abaluartada com as pequenas torres na ponta dos baluartes em consequência do que a cortina ficava muito reduzida.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

- Apêndice A** - Cronologia séc. XV-XX.
- Apêndice B** Registos fotográficos da Fortaleza de São Tiago.
- Apêndice C** Registos fotográficos da Fortaleza de São João Baptista.
- Apêndice D** Fortalezas no arquipélago da Madeira.
- Apêndice E** Representação do corte da cidade entre as Fortalezas de São Tiago e São João Baptista.

APÊNDICE A

Cronologia séc. XV-XX

CRONOLOGIA

Séc. XV

- 1419** Expedição de reconhecimento comandada por João Gonçalves Zarco, de acordo com o cronista Jerónimo Dias Leite.
- 1420/1425** Início do povoamento da Ilha da Madeira.
Primeiro Capitão donatário manda contruir a sua primeira casa em madeira e ergue a Capela de Santa Catarina.
- 1425** D. João I incumbe Zarco de distribuir terras aos povoadores de maior qualidade social. Os de menor condição viveriam do seu trabalho. Determina-se que as lenhas, arvoredos, fontes, olhos de água, ribeiras, praias e costas do mar, seriam do domínio comum e jamais poderiam ser adquiridos por particulares.
- 1430** É edificada a Ermida de Santa Maria do Calhau, junto à atual Ribeira de João Gomes, próximo da foz.
- 1433** D. Duarte doa o temporal da Madeira ao Infante D. Henrique e a jurisdição espiritual à Ordem de Cristo.
- 1439** Por volta deste ano, os franciscanos, que garantiram a assistência espiritual aos primeiros povoadores, fundam um pequeno mosteiro junto à ribeira, nas imediações do local onde hoje se encontra a Capela de São João. A ribeira passou então a ser denominada de São Francisco.
- 1450** D. Henrique doa a Capitania do Funchal a João Gonçalves Zarco.
- 1452** Contrato com Diogo de Teive para a construção de um engenho de açúcar na Ribeira da Serra de Água, atual Ribeira de Santa Luzia.
Data provável da elevação do Funchal a vila.
- 1453** Gomes Eanes de Zurara, refere a grande produção de trigo e a qualidade das madeiras insulares, exportadas em larga escala para o Reino.
- 1454** Refere-se que Zarco doou um terreno anexo à Capela de São Pedro, atual São Paulo, para construção de um pequeno hospital que teria existido durante quinze anos.
- 1455** Narrativa do navegador veneziano Luís de Cadamosto que neste ano passou no Funchal. Refere, entre outras matérias, a fertilidade de trigo, a abundância de madeiras e a ainda incipiente produção de açúcar.
- 1458** Aumento da população e ampliação da Ermida de Santa Maria do Calhau.

- 1459** Os franciscanos abandonam temporariamente o Funchal por divergências com a Ordem de Cristo, que detinha a jurisdição do espiritual das ilhas.
- 1460** Morte do Infante D. Henrique, sucedendo-lhe no Senhorio da Ilha, o Infante D. Fernando.
- 1466** Redução do imposto sobre a produção do açúcar.
Chegada de escravos negros e canários à Ilha da Madeira.
- 1469** Primeira referência documental à Rua dos Mercadores.
- 1470** Morte de D. Fernando.
Determinação, para substituir as coberturas de palha por telha, nas casas da Rua dos Mercadores.
- 1473** Fundação do Convento de São Francisco, situado no local onde hoje se encontra o Jardim Municipal.
- 1477** Criação da Alfândega do Funchal, que ficou instalada num edifício junto à Praça do Pelourinho.
- 1483** Criação da “Casa dos Vinte e Quatro” dos Misteres.
- 1485** Auto de entrega de um chão no Campo do Duque, para construção de igreja, praça, Casa do Concelho, Paço dos Tabeliães e Pelourinho.
- 1489** Moradores da vila pedem ao Duque D. Manuel que sejam abertas novas ruas. São então contruídas, as mais tarde designadas, Rua do Sabão e a Rua de João Esmeraldo.
- 1492** Acabamentos da Casa da Câmara e do Paço dos Tabeliães
Início da construção do Convento de Santa Clara.
- 1493** Início da construção da Igreja grande do Funchal.
O Duque D. Manuel manda que se faça uma cerca e muros na vila do Funchal.
- 1494** D. João II recuou em relação à construção de uma cerca e muros, dando como alternativa a construção de alguns baluartes.
- 1496** Conclusão do Convento de Santa Clara.
- 1497** A Madeira é incorporada na Coroa.
Criação de uma casa de câmbios no Funchal.

Séc. XVI

- 1500** Incentivo régio às obras da Igreja grande do Funchal (Sé).
- 1503** D. Manuel concede mil arrobas de açúcar anuais do rendimento da Alfândega para as obras da Sé.
- 1507** Ordena-se a construção do Hospital da Misericórdia.
- 1508** A 21 de agosto, a vila do Funchal é elevada à categoria de cidade. Criação da Provedoria da Real Fazenda do Funchal.
- 1513** João de Cáceres, “pedreiro de estima e residente no Funchal”, foi encarregue de construir um baluarte e o muro de defesa do Funchal.
- 1514** Criação da Diocese do Funchal.
Bula de criação do bispado do Funchal.
- 1515** A Alfândega Nova, mandada edificar por D. Manuel, encontra-se em construção.
- 1517** Sagração da Sé.
- 1519** Alfândega Nova, Casa do Fisco e o Hospital da Misericórdia em fase de conclusão.
Ocorre uma violenta aluvião no Funchal.
- 1521** Morte do Rei D. Manuel.
- 1523** Solicita-se ao rei a construção de dois baluartes nos extremos da cidade, um em Santa Catarina e outro no Corpo Santo. Ordena-se a elaboração de um orçamento, mas a obra não foi concretizada.
- 1526** Morte de D. Diogo Pinheiro, primeiro bispo do Funchal.
- 1528** A inexistência de fortificações no Funchal constituía um grave problema. Em Março foram tomadas de assalto duas embarcações, carregadas de açúcar em plena baía, não havendo em terra qualquer artilharia para as defender.
- 1529** D. João III determina a construção de um “baluarte com a sua torre”.
- 1530** Foram aplicados sessenta mil reais anuais da renda da imposição do vinho para a obra do baluarte.
- 1533** Criação do Arcebispado do Funchal, seguida da nomeação de D. Martinho de Portugal.
- 1536** Solicita-se que as rendas da imposição aplicadas na obra do baluarte, sejam parcialmente despendidas no conserto das pontes destruídas pelas cheias.
- 1542** Alvará Régio ordenando a conclusão do baluarte.

- 1551** Extinção do Arcebispado do Funchal.
- 1552** Os mares da Madeira encontram-se infestados de corsários ingleses e franceses.
- 1557** Novo alerta sobre os corsários que infestam os mares da Madeira e que tomam e roubam os navios que dele saem e entram.
- 1566** A cidade é atacada por corsários franceses, tendo sido saqueada durante duas semanas.
O Vinho Madeira começa a ganhar notoriedade.
Os canaviais começam a ser substituídos por vinhedos e um novo ciclo começa a desenvolver-se, o do vinho.
- 1567** Mateus Fernandes traça uma planta da cidade do Funchal.
Novo regimento sobre as vigias que, de acordo com as determinações, deveriam ser efetuadas tanto de dia como de noite, em locais suscetíveis de desembarque do inimigo.
Os Jesuítas instalam-se no Funchal.
- 1572** Regimento de Fortificação de D. Sebastião.
- 1578** Construção do Colégio dos Jesuítas no Funchal.
- 1580** Início da União Ibérica (1580-1640).
- 1582** A Fortaleza Nova do Pelourinho ou de São Filipe já se encontrava erguida, tal como os três baluartes da Fortaleza Velha, mais tarde denominada de São Lourenço.
- 1584** A muralha da cidade já se encontrava parcialmente construída de acordo com o Regimento de 1572.
- 1585** Nomeação de Tristão Vaz da Veiga, como Capitão Geral.
- 1593** Violento incêndio que destruiu cerca de cento e cinquenta e quatro casas.
- 1595** D. Filipe II nomeou como fortificador da ilha e mestre das obras reais, Jerónimo Jorge, que vai dar continuidade à construção de várias fortificações, nomeadamente, das muralhas do cabo do Calhau, e ainda dar início à construção das Fortalezas de São Tiago e de São João Baptista.
- 1599** Edificação do Seminário, junto ao Paço Episcopal.

Séc. XVII

- 1601** Obras de fortificação na zona do Corpo Santo.
A praga do bicho da cana, que se prolonga até 1610, dizima os canaviais.
- 1602** Ordena-se a construção de uma Fortaleza no Pico dos Frias.
- 1605** Uma violenta aluvião, ocorrida em dezembro, arrasta para o mar mais de cento e trinta casas, ficando os muros das ribeiras arruinados.
- 1606** A Câmara do Funchal, manifesta sérias preocupações com as reparações dos muros das ribeiras.
- 1611** Prosseguem as obras de fortificação na zona do Corpo Santo, incluindo a construção da Fortaleza de São Tiago.
- 1612** Determinação régia para que os dois terços da imposição do vinho consignados à fortificação fossem aplicados nas obras dos muros das ribeiras durasse dois anos.
- 1613** Conflito entre a Câmara do Funchal que pretendia acudir às ribeiras e o Governador que pugnava pelo prosseguimento das volumosas obras da Fortaleza de São João Baptista.
- 1614** A primitiva porta da Fortaleza de São Tiago ostenta esta data.
- 1616** Pretende-se construir as pontes de pedra e cal pois as de madeira tinham sido destruídas pelas enchentes das ribeiras.
- 1617** Os funchalenses atemorizados pelo saque que os corsários argelinos cometeram na Ilha do Porto Santo, estabeleceram um tributo destinado à conclusão da muralha oriental, situada ao longo do mar entre a Fortaleza Nova do Pelourinho e a de São Tiago.
- 1618** Obras de conclusão da muralha oriental.
Morreu Jerónimo Jorge, tendo sido nomeado Mestre das Obras Reais e da Fortificação, o seu filho, Bartolomeu João.
- 1621** Obras na muralha ocidental na banda da Ribeira de São João.
A obra da muralha da cidade encontra-se concluída, com exceção do troço entre a Fortaleza de São Lourenço e a do Pelourinho.
- 1623** Perigo de ataques de corsários holandeses e argelinos.
- 1624** Planta da cidade do Funchal de Bartolomeu João.
- 1625** Mares ao largo do Funchal infestados de corsários holandeses que aprisionam os navios mercantes.

- 1632** As obras na Fortaleza Velha e na Fortaleza de São Tiago são concluídas. Estava em curso as obras de acabamento da Fortaleza de São João Baptista.
- 1639** A Fortaleza de São João Baptista encontra-se em fase de conclusão.
- 1644** Ordem Régia para a construção do Reduto da Alfândega.
- 1649** Encontra-se em construção o Forte dos Louros, situado na margem direita da Ribeira de Gonçalo Aires.
- 1652** Ordem Régia para a construção da Fortaleza do Ilhéu, de fundamental importância para a defesa do porto do Funchal.
- 1654** O Mestre das Obras Reais, Bartolomeu João, traçou um mapa da Madeira decorado em redor com os desenhos das fortificações existentes no Funchal.
- 1660** Fundação do convento de Nossa Senhora da Encarnação.
- 1663** Determina-se que metade das verbas aplicadas nas fortificações seja despendida nas obras dos muros das ribeiras, visto que as várias inundações ocorridas têm causado sérios danos em casas e fazendas.
- 1665** Fundação do Convento de Nossa Senhora das Mercês.
- 1666** Fundação do Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira.
- 1685** Encontra-se em construção o novo edifício do Hospital da Misericórdia no Terreiro da Sé.
- 1687** Construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição na Fortaleza do Ilhéu.
- 1689** Construção do Portão dos Varadouros e conclusão do troço da muralha de fortificação entre a Fortaleza de São Lourenço e a do Pelourinho.

Séc. XVIII

- 1705** Corsários franceses atacam navios mercantes ao largo do Funchal.
- 1707** Construção do Forte Novo de São Pedro, na zona oriental da cidade.
- 1725** Fundação do Recolhimento das órfãs, anexo ao Hospital da Misericórdia no Terreiro da Sé.
- 1726** Obras de ampliação do Forte de Nossa Senhora da Penha de França, situado detrás do Ilhéu da Pontinha, já existente na planta do Funchal levantada por Mateus Fernandes.
- 1740** Atividades corsárias nos mares do Funchal e redução do movimento portuário.

- 1748** Ocorre um terramoto que provoca grandes danos em edifícios e em templos, dos quais o Paço Episcopal e a Alfândega.
- 1754** Considera-se que das oito fortalezas que defendiam o porto só quatro delas seriam eventualmente eficazes.
- 1756** Carta Régia ordenando a construção de um porto de abrigo com o respetivo cais, ficando incumbido da obra Tossi Columbino.
Ligação do Ilhéu da Pontinha a terra. Procede-se à construção do molhe do cais e à edificação do Forte de São José.
- 1757** Temporal causa grandes estragos na obra do porto.
- 1766** Extinção da Capitania do Funchal, mantendo o donatário certos privilégios e a alcaidaria – mor da Ilha.
- 1767** Ampliação da Fortaleza de São Tiago.
Chegada ao Funchal do engenheiro militar Francisco de Alincourt.
- 1768** Instalação no extinto Colégio dos Jesuítas de uma Escola de Geometria e Trigonometria dirigida por Alincourt.
- 1775** Data de uma planta do Funchal traçada pelo Capitão Skinner.
Aparecimento das primeiras moradias isoladas / quintas
- 1781** Transferência da Câmara Municipal para um edifício localizado junto à Alfandega dada a ruína do edifício camarário nas traseiras da Sé.
Fortificações arruinadas e com reduzidas guarnições. Existia a ideia de que, em caso de perigo, os Ingleses defenderiam o Funchal.
- 1782** Determina-se a abertura de um caminho de acesso ao cais da Pontinha, ao longo da falésia de São Lázaro, para se poder “acudir com âncoras e amarras aos navios que as pedem em ocasiões de tempestade.
- 1793** O governador Forjaz Coutinho manifesta preocupações sobre a eventualidade do Funchal ser objeto de um ataque decorrente da declaração de guerra da França à Inglaterra.
- 1794** Corsários franceses e ingleses digladiam-se nos mares ao largo do Funchal.
- 1796** Prosseguem as atividades corsárias francesas nos mares do Funchal.

Séc. XIX

- 1801** Tropas inglesas ocupam o Funchal no mês de julho. Comandados por Henry Clinton, instalam um acampamento nos Ilhéus, sendo parte da força aquartelada no extinto Colégio dos Jesuítas.
- 1802** As tropas inglesas partem do Funchal no mês de Janeiro.
- 1803** A 9 de outubro, a Ilha da Madeira é atingida por uma forte aluvião que provocou enormes estragos na cidade
- 1804** Chegada à Madeira do engenheiro militar Reynaldo Oudinot com o objetivo de dirigir os trabalhos de reconstrução das áreas atingidas pela aluvião.
É elaborada e enviada para Lisboa uma planta da cidade, na qual se acham assinaladas as zonas atingidas pela aluvião e o “Projecto da cidade nova das Angústias”.
- 1805** O Tenente Paulo Dias de Almeida executa uma planta do Funchal, com o projeto do encanamento das ribeiras e as obras já realizadas. Efetua ainda o projeto da construção da Bateria das Fontes que seria erguida na margem esquerda da Ribeira de São João.
- 1806** A Câmara abandona o projeto da cidade das Angústias.
- 1807** Dois regimentos de infantaria e duas companhias de artilharia chegam ao Funchal comandados pelo Major-General William Carr Beresford (1768-1854). Após o desembarque ocuparam a Fortaleza-Palácio de São Lourenço e foi hasteada a bandeira inglesa em todas as fortificações do Funchal. A ocupação durou sete anos.
- 1808** A Igreja do colégio é cedida a Beresford para o culto das tropas, apesar da oposição das autoridades eclesiástica e civil.
- 1810** Estabelecimento de uma Aula de Desenho e Pintura, sendo a sua direção entregue ao pintor Joaquim Leonardo da Rocha (1756-1825).
- 1814** Fim da ocupação inglesa. As tropas saem do Funchal no mês de outubro
- 1815** Uma violenta aluvião assolou o Funchal em outubro, tendo a resistência oferecida pelas muralhas recém-construídas, evitado que a cidade tivesse ficado subjugada.
- 1824** Início dos estudos sobre o porto do Funchal.
- 1825** Construção do paiol militar numa elevação sobranceira à ribeira de Santa Luzia.

- 1828** Guerras entre liberais e miguelistas vão conduzir a uma nova crise económica.
D. Miguel, ordena um bloqueio ao porto do Funchal.
As forças miguelistas, após aceso combate, desembarcam em Machico e marcharam para o Funchal que é ocupado a 23 de agosto.
- 1833** O Governador absolutista determina que a Fortaleza de São João Baptista passe a denominar-se “Castelo de São Miguel”.
- 1835** Na sequência de toda esta crise política, económica e social e da fome que lhe sobreveio, um grande número de madeirenses foi obrigado a emigrar para Demerara, Brasil e Havai. Calcula-se que cerca de quarenta mil pessoas emigraram da ilha entre 1835 a 1855.
- 1839** Permissão para a Câmara mandar demolir a muralha da cidade desde a Fortaleza de São Lourenço à Bateria das Fontes, no decurso das obras da Praça da Rainha. Neste troço da muralha existia uma das portas da cidade, o Portão das Fontes.
- 1841** Demolição de um troço da muralha na rua dos Aranhas, a qual vinha sendo paulatinamente destruída.
Projeta-se a construção de um cais à frente da Entrada da Cidade.
- 1843** Dá-se início à construção de um cais de pedra à frente da Entrada da Cidade, sob a direção do engenheiro militar Manuel Júlio Guerra (c.1801-?).
A Câmara solicita autorização para demolir a muralha da cidade entre a Ribeira de João Gomes e o Forte de São Pedro.
- 1846** Entre 1846 e 1852 foi colocado o primeiro sistema de iluminação na cidade com candeeiros de azeite.
- 1858** Abertura de um concurso para iluminar a cidade a gás.
- 1884** Após prolongados estudos técnico-financeiros é aberto um concurso para a construção de um molhe no porto do Funchal entre o Ilhéu da Pontinha e o Ilhéu de Nossa Senhora da Conceição.
- 1885** A obra que ligou o Ilhéu de São José ao de Nossa Senhora da Conceição teve início.
- 1892** Conclusão da obra do cais na Entrada da Cidade.
- 1895** A iluminação pública passa a ser feita através da luz elétrica.

A cidade do Funchal emergia enquanto estância turística procurada pela burguesia proveniente dos países europeus, principalmente de França e Alemanha.

Séc. XX

- 1901** No dia 8 de agosto, a Autonomia Administrativa criou algumas expectativas nos madeirenses, mas que acabou por não resolver os principais objetivos. Crise económica, política, social e cultural.
- 1903** Plano Geral de Melhoramento de Lisboa de Ressano Garcia (1847-1911).
- 1909** Construção do novo edifício do Seminário Diocesano do Funchal.
- 1911** Inaugurada a rede telefónica e o sistema de comunicação à base de telegrafia sem fios.
- 1912** Convento das Mercês (1667-1910) demolido para permitir o alargamento da Travessa das Capuchinhas.
- 1915** Apresentado um Plano de Melhoramentos para a cidade do Funchal da autoria do arquiteto Ventura Terra (1866-1919).
Plano Geral de Melhoramento do Porto do Funchal de Barry Parker (1867-1947).
- 1916** Na primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Funchal foi palco de dois bombardeamentos, que provocaram mortes e prejuízos materiais na cidade.
- 1917** Plano Geral de Melhoramento do Funchal de Ventura Terra.
- 1920** Crise económica que atingiu os EUA, nos finais da década de 20, teve graves repercussões na Ilha da Madeira visto que este país era o principal importador de bordado madeira. Falências, desemprego, fomes e muita miséria fazem-se sentir por toda a ilha.
- 1931** Plano de Urbanização (1931-1933) para a cidade do Funchal elaborado pelo arquiteto Carlos Ramos (1897-1969).
- 1935** Sob alçada do Dr. Fernão de Ornelas (1908-1978), presidente da Câmara Municipal do Funchal (1935-1946), a cidade foi objeto de grandes intervenções urbanísticas.
- 1947** Grandes transformações, principalmente na acessibilidade e mobilidade da cidade.
- 1950** Inauguração do edifício da Capitania do Porto do Funchal, projetado por Faria da Costa (1906-1971).

- 1959** Plano de Urbanização do Funchal da autoria do arquiteto urbanista João Faria da Costa.
- 1972** Em março deste ano é aprovado o primeiro PDM, cujos princípios gerais eram garantir à cidade um conveniente apetrechamento urbano, estabelecer uma eficiente rede de circulação e comunicação e defender o património edificado e natural.
- 1997** Novas conjunturas tinham surgido e com elas novas preocupações, interesses e exigências. Neste novo PDM é dada especial atenção à defesa e valorização do património cultural, artístico, urbanístico e etnográfico; à mobilidade e acessibilidade; à criação de habitação; à valorização dos espaços públicos e à recuperação da orla marítima.

APÊNDICE B

Registos fotográficos da Fortaleza de São Tiago



Ilustração 113 – Fortaleza de São Tiago. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 114 – Fortaleza de São Tiago com os três níveis de esplanada. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 115 – Fortaleza de São Tiago e parte da muralha da cidade à esquerda. (Ilustração nossa, 2018)



Ilustração 116 – Vista da Fortaleza de São Tiago para poente. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 117 – Vista aérea, em planta, da Fortaleza de São Tiago. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 118 – Vista aérea da Fortaleza de São Tiago e relação com a envolvente. (Ilustração nossa, 2017).

APÊNDICE C

Registos fotográficos da Fortaleza de São João Baptista



Ilustração 119 – Escada de acesso à esplanada baixa da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 120 – Vista da esplanada baixa. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 121 – Entrada para a guarita do baluarte de São João. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 122 – Cisterna com inscrição na pedra datada de 1632. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 123 – Rampa de acesso ao revelim e ponte levadiça. (Ilustração nossa, 2018)



Ilustração 124 – Vista sobre a cidade do Funchal. (Ilustração nossa, 2018).



Ilustração 125 - Vista aérea e frontal da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 126 – Vista aérea do lado norte da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 127 – Vista aérea em planta da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).



Ilustração 128 – Vista aérea da Fortaleza de São João Baptista. (Ilustração nossa, 2017).

APÊNDICE D

Fortalezas no arquipélago da Madeira

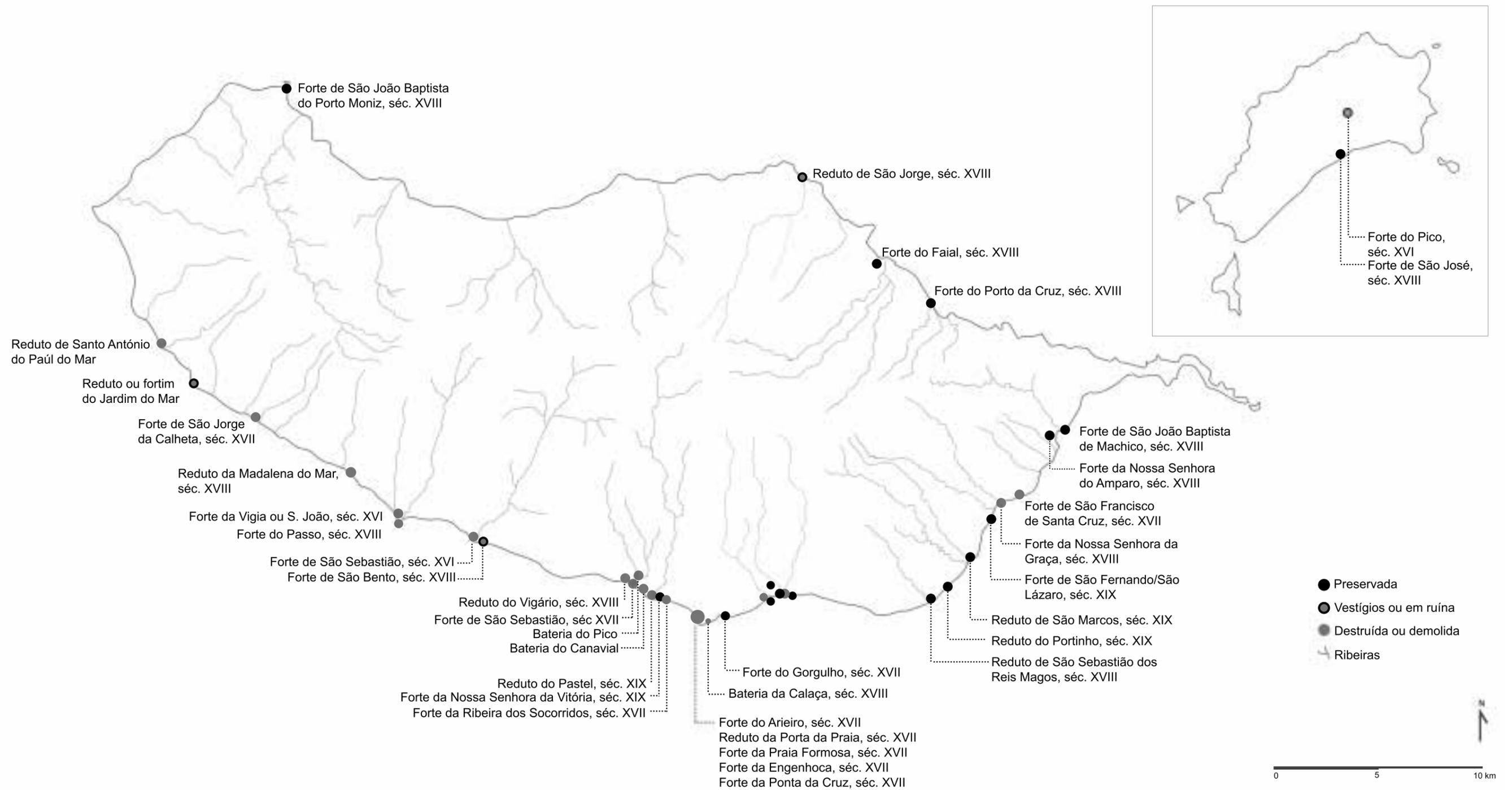


Ilustração 129 - Mapa das fortificações no arquipélago da Madeira exeto as fortificações do centro da cidade do Funchal. (Ilustração nossa, 2018).

APÊNDICE E

Representação do corte da cidade entre as Fortalezas de São Tiago e de
São João Baptista

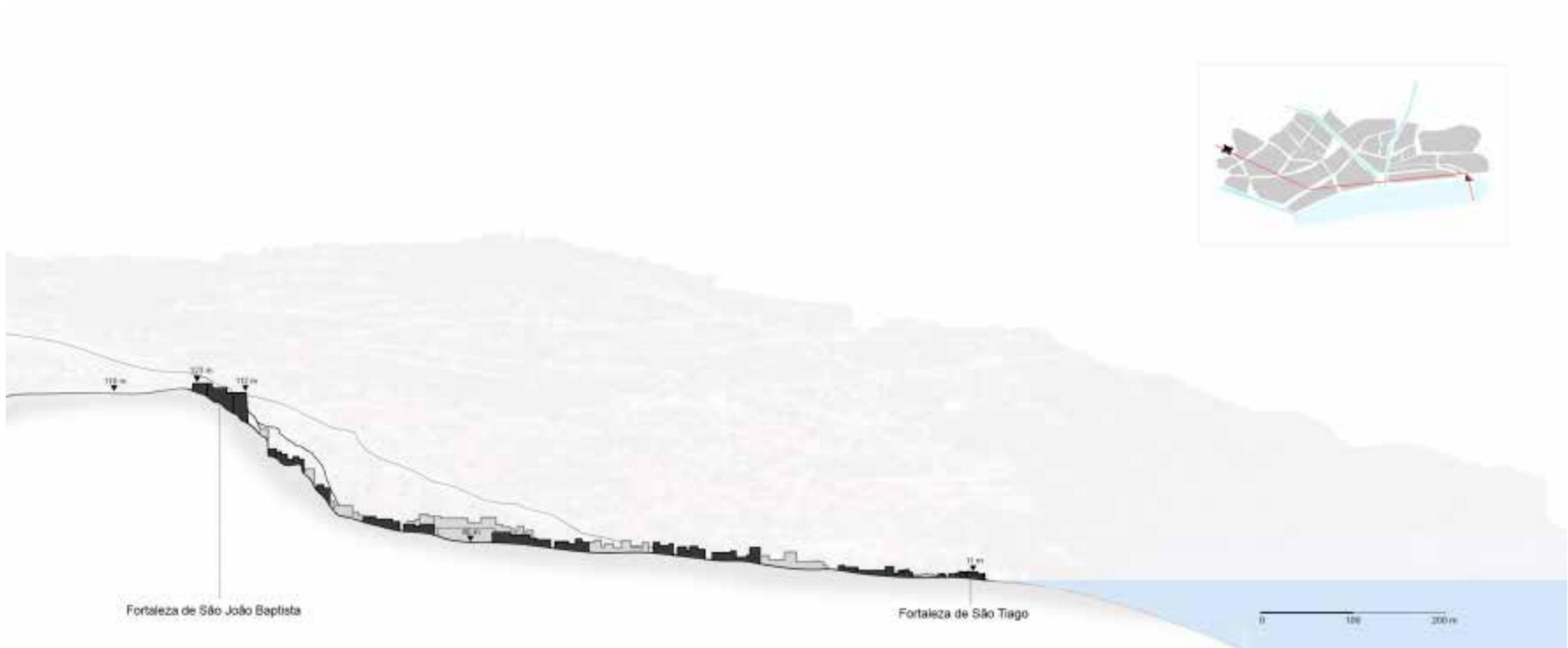


Ilustração 130 - Representação do corte da cidade entre as Fortalezas de São João Baptista e de São Tiago. (Ilustração nossa, 2018).

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

- Anexo A** - Planta do Funchal desenhada por Mateus Fernandes (c.1567).
- Anexo B** - Descrição da Ilha da Madeira de Bartolomeu João, 1654.
- Anexo C** - Planta da cidade do Funchal, do Capitão Skinner, 1775.
- Anexo D** - Planta da cidade do Funchal depois da aluvião de 1803, Reinaldo Oudinot.
- Anexo E** - Planta das fortificações do Funchal na Ilha da Madeira, 1808.
- Anexo F** - Planta das fortificações da Ilha da Madeira de António de Azevedo, 1885.
- Anexo G** - Desenhos da Fortaleza de São Tiago.
- Anexo H** - Desenhos da Fortaleza de São João Baptista.

ANEXO A

Planta do Funchal desenhada por Mateus Fernandes (c.1567)



Ilustração 131 - Planta de Mateus Fernandes III, c.1567. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

ANEXO B

Descrição da Ilha da Madeira de Bartolomeu João, 1654

ANEXO C

Planta da cidade do Funchal, do Capitão Skinner, 1775

ANEXO D

Planta da cidade do Funchal depois da aluvião de 1803, Reinaldo Oudinot



Ilustração 134 - Planta da cidade do Funchal depois da aluvião de 1803, Reinaldo Oudinot. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

ANEXO E

Planta das fortificações do Funchal na Ilha da Madeira, 1808

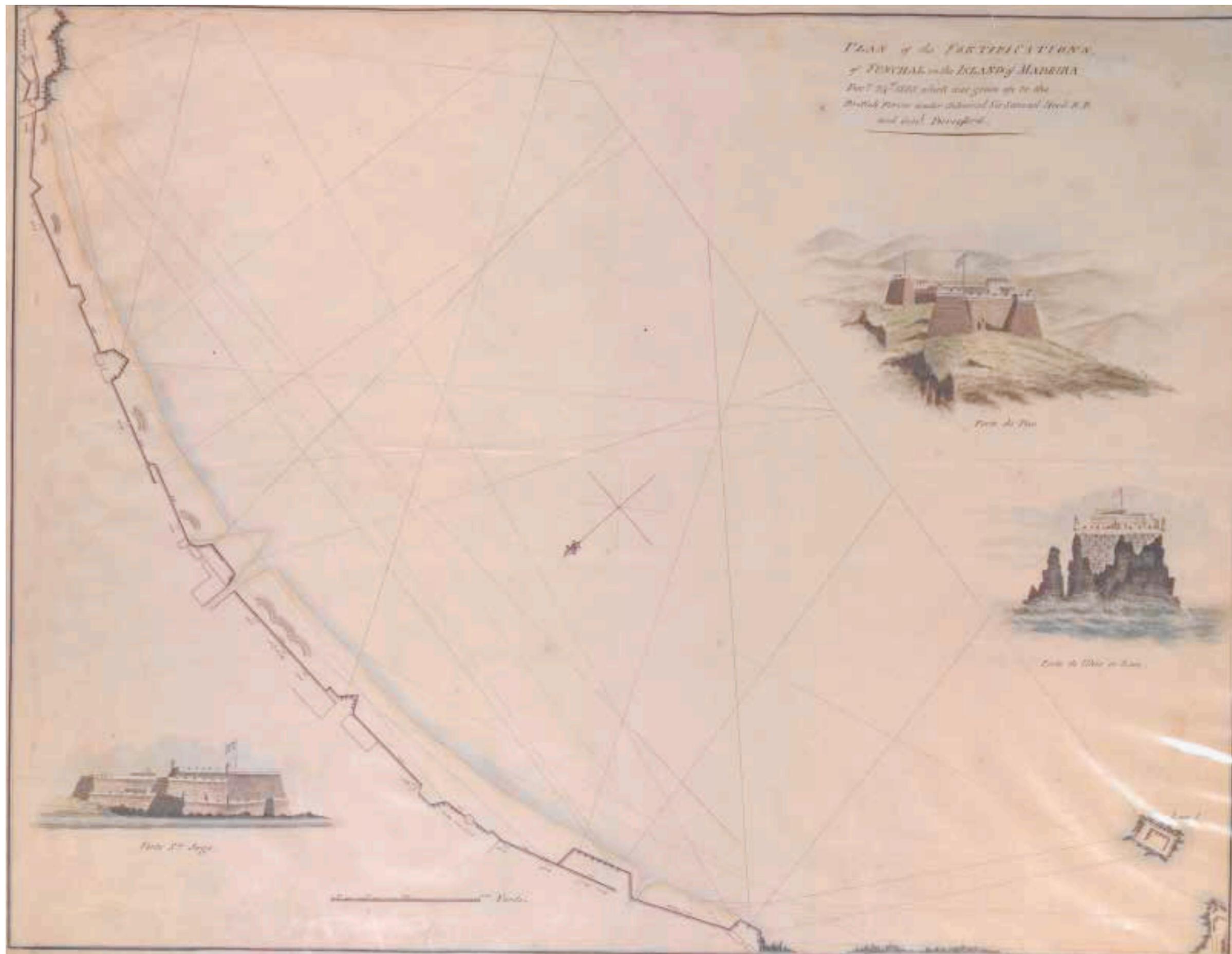


Ilustração 135 - Planta das fortificações do Funchal na Ilha da Madeira. 24 de dezembro de 1808, Samuel Hood K. B. e gen. Beresford. (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).

ANEXO F

Planta das fortificações da Ilha da Madeira de António de Azevedo, 1885

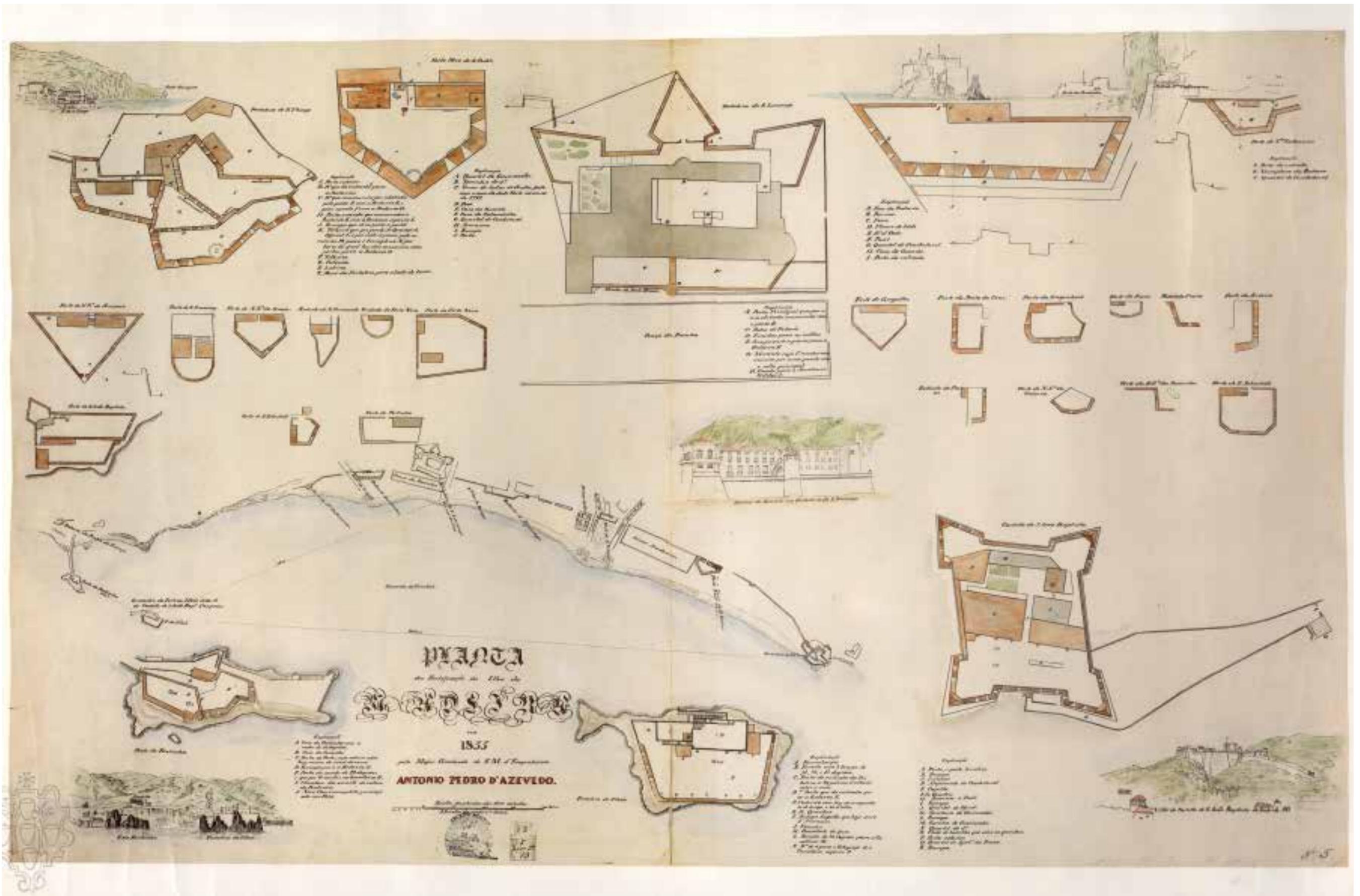


Ilustração 136 - Planta das fortificações da Ilha da Madeira em 1855. Major Graduado do EM, d'Engenheiros António Pedro D'Azevedo. (Madeira. Direção Regional da Cultura. Arquivo Regional da Madeira, 2017).

ANEXO G

Desenhos da Fortaleza de São Tiago

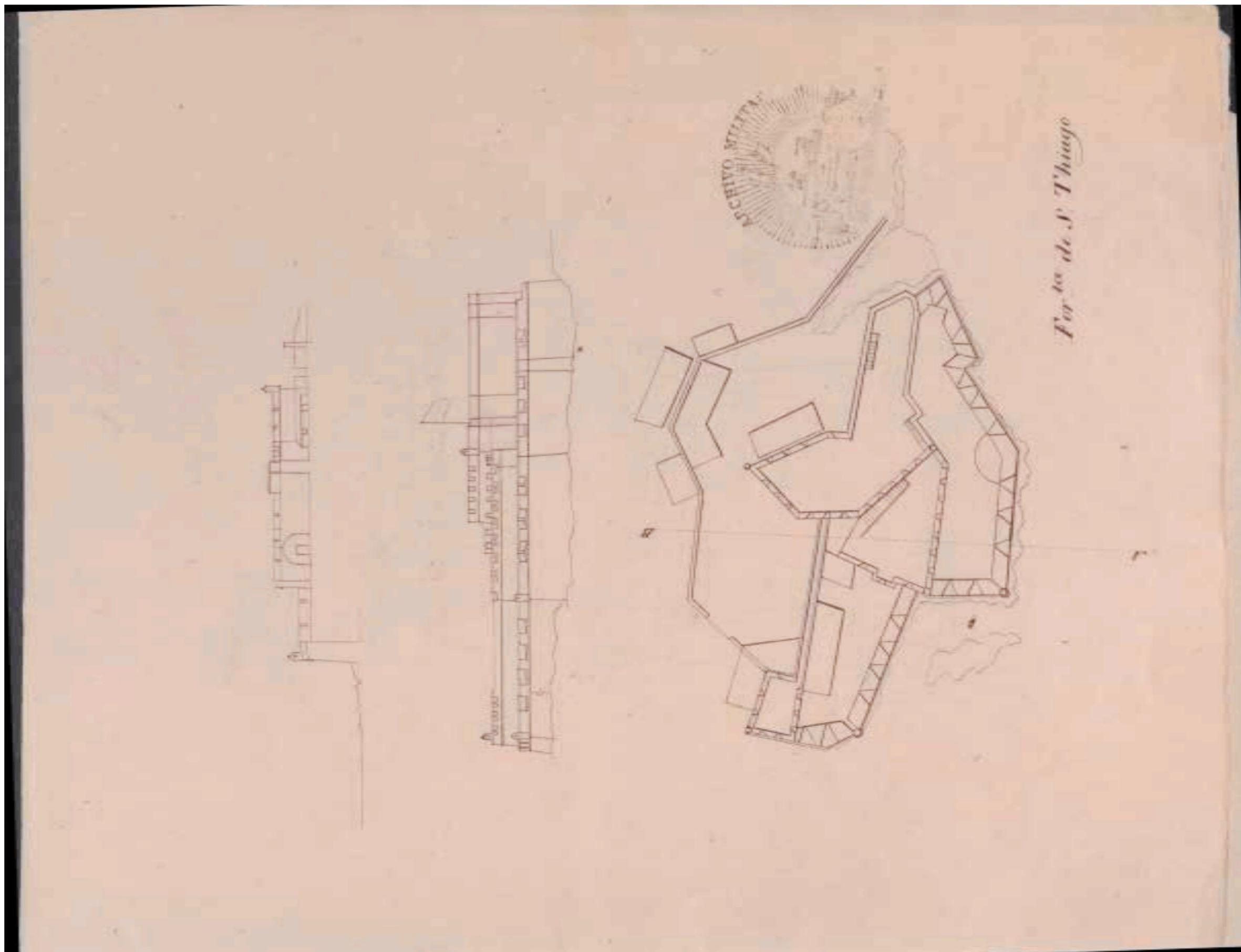


Ilustração 137 - Desenhos da Fortaleza de São Tiago, Paulo Dias de Almeida, 1805. (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).

ANEXO H

Desenhos da Fortaleza de São João Baptista



Fort. de Pico

Ilustração 138 - Desenhos da Fortaleza de São João Baptista, Paulo Dias de Almeida, 1805. (Portugal. Exército. Arquivo Histórico Militar, 2017).

